



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
(PPG-MADER)

JÉSSICA RODRIGUES PEREIRA

**SABERES, MEMÓRIAS E MANUTENÇÃO DA
AGROBIODIVERSIDADE:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DAS MULHERES NEGRAS DO
ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN, PLANALTINA - DF**

Brasília - DF

2023

JÉSSICA RODRIGUES PEREIRA

**SABERES, MEMÓRIAS E MANUTENÇÃO DA
AGROBIODIVERSIDADE:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DAS MULHERES NEGRAS DO
ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN, PLANALTINA - DF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB de Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva
Coorientador: Prof. Dr. Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro

Brasília - DF

2023

PP436s Pereira, Jéssica Rodrigues
Saberes, memórias e manutenção da agrobiodiversidade:
trajetórias e desafios das mulheres negras do assentamento
Pequeno Willian, Planaltina - DF / Jéssica Rodrigues Pereira,
orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva; co-orientador
Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro. -- Brasília, 2023.
160 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Interseccionalidade. 2. Mulheres negras camponesas. 3.
Ancestralidade. 4. Memória. 5. Agrobiodiversidade. I.
Saraiva, Regina Coelly Fernandes, orient. II. Pinheiro,
Joaquim Antonildo Pinho, co-orient. III. Título.

JÉSSICA RODRIGUES PEREIRA

Saberes, memórias e manutenção da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian, Planaltina – DF

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como parte dos requisitos para obtenção dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra.

Aprovada em 25 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva
(Orientadora)

Prof. Dr. Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro
(Coorientador)

Prof.^a Dr.^a Givânia Maria da Silva
(Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Eliene Novaes Rocha
(Examinadora Interna, Suplente)

Planaltina – DF

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às mulheres que estiveram ao meu lado desde minha criação me enchendo de amor, afeto e suporte em minha vida toda. Agradeço à minha avó, Benedita (*in memoriam*), e à minha mãe, Lêda, por todo apoio e amor incondicional, por acreditarem em mim e no caminho que resolvi trilhar com os estudos. Vocês me fortaleceram para chegar até aqui, me sinto honrada de tê-las comigo nesta trajetória e saber que esta conquista de finalizar o mestrado é de todas nós.

Minha mais profunda gratidão a todas as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian. Especialmente, Flor de Pequi, Caliandra e Lobeira, que me permitiram entrar em seus territórios e mergulhar em suas escritórias. Compartilhamos tantos saberes, acolhimento, medos, afeto e espaço de escuta através de uma relação tecida por respeito e amor. Vocês são as protagonistas das suas próprias histórias de vida, me impulsionaram nessa caminhada, pois estudar temas tão dolorosos para nós é uma tarefa difícil. Todavia, consegui escrever este trabalho a partir dos aprendizados que tive com cada uma de vocês e com quem aprendo todos os dias.

Agradeço ao assentamento Pequeno Willian e a todas as famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra que me acolheram no processo deste trabalho. Sou grata à comunidade por todas as experiências de formação humana, política e profissional que desenvolvi desde a graduação e levo comigo até agora.

À minha orientadora, Regina Coelly F. Saraiva, e orientador, Joaquim Antonildo P. Pinheiro, pela abertura para minhas ideias de construir este trabalho. Agradeço por todo apoio, atenção, sensibilidade, por acreditarem junto comigo desde o começo que era possível realizar esta dissertação com tanto carinho.

À turma 2021 do PPG-Mader, especialmente aos meus amigos e amigas bolsistas, pelo apoio mútuo nos desafios pessoais e acadêmicos, pela troca sincera nos momentos de estudo e de debates enriquecedores vivenciados nesta caminhada. O caminho no mestrado iniciou no primeiro ano durante a pandemia de covid-19, mas conseguimos resistir a diversas dificuldades.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da minha pesquisa, através da bolsa de pesquisa. Foi fundamental para me manter no mestrado.

À Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), por proporcionar todos os recursos e espaços disponíveis para minha formação, desde o acesso ao restaurante universitário até a biblioteca.

Nós mulheres trabalhadoras (camponesas, periféricas, indígenas, quilombolas, imigrantes, negras, LGBTQIA+) trazemos marcas muito antigas da violência e da pobreza que forjaram as relações e a cultura em nossa sociedade [...] Se os poderosos pensam que nós vamos sucumbir é porque não perceberam que nós somos as criadoras, germinadoras de gente e sementes. Onde tem mulher pode ter também esperança, organização coletiva, luta, ousadia e rebeldia. Temos muitos desafios, mas vamos seguir na linha de frente, porque a história também é nossa e vamos decidi-la nas ruas, nas lutas e nos roçados. Nossa força vem das tantas lutadoras que tombaram, mas que vivem em nós. São raios de um sol que insiste em nascer mesmo em tempos de guerra, sol que nos sacode e nos faz ferver.

(Trecho da carta aberta de amor e de luta da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra – MST, 2023).

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo.

(Conceição Evaristo, 2005).

RESUMO

A invisibilização das questões de raça no meio rural amplia-se ao analisar a realidade das mulheres negras camponesas e suas atuações na manutenção da agrobiodiversidade, especialmente na intersecção dos eixos de gênero, raça e classe. Esta dissertação analisa e identifica a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian, localizado em Planaltina - DF, no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios, na relação com suas ancestralidades. Os objetivos específicos consistem em: 1) refletir, com as mulheres negras camponesas, as narrativas sobre suas histórias de vida, reconhecendo suas experiências; e 2) mapear as práticas relacionadas à agrobiodiversidade desenvolvidas pelas mulheres negras camponesas em seus territórios, observando as relações entre tais práticas, saberes e suas memórias. A pesquisa aborda os elementos ancestralidade, memórias e agrobiodiversidade em uma perspectiva interseccional, dialogando com pensamentos de intelectuais negros e negras para analisar com eficácia as especificidades existentes entre as mulheres negras camponesas no manejo da agrobiodiversidade. A trilha metodológica está pautada na escrivência de três mulheres negras do assentamento Pequeno Willian, evidenciando como os marcadores de gênero, raça e classe incidem em suas trajetórias de vida e saberes produzidos em seus territórios. Para construção das escrivências, utiliza os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas, caderno de campo, oficinas de turbante e registros fotográficos. Os resultados da análise das narrativas das interlocutoras destacaram as notáveis atuações das mulheres negras no manejo da agrobiodiversidade, bem como suas ligações com suas identidades étnico-raciais e ancestralidades. Evidencia que seus sistemas e práticas promovem uma nova perspectiva na relação com a agrobiodiversidade, estabelecendo conexões significativas entre suas práticas agrobiodiversas e saberes ancestrais em seus territórios negros camponeses. Esses saberes ancestrais são fundamentais como formas de resistência na manutenção e produção de alimentos saudáveis, estabelecendo uma relação íntima com o território de luta. Por meio das histórias entrelaçadas pelas intersecções da estrutura, as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian destacam suas lutas e resistências, narrativas pouco abordadas no contexto rural brasileiro. A dissertação contribui através das vozes e olhares de mulheres negras para o rompimento da invisibilidade e o anonimato a partir das resistências tecidas por elas, apresentando uma perspectiva genuína do meio rural sob o olhar das mulheres negras camponesas.

Palavras-chave: interseccionalidade; mulheres negras camponesas; memória e ancestralidade; agrobiodiversidade.

ABSTRACT

The invisibilization of race issues in rural areas expands when analyzing the reality of black peasant women and their roles in maintaining agrobiodiversity, especially at the intersection of gender, race, and class. This dissertation examines and identifies the actions of black peasant women from the Pequeno Willian settlement, located in Planaltina - DF, in agrobiodiversity management within their territories, relating them to their ancestral heritage. The specific objectives consist of: 1) Reflecting with black peasant women on the narratives of their life stories, acknowledging their experiences; and 2) Mapping the practices related to agrobiodiversity developed by black peasant women in their territories, observing the connections between such practices, knowledge, and memories. The research addresses the elements of ancestry, memories, and agrobiodiversity from an intersectional perspective, engaging with the thoughts of black intellectuals to effectively analyze the specificities among black peasant women in agrobiodiversity management. The methodological approach is based on the life writings of three black women from the Pequeno Willian settlement, highlighting how gender, race, and class markers influence their life trajectories and the knowledge they produce in their territories. To construct life writings, the following instruments are used: semi-structured interviews, field notes, turban workshops, and photographic records. The results of the analysis of the interlocutors' narratives highlighted the remarkable actions of black women in agrobiodiversity management, as well as their connections to their ethnic-racial identities and ancestral heritage. It shows that their systems and practices promote a new perspective in relation to agrobiodiversity, establishing significant connections between their agrobiodiversity practices and ancestral knowledge in their peasant black territories. These ancestral knowledge systems are fundamental as forms of resistance in the maintenance and production of healthy food, establishing an intimate relationship with the territory of struggle. Through stories interwoven by the intersections of the structure, black women from the Pequeno Willian settlement highlight their battles and resistances, narratives that are often little addressed in the Brazilian rural context. The dissertation contributes through the voices and looks of black women to the breaking of invisibility and anonymity from the resistances woven by them, presenting a genuine perspective of the rural environment under the eyes of these black peasant women.

Keywords: intersectionality; black peasant women; memory and ancestry; agrobiodiversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Artesanatos desenvolvidos pela Flor de Pequi.	36
Figura 2. Artesanatos desenvolvidos pela Lobeira.....	36
Figura 3. Artesanatos desenvolvidos pela Caliandra.	36
Figura 4. Flor de Pequi mostrando suas ervas do quintal.....	40
Figura 5. Caderno de ervas da Flor de Pequi.	40
Figura 6. Caliandra, sua mãe e crianças do assentamento na caminhada coletiva.....	44
Figura 7. Lobeira com seu turbante em seu plantio do SAF no Cerrado.	47
Figura 8. Área de plantio das famílias na época do acampamento.	54
Figura 9. Vista geral do assentamento.	55
Figura 10. Placa de identificação da entrada do Assentamento Pequeno Willian.....	56
Figura 11. Cerrado presente na parcela da Flor de Pequi.....	57
Figura 12. Dia de produção de farinha com Flor de Pequi.....	59
Figura 13. Remoção da casca de mandioca com Flor de Pequi.	59
Figura 14. Produção de artesanatos natalinos com fibras do Cerrado e de bonecas abayomi.	61
Figura 15. Baiana com seu turbante no Pelourinho, em Salvador.	63
Figura 16. Mulheres de etnia macua, maior grupo de Moçambique, com seus turbantes.....	63
Figura 17. Mulheres negras com turbante. Figura 18. Mulher negra com turbante.....	64
Figura 19. Amarrações de turbante que fiz na minha mãe, em Lêda.	65
Figura 20. Tecidos para a oficina de turbante.	66
Figura 21. Uma das interlocutoras e seu turbante durante a oficina.	69
Figura 22. Uma das interlocutoras caminhando pelo Cerrado com seu turbante após a oficina.....	69
Figura 23. Entrada da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.	80
Figura 24. Exterior da Biblioteca.....	80
Figura 25. Interior da Biblioteca.....	80
Figura 26. Dia de organização do acervo de livros da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.	81
Figura 27. Caminhada com as mulheres na Comuna Panteras Negras.	81
Figura 28. Oficina de contação de histórias.	82
Figura 29. Capa de divulgação da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023.	86
Figura 30. Programação da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023.....	86
Figura 31. Sistema agroflorestal de Caliandra no início.	102
Figura 32. Sistema agroflorestal de Lobeira dentro do Cerrado.	103
Figura 33. Sistema agroflorestal de Lobeira no Cerrado.	104
Figura 34. Quintal da Flor de Pequi com plantas alimentícias e medicinais.....	106
Figura 35. Quintal e as galinhas de Flor de Pequi.....	107
Figura 36. Quintal de Caliandra com suas plantas alimentícias e medicinais.....	108
Figura 37. Quintal de Caliandra.	108
Figura 38. Viveiro de plantas ornamentais de Caliandra.	108
Figura 39. Cará-moela roxo de Lobeira.	110
Figura 40. Sementes de teosinto, fava bege e roxa.	112
Figura 41. Sementes de alface.....	112
Figura 42. Tubérculos de cará do ar e cará roxo.	113
Figura 43. Sementes de mangarito.	113
Figura 44. Casa de bioconstrução de Lobeira e seu companheiro.	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização das mulheres participantes.	37
Quadro 2. Como as mulheres negras se veem participando da agricultura.	101
Quadro 3. Olhares das mulheres sobre seus sistemas agrobiodiversos.....	105
Quadro 4. Plantas que ativam memórias das mulheres negras.	116
Quadro 5. Saberes ancestrais das mulheres negras do Pequeno Willian.	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção agrícola de Planaltina - DF em 2022.	50
Tabela 2. Assentamentos e acampamentos da reforma agrária de Planaltina - DF.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEASA	Central de Abastecimento
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
ESECAE	Estação Ecológica de Águas Emendadas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAC	Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal
FUP	Faculdade UnB de Planaltina
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IFB	Instituto Federal de Brasília
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LECRIA	Laboratório de Empreendimentos Criativos
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
MATR	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais
MG	Minas Gerais
MTD	Movimento de Trabalhadores por Direito
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
PANCS	Plantas alimentícias não convencionais
PDA	Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPG-SOL	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PW	Pequeno Willian
RA	Região Administrativa

RL	Reserva legal
SAF	Sistema Agroflorestal
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCS	Unidades de Conservação
UnB	Universidade de Brasília
ZTM	Zona Típica de Módulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: ESCREVIVER A MINHA VIVÊNCIA	15
1.1 Aproximação com o tema e a problemática	16
1.2 Costurando diálogos com as mulheres negras camponesas e o campo brasileiro	20
CAPÍTULO 2: TECENDO CAMINHOS COM AS MULHERES NEGRAS DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN - DF	24
2.1 Escrivência: o narrar sobre si	25
2.2 Escrivência como método	28
2.3 Tecendo redes com o território e as interlocutoras do campo	33
2.4 Quem são elas?	34
2.4.1 Flor de Pequi	37
2.4.2 Caliandra	41
2.4.3 Lobeira	44
2.5 Planaltina: riquezas e histórias do território	47
2.5.1 Aspectos rurais e ecológicos de Planaltina	49
2.6 Assentamento Pequeno Willian: um território negro	51
2.7 Escrivências com as mulheres: Fazendo farinha de mandioca	57
2.8 Escrivências com as mulheres: fazendo artesanatos com fibras do Cerrado e de bonecas abayomi	59
2.9 Escrivências com as mulheres: diálogos no café da tarde	61
2.10 Escrivências com as mulheres: oficina de turbante	62
CAPÍTULO 3: INTERSECCIONALIDADE: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS DO PEQUENO WILLIAN	70
3.1 Interseccionalidade	70
3.2 Escrever a vivência de outras: isso é o quilombo	75
3.3 Ser mulher negra e Sem terra	82
3.4 Acampamento pedagógico – Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023	85
CAPÍTULO 4: CONEXÕES ENTRE ANCESTRALIDADE E MANUTENÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE POR MULHERES NEGRAS DO PEQUENO WILLIAN	95
4.1 Ancestralidade	95
4.2. Agrobiodiversidade por mulheres negras	98
4.3 Raízes ancestrais e sistemas agrobiodiversos por elas	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS – OU PARA NÃO CONCLUIR	124
REFERÊNCIAS	129

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	142
APÊNDICE B - TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO ORAL PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS	148
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	151
APÊNDICE D – ROTEIRO OFICINA DE TURBANTE	153
APÊNDICE E - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA DA INTERSECCIONALIDADE.....	156
APÊNDICE F - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA MEMÓRIAS E ANCESTRALIDADE	158
APÊNDICE G - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA AGROBIODIVERSIDADE.....	160

1 INTRODUÇÃO: ESCREVIVER A MINHA VIVÊNCIA

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

(Neusa Santos Souza, 1983)

Nascida em Planaltina, Distrito Federal (DF), cidade onde resido e resisto até hoje, tenho esse local como meu lugar no mundo e espaço de reflexão. Me apresento como mulher negra em processo de construção enquanto pesquisadora, como estratégia de enfrentamento aos desdobramentos que afetam a cidade e o campo.

Minha trajetória perpassa de forma interseccional¹ por inúmeras opressões, sendo eu, mulher e negra, essas opressões me colocam em um lugar de aproximação com as sujeitas desta pesquisa. Nós, mulheres e negras, observamos o quanto esse não lugar vivenciado pelas mulheres negras é um espaço doloroso, mas que deve ser transformado em potência, como aponta Ribeiro (2016). Esse espaço atribui às mulheres negras um olhar especial, por conseguirem perceber as dinâmicas estruturais que perpassam suas vidas através de uma visão mais ampla. Portanto, minha trajetória está intimamente ligada às dinâmicas estruturais que atravessam as interlocutoras deste trabalho. Assim, usarei desse meu lugar² para analisar essas dinâmicas que integram as narrativas das mulheres negras camponesas.

Diante disso, apresento uma breve síntese da minha vivência até o momento de encontro com a temática desta pesquisa. Nos últimos anos, construí uma relação com o meio rural da cidade de Planaltina. Em 2015, ingressei no curso superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Planaltina. Esse curso me trouxe a valorização dos saberes locais, fortalecendo o meu vínculo com esse território. Durante e após a graduação, pude desenvolver e vivenciar trabalhos de campo de pesquisa e extensão nos assentamentos Pequeno Willian e Oziel Alves 3, ambos

¹ Pensar a partir da perspectiva interseccional permite termos um olhar mais amplo das nossas vivências e nos tirar da invisibilidade através das intersecções que nos atravessam, como a raça, gênero, classe, entre outras intersecções que nos perpassam (SANTOS; SANTOS, 2022).

² Djamila Ribeiro (2016) aponta em sua obra "*O que é lugar de fala?*" que enquanto ferramenta metodológica o lugar de fala compreende experiências históricas compartilhadas e baseadas em grupo, se propondo a refletir sobre o fato de quando falamos partimos de um locus social que é imposto a partir da nossa racialidade.

localizados em Planaltina - DF. Juntamente, pude participar de atividades formativas no acampamento 08 de março, localizado na mesma região.

A partir dessas experiências, me tornei pesquisadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) do IFB - *campus* Planaltina em 2018, onde atuei em projetos nos seguintes temas: manejo da agrobiodiversidade em comunidades rurais, agricultura familiar camponesa, pesquisa-ação, entre outros assuntos correlacionados. No mesmo ano, participei do projeto de extensão no NEA-IFB, no qual a iniciativa tinha como objetivo fortalecer ambientes de interação agroecológica e inovações no manejo da agrobiodiversidade junto às famílias agricultoras de assentamentos rurais de Planaltina. Esse projeto foi desenvolvido no assentamento Pequeno Willian, assentamento da reforma agrária, localizado próximo à instituição de ensino.

A partir desse trabalho, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o tema “*Saberes associados à agrobiodiversidade no assentamento Pequeno Willian, Planaltina - DF*”. Esse estudo identificou os saberes dos agricultores e agricultoras associados ao uso da agrobiodiversidade para fins produtivos e geração de renda.

A pesquisa sobre a agrobiodiversidade no assentamento Pequeno Willian demonstrou que a diversidade de espécies e variedades cultivadas revelaram a autonomia das famílias em seus sistemas produtivos, associadas aos saberes tradicionais, materializados nas espécies de plantas (PEREIRA, 2018). Esse assentamento rural apresenta estratégias para o manejo dos sistemas produtivos a partir de princípios e práticas agroecológicas³. Respeitar, sentir e compreender as histórias contadas, conhecer a multiplicidade das famílias, saberes, memórias e resistências trouxeram a possibilidade de (re)conhecer outras sujeitas – as mulheres negras assentadas da reforma agrária desse território –, onde foi possível observar que nesse assentamento a maioria dos agricultores e agricultoras são famílias camponesas negras. Essas experiências foram fundamentais para minha escolha do tema e do projeto de dissertação no PPG-Mader.

1.1 Aproximação com o tema e a problemática

A partir da construção e do desenvolvimento dessas experiências iniciais vivenciadas durante a graduação, pude observar, nos núcleos familiares do assentamento

³ De acordo com Leff (2002), as práticas agroecológicas remetem à recuperação dos saberes tradicionais através de resultados “culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional” (LEFF, 2002, p. 42).

Pequeno Willian, as mulheres negras camponesas como sujeitas fundamentais na manutenção da agrobiodiversidade⁴. Elas desenvolvem a produção de artesanatos, com folhas e frutos do Cerrado, muitas delas cuidam dos viveiros, com cultivo de plantas ornamentais e medicinais. Além disso, fazem o manejo da produção de hortaliças e frutas, entre outras atividades que contribuem para a diversificação e manutenção da agrobiodiversidade, incluindo o desenvolvimento de outras atividades econômicas que valorizam a sociobiodiversidade⁵.

Aliados a esses resultados, foi possível observar que as mulheres negras assentadas da reforma agrária ainda estão em um espaço de subalternização, invisibilização e apagamento perante a manutenção de seus territórios. A partir do incômodo diante desse apagamento, decidi fazer nesta pesquisa um recorte no qual pretendo dialogar com mulheres negras camponesas desse assentamento, transitando entre os debates sobre gênero, raça/etnia e classe e a atuação das mulheres no manejo da agrobiodiversidade. Abordo nesta pesquisa as questões de enfrentamento ao racismo e à discriminação, que, de acordo com Ribeiro (2016, p. 28), “o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, contribuindo para manter as relações entre as mulheres hierarquizadas reproduzindo o discurso hegemônico”. A vida das mulheres do campo está atravessada por uma trajetória de luta e resistência, mas também é repleta de leveza e beleza a partir de suas relações com a terra, com o Cerrado, com a agroecologia, seus quintais, artesanatos, suas famílias, entre outras relações. Essas relações estão vinculadas aos saberes guardados dessas mulheres, trazendo uma ampliação da rica diversidade biológica e cultural que esse assentamento da reforma agrária apresenta. Ribeiro (2016) salienta que as mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Concentro-me nas mulheres negras assentadas da reforma agrária, cujos saberes são lugares de potência e configuram olhares sob uma nova perspectiva de relação com a natureza, através da agricultura e da vida no campo.

⁴ Para Silva e Costas (2021, p. 688), a agrobiodiversidade compreende “à união de competências que englobam desde o biológico ao cultural, sendo que suas principais características residem nos seguintes aspectos: a) é ativamente manejada pelos agricultores/as; b) muitos dos seus componentes não sobrevivem sem a interferência humana; c) pode ser composta por plantas e animais nativos ou exóticos; d) em função da intervenção humana, a sua conservação em sistemas de produção é inerente ao seu uso sustentável; e e) sua conservação se dá nas mais variadas estratégias, como as casas ou bancos comunitários de sementes, nos registros comunitários da agrobiodiversidade, entre outros”.

⁵ De acordo com Brasil (2009, p. 9), a sociobiodiversidade deriva dos “bens e gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovem a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem”.

Nesses territórios, diferentes trajetórias de vida e de luta convergem no movimento de serem assentadas e assentados da reforma agrária, assim, delinham-se vínculos entre biodiversidade, cultura e alimentação (MELO; TAVARES, 2020). Nesse sentido, podemos dizer que esses vínculos se estabelecem entre as histórias de vida e a ancestralidade como fatores decisivos para as escolhas de cultivo, manejo e alimentação. Em que pese às mulheres negras camponesas, elas trazem em seus repertórios técnicas de sobrevivência e saberes etnobotânicos⁶: sobre a agricultura tropical, fitoterapia e a agroecologia (GOMES, 2011). Assim, os saberes das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian estão vinculados a uma vivência negra, sendo que a presença da ancestralidade é potente nesse assentamento da reforma agrária.

É necessário salientar a presença da composição étnico-racial das pessoas que vivem no campo, de acordo com o Censo Agropecuário (2017)⁷, 52,8% das pessoas são negras (pretas ou pardas) e 45,4% são brancas, uma distribuição semelhante à população do país, segundo números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua, 2017). De acordo com a pesquisa de Mello (2018), publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as pessoas negras representam 84,5% dos assentados da reforma agrária. Desse percentual, 49,56% são representadas por mulheres. Não foram encontrados na referida pesquisa dados sobre o percentual de mulheres negras assentadas.

Nos dados apresentados, demonstra que a população negra é maioria no acesso à terra pela reforma agrária. Contudo, aponta-se a necessidade de intersecção entre raça/etnia, classe e gênero nas análises e estudos no meio rural. O apagamento das questões étnico-raciais com as mulheres negras camponesas demonstra “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuando no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Nesse sentido, as mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian, localizado em Planaltina (DF), organizado por meio do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), trazem consigo uma memória ancestral, quando observado, no campo, a dinâmica de seus territórios. Elas assumiram o protagonismo na

⁶ Segundo Gomes (2009, p. 8), os saberes etnobotânicos “constituem-se em saberes e práticas sociais africanas trazidas no transatlântico África-Brasil, seja através da fitoterapia, na agroecologia a partir dos saberes das plantas produzidos nas religiões de matriz africana, nas comunidades rurais, nos quilombos, nos quintais urbanos de vilas e favelas”.

⁷ Destaco que os dados do Censo Agropecuário de 2022 ainda não se encontram disponíveis.

contribuição para a diversificação e manutenção da agrobiodiversidade a partir dos sistemas agroecológicos⁸ desenvolvidos. Tais práticas agroecológicas visibilizam a luta contra o racismo no campo, dando espaços às memórias ancestrais desses povos como formas legítimas e respeitadas de se produzir alimentos. As mulheres do assentamento Pequeno Willian possuem um elo entre a agroecologia e a ancestralidade em seus territórios da reforma agrária (SANTANA, 2016).

Com uma trajetória de vida atravessada por diversas lutas e resistências, as mulheres camponesas sofrem um impacto com as relações de gênero, resultando na desigualdade sociocultural e na desvalorização do seu protagonismo no histórico de produção de vida (SOUZA; SILVA, 2015). As mulheres negras camponesas têm outra categoria analítica que se junta e impacta na vida dessas mulheres: a raça. Para Gomes (2005, p. 45), “a raça nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país”.

A invisibilidade das questões de raça também estão presentes nos estudos realizados no meio rural. Villas Bôas (2011) salienta que, mesmo a população do campo brasileiro sendo em sua maioria negra, há ausência de pesquisas que articulem questões agrária e racial, agronegócio e racismo, como conexões do problema estrutural, reflexos de um modo de produção agrícola voltado eminentemente para exportação, legado escravocrata brasileiro.

Essa invisibilização aumenta quando nos aproximamos da intersecção dos eixos de gênero, raça e classe para análise das realidades das mulheres negras camponesas. Na realidade das sujeitas desta pesquisa, percebe-se que o acesso à terra, embora essencial, não supera outras desigualdades, como a divisão racial e sexual de trabalho no meio rural, acesso às políticas públicas, entre outros direitos.

Carneiro (2003) salienta que as mulheres negras possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero, se essa não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher nesse caso. A perspectiva das desigualdades de gênero sem o recorte racial nos afasta da inserção dos conflitos raciais fundamentais para a compreensão da realidade das mulheres

⁸ Finatto e Corrêa (2011, p. 299) destacam que os sistemas agroecológicos desenvolvidos pelos agricultores familiares estão relacionados às práticas de “menor escala de produção, a diversificação produtiva, o envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, a menor dependência de insumos externos, a possibilidade na eliminação no uso de agrotóxicos e os menores custos com a produção são vantagens importantes que qualificam o desenvolvimento de práticas agroecológicas”.

do campo. Ocorre, assim, um apagamento nas histórias das mulheres brasileiras, e as histórias das mulheres negras camponesas, então, é quase inexistente (MOTTA, 2021).

Ao falar de suas trajetórias, essas mulheres informam e expressam suas reflexões sobre distintos universos sociais, culturais e ambientais (TEDESCHI, 2009). No caso das mulheres negras camponesas, falar de suas histórias é uma maneira de afirmar o conhecimento ancestral dessas mulheres.

A perspectiva interseccional⁹ nos possibilita analisar as múltiplas opressões, entre duas ou mais formas de interações, como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas de discriminações que perpassam sobre grupos historicamente oprimidos, em particular sobre as mulheres negras (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade é um caminho para a ampliação do olhar em relação às especificidades existentes entre as mulheres negras camponesas e de como essas mulheres enxergam suas ancestralidades em suas práticas de manejo da agrobiodiversidade vinculadas às suas identidades étnico-raciais.

1.2 Costurando diálogos com as mulheres negras camponesas e o campo brasileiro

A ideia de pesquisar este tema surge a partir das experiências expostas anteriormente, aliadas à contribuição em debates sobre as questões étnico-raciais e as mulheres negras camponesas nos estudos realizados no meio rural. Tal situação se coloca como desafio, que traz à tona a importância da quebra de um sistema vigente que invisibiliza as narrativas dessas mulheres.

Em pesquisa realizada, com o intuito de identificar pesquisas acadêmicas desenvolvidas no assentamento Pequeno Willian com mulheres camponesas, foram encontradas as seguintes dissertações: “*A participação da mulher no MST no DF e Entorno: estudo de caso*”, de autoria de Judite Dias Ximenes (2011); “*As assentadas na agricultura familiar de base agroecológica do Pequeno Willian – Planaltina – DF: condições de vida, trabalho e meio ambiente*”, de autoria de Jonathas Felipe Aires Ferreira (2016); “*Resistências no campo agrário: mulheres do Assentamento Pequeno Willian e mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio*”, escrita por Lindalva Santos Santana (2016); “*Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar*”, de Analine Almeida Specht (2019); e “*O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra*”

⁹ Será aprofundado a discussão em torno da interseccionalidade ao longo da dissertação.

em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal”, de Edineide Soares da Rocha (2021).

Entre essas cinco dissertações, quatro trabalhos pontuam a negritude das agricultoras do assentamento Pequeno Willian, mas entre as quatro dissertações, somente a de título “*Resistências no campo agrário: mulheres do Assentamento Pequeno Willian e mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio*”, de Lindalva Santos Santana (2016), evidencia a negritude das mulheres negras desse assentamento.

Nessa dissertação, a pesquisadora propõe compreender o papel das mulheres do núcleo feminino do agronegócio e das mulheres no assentamento Pequeno Willian, além de analisar as suas estratégias de resistência às relações patriarcais, enfatizando as resistências dos dois grupos. Observa-se que a autora trabalha as categorias de raça, gênero e classe de formas separadas. Para Ribeiro (2016), é importante pensarmos as relações interseccionais a partir de novas formas de sociabilidade, e não somente nas opressões estruturais de modo isolado.

Para tanto, justifica-se a necessidade desta pesquisa em discutir os elementos étnico-raciais, mulheres negras camponesas, agrobiodiversidade e suas ancestralidades, na perspectiva interseccional, de forma a analisar com eficácia as especificidades existentes entre as mulheres negras camponesas nos processos de manutenção da agrobiodiversidade em seus territórios vinculadas às suas identidades étnico-raciais. Fazer esta pesquisa a partir do olhar interseccional em um território que tem como princípios, desde sua criação, as bases agroecológicas com as mulheres negras camponesas como protagonistas é uma maneira de contribuir para o debate racial nos espaços de visibilização da agroecologia, aliada ao pensamento sobre qual agroecologia desejamos construir.

Essa temática é necessária, pois para nós, pesquisadoras e pesquisadores negros/as, esse olhar interseccional é de suma importância para evidenciar e construir produções de autores e autoras negros/as dentro da academia. A universidade ainda é um espaço hegemônico por homens brancos. Desde o princípio, as regras acadêmicas foram construídas para favorecer homens brancos. Quando nós, pessoas negras, adentramos esses espaços e dialogamos com intelectuais negros/os em nossas pesquisas acadêmicas, é uma estratégia de sobrevivência e luta por permanência nesses espaços. Isso garante continuidade e produção de conhecimento em diálogo com o nosso povo que não está na universidade, mas que produz conhecimento e resistência em outros lugares.

Para isso, está sendo utilizado nesta pesquisa referências pautadas em diálogos com intelectuais negros e negras.

Nesse sentido, uma das contribuições desta pesquisa é a inserção de novos pensamentos e de outras bases epistemológicas que revelem as estratégias de manutenção e reprodução das opressões raciais vivenciadas pelas mulheres negras camponesas desse território, elementos fundamentais para o entendimento da realidade social do campo brasileiro.

A partir desse contexto, surgem as seguintes questões:

- 1) Como as relações interseccionais entre gênero, raça e classe interferem na manutenção da agrobiodiversidade feita pelas mulheres negras nesse território?
- 2) Como as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian percebem suas identidades étnico-raciais?
- 3) Como as memórias das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian contribuem na manutenção da agrobiodiversidade?
- 4) Como a agrobiodiversidade propicia espaços aos conhecimentos das mulheres negras desse território?

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com suas ancestralidades.

Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Refletir, com as mulheres negras camponesas, as narrativas sobre suas histórias de vida, reconhecendo suas experiências; 2) Mapear as práticas relacionadas à agrobiodiversidade desenvolvidas pelas mulheres negras camponesas em seus territórios, observando as relações entre tais práticas, saberes e suas memórias.

Esta dissertação será desenvolvida em quatro capítulos. A partir de uma discussão interseccional, as análises se cruzarão com os dados de campo e com os referenciais teóricos ao longo dos capítulos.

No Capítulo 1 – **Introdutório**, a dissertação inicia ao apresentar a pesquisadora, uma mulher negra que compartilha suas experiências pessoais e profissionais. Destaco a aproximação da pesquisadora com as mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian, situado em Planaltina, DF. Além disso, o capítulo aborda as motivações da pesquisa, a justificativa, as questões de pesquisa, os objetivos gerais e específicos para identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento

Pequeno Willian no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com suas ancestralidades.

No Capítulo 2 – **Tecendo caminhos com as mulheres negras do Assentamento Pequeno Willian – DF**, será empregada a metodologia da escrevivência, com base no pensamento da autora Conceição Evaristo (2009), como caminho a ser trilhado para a escrita acadêmica. Nesse percurso, será apresentada a relação da pesquisadora com as mulheres negras, suas histórias de vida e relações com o território. Essas mulheres serão chamadas, ao longo deste estudo, de Flor de Pequi, Caliandra e Lobeira, nomes de flores do Cerrado. Baseado no encontro das escrevivências das mulheres negras camponesas, foram utilizadas algumas técnicas de coleta de dados, como: entrevistas semiestruturadas, caderno de campo, oficinas de turbante e registros fotográficos, que serão apresentados no capítulo. Em seguida, serão descritos a caracterização de Planaltina - DF e o histórico do assentamento Pequeno Willian a partir das narrativas e olhares das mulheres negras.

No Capítulo 3 – **Interseccionalidade: estratégias e resistências das mulheres negras do Pequeno Willian**, será apresentado o elemento teórico-metodológico da interseccionalidade para análise da realidade das mulheres negras camponesas. Para isso, a análise da categoria Ser mulher negra e Sem Terra estará em diálogo em uma perspectiva interseccional que será construída a partir das seguintes referências em interseccionalidade: Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (2002), entre tantas outras e outros intelectuais. Ademais, o capítulo apresentará a caracterização e anunciará espaços de acolhimento, construídos e tocados pelas mulheres negras do território.

No Capítulo 4 – **Conexões entre ancestralidade e manutenção da agrobiodiversidade por mulheres negras do Pequeno Willian**, serão apresentadas as análises dos dados da pesquisa, construídas a partir das narrativas das mulheres na categoria Ancestralidade, em diálogo com autoras, como Kilomba (2019), Evaristo (2020), Gusmão (1995), Santos e Santos (2022), entre outras e outros intelectuais. Nas categorias Agrobiodiversidade por mulheres negras e Raízes ancestrais e sistemas agrobiodiversos, a análise dos dados da pesquisa será elaborada a partir do diálogo dessas mulheres com as visões de Almada e Souza (2017), Jalil, Silva e Oliveira (2020), Machado (2008), Santilli (2009), entre tantos outras e outros intelectuais.

CAPÍTULO 2: TECENDO CAMINHOS COM AS MULHERES NEGRAS DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN - DF

Neste capítulo, atendendo ao objetivo específico da pesquisa, no que diz respeito a refletir com as mulheres negras camponesas, as narrativas sobre suas histórias de vida, reconhecendo suas experiências, serão abordados os aspectos metodológicos da pesquisa e os caminhos que levaram ao encontro com a escritora enquanto um conceito existencial, literário e como rota de metodologia e escrita acadêmica. Em seguida, serão apresentadas as mulheres do território do Pequeno Willian, bem como a caracterização da área de estudo, a região de Planaltina, e o histórico do assentamento Pequeno Willian através das histórias contadas pelas mulheres negras e as escrituras construídas com elas.

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa que, de acordo com Angrosino (2009), busca abordar, entender e descrever como as pessoas constroem o mundo a sua volta, analisando as relações sociais de diversas maneiras no dia a dia dos indivíduos e grupos.

Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia das escrituras – como será detalhadamente analisado adiante –, o eixo norteador desta pesquisa envolverá entrevistas semiestruturadas, promovendo um diálogo com as mulheres sobre questões relacionadas às suas memórias/ancestralidade, à intersecção entre gênero, raça e classe, bem como ao manejo da agrobiodiversidade. As perguntas das entrevistas foram cuidadosamente sistematizadas para orientar a pesquisadora; no entanto, as mulheres foram convidadas a se sentirem à vontade para falar sem interrupções e acrescentar seus conhecimentos em cada fala, as quais foram atentamente registradas. Além das entrevistas, foram utilizados o caderno de campo, os registros fotográficos e a oficina de turbante. Os métodos e técnicas utilizados no campo foram realizados no decorrer de março de 2022 a fevereiro de 2023. Os registros foram realizados nas propriedades das mulheres e em atividades coletivas no assentamento.

2.1 Escrivência: o narrar sobre si

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado.

(HOOKS, 2013, p. 273)

Escrivência: a escrita de nós para nós, mulheres negras

O movimento de me ver e ocupar esse lugar na universidade como pesquisadora, além do processo de escrita têm sido desafiadores. Mesmo com a liberdade e estímulos da minha orientadora e do meu orientador para poder construir essa dissertação, fiquei um pouco aflita após a realização da etapa de pesquisa de campo, de como faria para organizar e analisar os dados levantados.

Durante a pesquisa de campo, foram surgindo, diversas vezes, questionamentos de como poderia transformar todas as vivências que pude ter com as mulheres negras do território em textos que pudessem contemplá-las a partir do compromisso político que assumi desde quando entrei na academia. Entre angústias, dificuldades e tentativa de se desprender das amarras das estruturas acadêmicas, muitas vezes pensei em como poderia produzir um texto acadêmico que recorrentemente teria uma preocupação maior da academia em alcançar uma certa forma de escrita, que, em busca dessa fórmula certa, paralisou em muitos momentos minha capacidade criativa e me fez procrastinar na escrita. Questionei, até mesmo antes de ir a campo após a qualificação do projeto de pesquisa, como eu, uma jovem negra, moradora de uma periferia de Planaltina, teria a capacidade de ingressar em um programa de pós-graduação e de escrever esta dissertação.

Esses pensamentos me levaram a questionar a razão pela qual me atrevi a me tornar pesquisadora. Talvez, as respostas aqui seriam inúmeras, mas penso no que mais me motivou a seguir essa caminhada: o direito à educação. No processo de me reconhecer como uma mulher negra e continuar meus estudos após a graduação, percebi que ali não precisava ser o fim. A educação nos oferece a oportunidade de expressar nossas vivências por meio da escrita, e eu pude perceber que escrever a partir do meu lugar é uma forma política de exercer um direito que historicamente nos foi negado, assim como aconteceu com minha mãe, minha avó e tantas outras pessoas negras que não tiveram acesso ou a chance de concluir seus estudos. Ingressei na graduação e no mestrado por meio das políticas afirmativas, sei o valor das lutas populares do movimento negro para assegurar nossa permanência na universidade.

Entrar no mestrado durante a pandemia de covid-19, assistir às aulas on-line, administrar a vida pessoal e dar conta das leituras solicitadas em casa foram um grande desafio durante o primeiro ano do mestrado. Escrevo esse texto dentro de um dos espaços que mais gosto da universidade: a biblioteca. Poder ocupar esses espaços, sendo a primeira mulher da minha família a concluir a graduação em uma instituição federal pública e a adentrar em um programa de pós-graduação na universidade pública, me permite ecoar nossas vozes através da escrita como uma forma de ruptura com esse lugar silenciado e um direito negado que foi imposto a nós, pessoas negras. Falo nós, porque para nós, o povo negro, não faz sentido ser uma luta individualizada, e sim uma luta coletiva permeada por resistência, histórias, afetos e cuidados, como aprendo diariamente com os nossos e nossas ancestrais.

Vejo que, nesse processo, me tornei uma pesquisadora que traz o ativismo para minha prática diária de transformação dentro da universidade, o que possibilita a interação cotidiana de saberes com as mulheres negras camponesas interlocutoras desta pesquisa, com quem aprendo todos os dias. Sigo em diálogo com o que Mignolo (2008, p. 305) chama de opção decolonial, uma prática de “aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo”. Nesse diálogo, recorro à reflexão de Glória Anzaldúa (2000), nos seus momentos de criação da escrita:

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato – esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

Pensando o processo de escrita como um ato político, como salienta Glória Anzaldúa (2000), apesar dos bloqueios de criação na escrita, pude me permitir encontrar novos caminhos. Nessa escrita, noto a importância de nos mantermos nesses espaços e de criar alternativas possíveis de fluidez do texto. Dessa maneira, posso ser uma mediadora na tentativa de um processo metodológico que abrace e vivencie o fazer com as mulheres negras do território Pequeno Willian, indo ao encontro da fala de bell hooks (1995):

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo

divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade (HOOKS, 1995, p. 466).

Em concordância com bell hooks (1995), penso os espaços acadêmicos como formas de corroborar para a construção de novas epistemologias e para o fomento de saberes antes não contemplados pela ciência ocidental, rompendo com essa lógica predominantemente racista, sexista e branca no fazer científico. Para nós, que nos colocamos nesses espaços, é uma das vias de resistências, como uma política de cotidiano, como ressalta bell hooks (1995).

Essas práticas insurgentes fazem ecoar nossas vozes e existências através de nossas realidades, mostrando novos espaços agentes de conhecimentos, como nossas comunidades urbanas e rurais e tantas outras. É nesse contexto que me fortaleço como uma pesquisadora negra, me permitindo adentrar na academia e fazer pesquisa, olhando para essas histórias, falas e ouvir as trajetórias daquilo que me atravessa e me faz pertencer a este mundo sem me desconectar da minha realidade.

Nesse percurso, me aproximei mais ainda de intelectuais negras e negros brasileiras/os e encontrei nelas e neles o acolhimento necessário para seguir nessa caminhada. Assim, fui de encontro ao conceito de escrevivência, ancorado em Conceição Evaristo (1996), que será aprofundado com mais detalhes na próxima subseção – escrevivência como método. De maneira similar a Carolina Maria de Jesus¹⁰, Conceição Evaristo (1996) interpreta o Brasil por meio da trajetória narrativa enraizada no cotidiano e nas memórias.

A partir da minha condição de mulher negra, fui de encontro às narrativas das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian durante a pesquisa de campo para a escrita desta dissertação. Saliento que na construção desse processo metodológico com as mulheres interlocutoras, a proposta não é falar por elas, ao contrário, é construir uma relação dialógica entre as interlocutoras e eu, embasada em uma escrevivência que possa criar uma escrita a partir do meu lugar de fala, mulher negra, e tecer amarras entre saberes localizados (HARAWAY, 1995; MAIA, 2019).

¹⁰ Carolina Maria de Jesus (1914-1977) uma das escritoras mais importantes do país é autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1950). O livro narra as dificuldades e discriminações sofridas pela autora na periferia de São Paulo.

2.2 Escrivência como método

Nessa trajetória de pesquisa, na posição de mulher negra pesquisadora, trabalhando com as mulheres negras camponesas, trouxe em evidência que nossas experiências, mesmo não sendo idênticas, partem de um mesmo local comum de discurso marginalizado. “Todos nós falamos de um tempo e lugar específico, de uma realidade e história específica, não há discursos neutros” (KILOMBA, 2019, p. 58). É desse lugar, oriunda da periferia, que minha realidade é atravessada pelos marcadores de gênero, raça e classe e se coincide com a realidade das mulheres negras camponesas. Demarco o estreitamento entre minha vivência e as vivências das mulheres negras camponesas a partir dos reflexos do racismo estrutural¹¹. Me sinto provocada na posição de mulher negra pesquisadora para construir com as mulheres negras camponesas as possibilidades metodológicas de escrita, que seja interseccional e que revise suas memórias, suas sabedorias e problematize a ausência do debate racial nos estudos no meio rural.

Durante esse processo de pesquisa, ao longo do caminho, surgiu um novo modo de construir este estudo em relação à metodologia. A escriturização, que inicialmente era apenas uma ideia, acabou se tornando o aporte metodológico fundamental desta pesquisa.

Assim, a pesquisa foi construída a partir de muitas histórias, experiências, silêncios, emoções e risos das mulheres negras camponesas que não caberiam em uma metodologia fechada. Logo, a escriturização surgiu como uma epistemologia que permite incluir o pessoal e o subjetivo como partes dos discursos acadêmicos (KILOMBA, 2019).

Ainda, segundo Kilomba (2019), nos escritos acadêmicos de pessoas negras podem ser integradas a emoção e a subjetividade, visto que, contrariando a academia tradicional, “as/os intelectuais negras/os se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem” (KILOMBA, 2019, p. 58).

Realizar a pesquisa a partir da metodologia da escriturização é romper com os discursos hegemônicos que invisibilizam as vozes das pessoas negras subalternas, de modo que venha como um contradiscurso, considerando as intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade (ROCHA; AZEVEDO, 2021). Tal escolha metodológica consiste na ação de trazer à tona memórias antes relatadas e escritas numa perspectiva ocidentalista e silenciadora, propondo uma escolha política pelo diálogo, pela escuta e pelo

¹¹ Silvio de Almeida, em sua obra “*Racismo estrutural*” (2019), parte do princípio que o racismo é sempre estrutural. De acordo com o autor, o racismo estrutural “integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável [...] racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p. 12).

protagonismo das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian.

O conceito de escrevivência foi criado por Maria da Conceição Evaristo de Brito, conhecida como Conceição Evaristo, escritora mineira, nascida na extinta favela do Pindura Saia em Belo Horizonte (MG) no ano de 1946. Romancista, contista e poeta, é também pesquisadora na área de literatura comparada e foi professora na rede pública fluminense (SANTANA; ZAPPAROLI, 2020). Conceição Evaristo relata que o conceito de escrevivência surgiu durante sua pesquisa de mestrado, “começo a fazer um jogo entre escrever-viver, escrever-se-ver, escrever-se-vendo, escrevendo-se, até chegar ao termo escrevivência” (EVARISTO, 2021). Sua dissertação de mestrado teve como título “*Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*”, defendida em 1994 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sobre a essência do termo Evaristo (2020) relata:

Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande (EVARISTO, 2020, n.p).

Como salienta Evaristo (2020), a escrevivência constitui o resgate, a memória e a denúncia, formas que a autora encontrou para trazer à tona as experiências, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, como forma de afirmar a nossa ancestralidade, a partir das vozes das mulheres escravizadas que sequer a voz tinham antes, hoje a voz e a escrita pertencem a nós pessoas negras, sem esquecer a oralidade dos/as nossas e nossos ancestrais. A autora afirma que: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30).

Nesse sentido, a referência à casa-grande, trazida por essa afirmação de Evaristo (2020), expõe uma elite que ainda quer dominar as vivências e trajetórias do povo negro. Além disso, indica o conceito de escrevivência, que advém de uma necessidade de contar a história e a escrita da população negra através de suas próprias vozes, nas quais a escrita da vivência da mulher negra é inspiração para criação do conceito.

Em sua obra “*Becos da Memória*”, Evaristo (2006) ressalta que esse texto foi

marcado por uma escrevivência, trazendo para o debate o drama de uma comunidade favelada em processo de remoção. Evaristo (2010) aponta que a criação desse texto vem a partir de um lugar específico, marcado pelo seu local de fala, sua vivência de jovem moradora em uma favela. Uma escrita permeada por questões em torno do gênero, da raça, da oralidade e da memória.

Em um trecho de “*Becos da Memória*”, Evaristo (2006) cita como as memórias daquelas e daqueles que conviveram com ela acumularam dentro de si, marcando sua trajetória:

[...] a recordação daquele mundo me traz lágrimas aos olhos. Como éramos pobres! Miseráveis talvez! [...] escrevo como uma homenagem póstuma [...] Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela (EVARISTO, 2006, p. 29-30).

A escrevivência representa as narrativas, as histórias particulares, mas que remetem a experiências coletivizadas, apontando para a coletividade das mulheres negras. Para a autora, a mulher negra e o coletivo caminham juntos, através de experiências compartilhadas mediante os marcadores sociais, ainda que em posições distintas (EVARISTO, 2006).

A autora aborda esse conceito, ao relatar que:

[...] escrevo para os meus, mesmo sendo no nível do desejo. Pois é do cotidiano das classes populares que retiro o sumo da minha escrita. É desse meu lugar, é esse de ‘dentro para fora’, que minhas histórias brotam (EVARISTO, 2015, n.p).

Assim, comunidades negras criam estratégias de preservação das suas memórias e narrativas. Para Evaristo (2021), a importância de contar essas histórias é porque causam uma reviravolta. Se analisarmos a história da ciência, teremos histórias escritas a partir de categorias sociais hegemônicas. Para tanto, as histórias que não nascem nesses espaços sociais são invisibilizadas. Surge o questionamento: quem tem direito à memória? Talvez, a questão aqui não seja responder a essa pergunta, mas sim refletir sobre como essas histórias não só afrontam essa história contada por uma voz única, por conta de uma imposição de uma voz que quer falar sobre nós. É imperativo romper com o silêncio naturalizado em relação às pessoas negras, garantindo-lhes o direito à voz e à humanidade (RIBEIRO, 2017). Essas vozes apresentam novas narrativas e memórias que foram relegadas ao esquecimento por diversas razões.

De acordo com Saraiva (2010), a memória é o campo de atuação da história. Entretanto, ao longo da história, os registros documentados se concentravam

predominantemente nas experiências dos grupos dominantes, negligenciando assim as vozes e histórias de outros sujeitos e sujeitas, silenciando os saberes historicamente invisibilizados. A escrevivência surge como movimento de resgate dessas vozes e memórias de grupos historicamente excluídos. No caso das mulheres negras camponesas, falar de suas histórias é uma maneira de reconhecer os seus saberes ancestrais. Essa relação será aprofundada ao longo da dissertação.

Foram utilizadas diversas linguagens durante a construção das escrevivências com as mulheres negras do território, que serão relatadas a seguir. A pesquisa com as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian em Planaltina, Distrito Federal, nos levou ao encontro com a fonte da escrevivência, de Evaristo (2006), como uma forma de pensar e reformular uma escrita que seja permeada pela oralidade e ancestralidade, fruto das lutas dessas mulheres das quais pude conviver durante esse processo.

Esse movimento permitiu construir uma escuta sensível, que teve a intenção de ter sensibilidade ao ouvir as mulheres negras, proporcionar acolhimento às suas narrativas e respeitar seus lugares de fala. Elas próprias narram suas histórias, quebrando muitas vezes um silêncio imposto em suas vidas. O ponto de partida é suas existências e suas lutas a partir de suas individualidades e singularidades dentro dos seus territórios agrobiodiversos.

Uma experiência de pesquisa com escrevivência

Neste exercício de pesquisa, busquei identificar experiências de pesquisas acadêmicas que tivessem como percurso metodológico as escrevivências de mulheres negras camponesas como inspiração para este percurso acadêmico. Nessa caminhada, fui ao encontro da tese de doutorado da pesquisadora quilombola Givânia Maria da Silva, com o título “*O quilombo de conceição das crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola*”, defendida em 2022, no programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPG-SOL/UnB). A autora percorreu a mesma caminhada de narrar as experiências que nos constituem através da escrevivência. A seguir, apresento como a autora trabalhou a metodologia das escrevivências em sua tese.

Givânia Maria da Silva, mulher negra quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro/PE, educadora, ex-parlamentar, ex-gestora pública, pesquisadora, ativista negra e uma das fundadoras da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). É uma das principais representantes das

comunidades tradicionais de quilombos, além de referência nos estudos sobre educação quilombola (SILVA, 2022).

Em sua pesquisa de doutorado, Silva (2022) teve como objetivo analisar o processo de organização de mulheres quilombolas na preparação, conservação e defesa dos quilombos, tendo como foco central a terra/território como sujeito ativo, interligado com as práticas e vivências que marcam a luta no Quilombo de Conceição das Crioulas/PE.

Para o desenvolvimento da investigação, a pesquisadora propôs uma inovação metodológica através de um estudo compartilhado com as mulheres quilombolas. Para isso, Givânia se inspira na escrevivência, de Conceição Evaristo, como rota de escrita acadêmica, se desafiando e construindo em conjunto com as mulheres quilombolas a escutavivência, inspirada nos processos de escrevivência. De acordo com Silva (2022), a definição de escutavivência, conceito criado pela autora, possui “aproximações com a Escrevivência, a Escutavivência em uma pesquisa compartilhada narra, escreve e descreve histórias de dois lugares: de quem narra e de quem escreve, sendo que os dois movimentos são feitos coletivamente” (SILVA, 2022, p. 36).

Silva (2022) destaca que a construção da escutavivência se baseia na compreensão entendendo as mulheres quilombolas como coautoras da pesquisa. Para ela, a diferença entre escrevivência e escutavivência reside na prática de ouvir e compartilhar as vivências e experiências que fazem parte da trajetória, tanto de quem conta quanto de quem escuta, narra e escreve.

Em resumo, Silva (2022) aponta que sua tese concebe, a partir dos jeitos de pensar-fazer-sentir-viver das mulheres quilombolas, contribuições aos estudos sobre quilombos, terra e gênero, através das narrativas construídas da história quilombola pelos olhares das mulheres e suas formas de organização nos territórios quilombolas, em costura com as teorias do feminismo negro e estudos anticoloniais.

A potência do trabalho de Givânia com as mulheres quilombolas reafirma as palavras de Conceição Evaristo (2010), ressaltando o significado por trás das nossas escritas:

Quando mulheres do povo como Carolina Maria de Jesus, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite (EVARISTO, 2010, n.p).

A partir das reflexões de Evaristo (2010) e da experiência da pesquisa de Silva (2022), reafirmo meu compromisso como pesquisadora em defender que a oralidade, a memória e os saberes das mulheres negras camponesas do Assentamento Pequeno Willian possam ocupar os espaços acadêmicos. Através das teceduras de suas escrevivências em que me comprometi em costurar esse diálogo com as mulheres negras a partir de suas narrativas. Givânia, uma referência nesse processo, demonstra na prática o rompimento do lugar subalterno, submisso e silenciado imposto pela sociedade, desafiando o que foi pré-determinado para nos mulheres negras, camponesas e quilombolas. Ela transforma esse não lugar em uma poderosa potência, ecoando as vozes das mulheres quilombolas através de sua escuta sensível e escrita cuidadosa.

2.3 Tecendo redes com o território e as interlocutoras do campo

Na presente pesquisa, foi construído o diálogo com três mulheres do território Pequeno Willian de Planaltina. A escolha das mulheres se deu a partir da abertura para a realização do estudo, pela proximidade da pesquisadora com as interlocutoras e pela gentileza das mulheres em me receber em suas casas. Como relatado inicialmente, já havia desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão, bem como participado de atividades formativas com algumas famílias e mulheres do assentamento em anos anteriores, mas os vínculos foram fortalecidos com as mulheres durante as atividades de desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse processo, continuamos mantendo contato, realizando visitas e participando de atividades coletivas no assentamento, especialmente com as mulheres. Na fase de (re)aproximação com as mulheres, pude acompanhar um pouco de suas rotinas no dia a dia e conversar sobre alguns elementos da pesquisa. Nas próximas subseções, serão apresentadas as interlocutoras, a região de Planaltina e a história do assentamento Pequeno Willian, por meio das narrativas das mulheres e dos registros do diário de campo

de momentos de atividades e escrevivências que pude vivenciar e construir com as mulheres no assentamento.

2.4 Quem são elas?

Nesta subseção, são apresentadas as histórias das três mulheres participantes desse estudo. Elas são as protagonistas do que descrevo e narro nesta dissertação. Flor de pequi, Caliandra e Lobeira são nomes das flores do Cerrado e é assim que as mulheres serão chamadas neste estudo para preservar suas identidades. A proposta desta subseção é construir as escrevivências de forma colaborativa com as mulheres falando sobre si, por meio de suas histórias de vida, luta pela terra, chegada ao assentamento e outros aspectos que elas se sentiram confortáveis para relatar em nossas conversas. Portanto, as narrativas, os limites e o tempo de cada interlocutora foram respeitados.

As três mulheres negras apresentadas nesta seção são militantes do MST, assentadas, mães, avós, agricultoras e artesãs, com uma vasta experiência de vida militante. Pretendo apresentar Lobeira, Flor de Pequi e Caliandra por meio do trabalho coletivo que as une: o grupo de artesanato Mulheres de Fibra.

Enquanto ouvia as mulheres, percebia o quanto o artesanato estava presente na vida organizativa de cada uma delas e como elas iam me permitindo, através do diálogo e escuta, construirmos uma escrevivência colaborativa.

O grupo de artesanato Mulheres de Fibra do assentamento Pequeno Willian visa fortalecer a autonomia feminina das produtoras da reforma agrária do assentamento. O coletivo foi constituído em 2011 como uma das estratégias para as famílias se manterem no acampamento na época. Caliandra relata que, no período, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) não liberava as terras, e as famílias acampadas não conseguiam produzir. Em razão da demora, as mulheres acampadas organizaram um grupo de artesanato que trabalha com fibras vegetais e sementes do Cerrado.

A gente se organiza com um grupo de mulheres e conseguimos acessar um conhecimento que é o artesanato com fibra de bananeira. Aí a gente faz essa multiplicação no conhecimento dentro do acampamento com jovens, com homens com todo mundo e isso ficou sendo o carro chefe da nossa produção da nossa autossustentação durante dois anos até 2012, quando a gente conseguiu a licença prévia para poder plantar (CALIANDRA, 2022).

Desde então, as mulheres consolidaram o grupo “*Mulheres de Fibra*”, como são conhecidas, conforme relata Flor de Pequi: “nós aqui somos conhecidas como as artesãs, né? As mulheres de fibra de banana. Somos unidas” (FLOR DE PEQUI, 2022). As

mulheres trabalham com fibras vegetais, como a da bananeira e a da palha de milho, além de dedicarem-se à criação de bijóias, utilizando sementes e frutos do Cerrado, capim dourado para produzir colares e brincos. A matéria-prima que as mulheres utilizam para a produção dos artesanatos é encontrada na área do Cerrado do assentamento e nas próprias parcelas das mulheres.

A gente trabalha aqui com colar, cestos, várias coisinhas de artesanato. Cada uma tem um modelo, para trabalhar, mas nós aqui a nossa função mesmo é artesanato da fibra de banana. As outras mulheres fazem outras coisas, mas os de fibra de banana são os que mais saem. Algumas mulheres trabalham com as folhas do Cerrado também (FLOR DE PEQUI, 2022).

De acordo com Caliandra, o grupo atualmente conta com 16 mulheres integrantes do coletivo, que segue desenvolvendo o artesanato como alternativa de trabalho e renda:

E esse grupo de mulheres permanece até hoje, né? Hoje não sendo mais o carro-chefe, dá sustentação a todas as famílias, de algumas famílias. Algumas mulheres, a maioria são mulheres solteiras. Então essa grande maioria das mulheres hoje elas têm essa parte mais forte da entrada de recurso dentro do seu lar, parte do artesanato com fibra de bananeira (CALIANDRA, 2022).

Para Lobeira, a criação do grupo de artesanato foi fundamental no processo de criação do assentamento, sendo um dos coletivos que se mantém firme até hoje: “as mulheres fazem trabalho coletivo com os artesanatos. É o que mais funcionou aqui, entendeu? E ajuda né, trazer um pouco de renda para casa” (LOBEIRA, 2022).

Mesmo trazendo um pouco de renda para casa, como relata Lobeira, o fator financeiro, às vezes, é desestimulante, como narra Flor de Pequi: “não dá para viver só com os artesanatos, porque o dinheiro que entra é pouco” (FLOR DE PEQUI, 2022). Embora busquem a melhoria da renda familiar, as mulheres enfrentam alguns desafios no escoamento da produção artesanal, como a falta de um ponto fixo de venda e a falta de transporte favorável para participar de eventos, feiras e exposições em que são convidadas.

Aqui se percebe a resistência das mulheres negras deste território, através do entrelaçamento da convivência coletiva no grupo de artesanato, da ligação com a terra, seus sentidos e valores. Elas demonstram a beleza dos seus saberes, os limites e desafios no contexto da luta pela terra, possibilitando compreender a trajetória das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian na manutenção dos seus territórios. Nas **Figuras 1, 2 e 3**, mostram-se os artesanatos desenvolvidos por Flor de Pequi, Lobeira e Caliandra, respectivamente.

Figura 1. Artesanatos desenvolvidos pela Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

Figura 2. Artesanatos desenvolvidos pela Lobeira.



Fonte: Autora (2022).

Figura 3. Artesanatos desenvolvidos pela Caliandra.



Fonte: Autora (2022).

No **Quadro 1**, apresenta-se uma síntese da caracterização das mulheres negras que participaram deste estudo. Em seguida, são compartilhadas as escrituras construídas colaborativamente com cada uma dessas mulheres.

Quadro 1. Caracterização das mulheres participantes.

Mulheres participantes	Idade	Origem	Estado civil	Nº de filhos	Identificação étnico-racial	Grau de escolaridade
Flor de Pequi	64 anos	Bom Jesus da Lapa - BA	Viúva	8 filhos	Negra/Morena	Ensino Fundamental
Caliandra	53 anos	Goiânia - GO	Solteira	3 filhos	Negra	Pós-graduação
Lobeira	60 anos	Formoso do Rio Preto - BA	Casada	3 filhos	Negra	Cursando pós-graduação

Fonte: Elaborada pela autora a partir das saídas de campo (2022).

2.4.1 Flor de Pequi

“Eu sou agricultora e eu trabalho e com a enxada”

A visita começa de forma acolhedora e carinhosa, onde Flor de Pequi me recebeu em sua propriedade, com direito a café da manhã que ela preparou para me receber. A conversa se iniciou com o agradecimento à acolhida na casa da agricultora. Após uma breve apresentação da ideia de nossa conversa, Flor de Pequi me contou um pouco sobre sua origem e a formação de sua família.

Flor de Pequi, tem 68 anos, nascida em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Ela é viúva, artesã, agricultora, pastora pentecostal, como gosta de se apresentar. Flor de Pequi é uma mulher Sem Terra, que desde a sua infância possui laços com a terra. “Minha infância foi toda vida trabalhando na roça, porque nasci e me criei na roça, né?” (FLOR DE PEQUI, 2022). Seus laços com a terra advêm da sua família, que fortaleceu quando veio para Brasília, mantendo toda sua família unida:

Graças a Deus, meus filhos toda vida, a gente foi criado tudo junto, nunca separei, viemos da Bahia para aqui todo mundo foi morar na Ceilândia e depois na Estrutural todo mundo junto aí da Estrutural. Agora que partiram, uns vieram para aqui parar no Pequeno Willian, né? Mas o resto tá tudo morando na Estrutural, mas nós nunca nos afastamos para morar uns em outro estado longe do outro, graças a Deus nós moramos todos juntos na mesma rua na Estrutural. E até hoje, graças a Deus, a gente vive bem. Mas a gente tem aqui. Deus deu a oportunidade para nós chegarmos aqui (FLOR DE PEQUI, 2022).

Com a família crescida e espalhada pelo Distrito Federal, Flor de Pequi relata sua relação com a terra e suas lembranças da infância. “Eu toda vida tive contato com a terra. Nasci no interior e fui criada na roça cuidando de gado, cavalo e porco. Minha família criava porco, galinha, ovelha, pato, peru e tudo. Minha família toda, meus tios e meus irmãos” (FLOR DE PEQUI, 2022).

Matriarca da sua família, mãe de 10 filhos, sendo 5 filhos e 3 filhas vivos, e atualmente com 32 netos, Flor de Pequi detalha como as plantas fizeram parte da criação e cuidado com seus filhos:

Eu morei em Bom Jesus da Lapa e depois vim pra cá. Quando chegaram aqui em Brasília os mais novos adoeceram. Eu ia trabalhar na roça e deixava as crianças em casa, voltava as crianças estavam chorando, eu pegava e levava pra cidade e alguns deles não resistiram e morreram [...] morreram duas meninas pequenininhas. Mas os que eram pra ficar, ficaram. Tenho cinco homens e três mulheres. E graças a Deus criei meus filhos todos assim na roça. Foi na roça, nós nunca tivemos vida boa pra dizer assim, nós somos bem de vida para viver no luxo, não. E na roça e na roça até hoje eu tô. Eu gosto muito da roça. Adoro roça (FLOR DE PEQUI, 2022).

Flor de Pequi demonstra seu envolvimento com a luta pela terra, que vem a partir da sua criação e da sua vinda a Brasília. Ela buscou se reconectar com sua origem camponesa através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi o caminho para ter suas conexões com a terra restabelecidas. Ela relata como foi seu processo e conquista de luta pela terra:

Moro aqui no assentamento há 14 anos, estou com 39 anos em Brasília, minha família está toda aqui. Quando a gente chegou aqui foi guerra, mas nós somos vencedores. Foi muita luta, mas graças a Deus estamos aqui, cada um em sua parcela. Eu sou feliz, porque é tão bom a gente morar no que é da gente, né? Nós somos uma comunidade como irmãos (FLOR DE PEQUI, 2022).

Flor de Pequi, com mais de 14 anos como militante do MST, conta que, antes de ser assentada da reforma agrária, passou por diversos processos e territórios do Distrito Federal, até conquistar sua terra atual.

Eu primeiro fui para o Dote (acampamento na época) em Brazlândia, aí nós fomos para o acampamento Canaã na época. Do acampamento Canaã fomos pro acampamento 08 de Março aqui em Planaltina, aí sobrou aqui uma vaga. Eles trouxeram eu e outra companheira do assentamento para aqui, né? Que nós era lá do 08 de março, mas tinha duas vagas aqui e que estavam precisando aí eles trouxeram a gente que já vinha da luta, né? Não pegou outras pessoas de fora aí tinha tirado os que já estavam na luta e a gente que era mais velho na luta, eles tiraram eu e a companheira que era mais velha que tinha da luta e vinhamos acampar aqui na frente do assentamento. De lá para frente Deus deu aqui essa chacinha a gente subiu para cá, cada um tá nas suas parcelas. Só aqui tem mais de 10 a 14 anos (FLOR DE PEQUI, 2022).

Atuante na luta pela terra, Flor de Pequi ressalta que, antes de chegar no Distrito Federal, já trabalhava na terra desde criança quando morava na Bahia. Em seguida, quando casou, continuou trabalhando na terra com o marido e os filhos.

Aqui no assentamento começou esses anos, mas eu comecei a trabalhar, eu tinha 10 anos na enxada, tombava terra com boi, não era como aqui com trator lá era com boi. Era eu no tombador, enfiando aquele tombador, aí o marido puxando os bois na frente e os filhos tocando tirava leite, mas meus filhos amansavam cavalo, tudo nós já fizemos. Desde lá na Bahia, que nós tínhamos terra, nós tínhamos terreno, nós não éramos sem-terra, nós já tínhamos terra e era grande, mas o marido vendeu nos saiu e viemos pra cá. Lá plantavam milho, feijão, abóbora, arroz, algodão, aqui a gente não planta algodão, né? (FLOR DE PEQUI, 2022).

Flor de Pequi conta sobre a dificuldade enfrentada no seu processo de vinda para Brasília. Ao se deparar com as dificuldades advindas do alcoolismo de seu companheiro, e na época, com o falecimento do esposo, que vendeu suas terras na Bahia e gastou o dinheiro em bebidas alcoólicas, Flor de Pequi viu-se motivada a buscar uma vida melhor para seus filhos, bem como a possibilidade de adquirir sua própria terra.

Ela demonstra que está sempre pronta para a luta em suas relações com as plantas, a terra e sua fé. Ela narra como desenvolveu seu dom medicinal com as plantas, chamando-as de “medicinas do mato”, enquanto caminhávamos pelo seu quintal:

Eu tenho dom para planta medicinal. De medicina para trabalhar com as medicinas do mato. Trabalho com as folhas que a gente usa mais é folha, né? É medicina do mato e eu gosto de plantar minhas plantas. Hortelã, que tem ali tudo é pra remédio, aquelas plantas ali que eu mostrei ali vieram do Goiás. Minha filha trouxe dois pedacinhos e pegou todos os dois que são bons para diabetes. Aí eu comecei a trabalhar com perdiz e jatobá, essas coisas foram dando certo. Aí eu gosto de ensinar para as pessoas tomar e dá certo (FLOR DE PEQUI, 2022).

Figura 4. Flor de Pequi mostrando suas ervas do quintal.



Fonte: Autora (2022).

Ela conta que desenvolveu seus dons com as “medicinas do mato” através da relação com sua avó, que foi quem a criou. “Aprendi com minha avó, a gente foi criado no mato e o remédio da gente era as medicinas do mato e quando cheguei aqui continuei fazendo para meus filhos e netos” (FLOR DE PEQUI, 2022). Durante nossa conversa, Flor de Pequi me mostrou seu caderno de ervas, que contém as receitas das “medicinas do mato” que ela utiliza para cuidar da família, dos vizinhos e de todos que a procuram em busca de ajuda com as ervas medicinais. Na **Figura 5**, nota-se o caderno de ervas de Flor de Pequi, no qual ela demonstra muito cuidado e carinho em suas anotações:

Figura 5. Caderno de ervas da Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

Flor de Pequi conta que chegou a frequentar a escola, mas não conseguiu concluir seus estudos:

A escola para a gente era muito difícil era obrigada a pagar. No meu tempo a gente pagava, a professora vinha de longe os pais botava dentro de casa para poder ensinar a gente duas três pessoas estudavam dentro de casa, não ia para escola trazia as professoras que lá assim pagava as professoras. Pagava elas por mês para vir ensinar dentro da casa da gente e eu estudei só até a quinta série (FLOR DE PEQUI, 2022).

Ela conta que suas filhas conseguiram estudar, enquanto seus filhos trabalham em atividades mais pesadas, principalmente na marcenaria. Ela narra, com orgulho, que todos seus filhos sabem mexer e plantar na terra: “as mulheres ainda formou umas tem seus estudos, mas os homens não, a profissão deles é essa dura trabalhar com pesado. Todos eles trabalham um pouquinho na roça” (FLOR DE PEQUI, 2022).

2.4.2 Caliandra

“A gente vai caminhando dando as mãos umas para as outras”

A mulher negra e assentada Caliandra nasceu em Goiânia - GO, tem 53 anos, é militante, educadora popular, mulher de terreiro, mestra em Educação do Campo pela UnB, mãe de três filhos, avó, artesã, agricultora e produtora como se apresenta. Caliandra é uma mulher Sem Terra que atua como militante do MST há mais de 24 anos. Sua relação com a terra vem através da sua forte ligação com sua mãe. Ela conta que é uma das suas maiores inspirações diárias e que sempre esteve ao seu lado: “a minha origem familiar é só mais parte de mãe, né? Que meu pai nunca teve vínculo. Então minha mãe nasceu no Mato Grosso em Cocalinho. Ela é filha de uma baiana de Feira de Santana com goiano de Britânia e eu nasci em Goiânia, Goiás” (CALIANDRA, 2022).

Caliandra conta que não tem como falar de sua infância, sem contar a história de sua mãe, pois suas trajetórias estão entrelaçadas. Sua chegada a Brasília se deu através da mãe, que veio para o Distrito Federal para não perder seu trabalho de babá e empregada doméstica na época:

Falar da minha infância, da minha família, da minha vida toda é só minha mãe. Porque ela veio do interior do Mato Grosso para Goiânia, era bem novinha. Tinha 14, 15 anos. Ela veio trabalhar em casa de família, então nunca mais retornou para a família de origem. E era sem letramento. Ela ficou trabalhando em casa de família em Goiânia, ela tinha 23 anos quando eu nasci. Depois que a gente mudou para Brasília, eu tinha uns dois aninhos que ela veio para cuidar dos filhos da família que ela trabalhava em Goiânia que iam fazer faculdade e iam estudar na Universidade de Brasília (CALIANDRA, 2022).

Ela compartilha que suas lembranças de infância são de estar ao lado de sua mãe, trabalhando em casas de família:

Minha vida foi crescer com minha mãe num quartinho de empregada ela trabalhando em casa de família, porque era muito difícil, né? Aceitarem uma empregada doméstica que tenha filho, a gente é um preconceito muito grande para poder contratar uma empregada doméstica que tenha filho até meus oito anos de idade foi isso (CALIANDRA, 2022).

Quando ainda era criança, Caliandra resolveu sair de casa e morar com sua madrinha, conseguindo concluir o ensino fundamental. Ao retornar a Brasília aos 21 anos de idade, casou-se e começou a trabalhar em casas de famílias:

Então, quando eu voltei para Brasília com 21 anos de idade, eu casei. Comecei a repetir o caminhar da minha mãe. Trabalhei em casa de família. Aí por uns dois, três anos. Aí depois eu fui trabalhar de diarista. Eu queria uma autonomia, não queria estar subjugada naquilo que eu vi minha mãe sendo explorada e que fazem com a gente, né? Quando a gente mora no emprego. Então eu fui trabalhar de autônoma e isso vem se perpetuando até hoje, né? Eu dificilmente trabalhei de carteira assinada (CALIANDRA, 2022).

Caliandra, carregada de fortes lembranças, conta que durante o percurso de sua vida, ao constituir sua família e buscar melhorias de trabalho e moradia, teve seu primeiro contato com o MST em 1997, por meio da Marcha Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocorreu em Brasília na época. Ela estava a caminho de uma faxina quando conheceu o movimento:

E ingressei na luta pela terra em 1999, né? Eu já era casada e constituía família, eu vi o MST chegando em Brasília em 1997 na marcha Nacional, estava indo fazer faxina. Lembro daquela imagem linda lá perto do aeroporto, o mar vermelho de gente chegando aqui em Brasília. Todo mundo parou para ver aquele povo chegando e aí eu perguntei depois o que era aquilo que era tão lindo aquele mar vermelho de gente chegando aí falaram que era o povo Sem Terra! Que estavam vindo lutar pelos direitos deles. Aí eu falei: eu vou fazer parte desse povo! Então no ano seguinte, 1998 eu começo a namorar com o movimento, né conhecendo os espaços onde tinha reunião e ação (CALIANDRA, 2022).

Para Caliandra, tornar-se militante foi um processo de resistência, pois ela passou

a atuar no movimento de forma assídua, participando ativamente das construções e atividades organizativas.

Em 1999, eu passo efetivamente para as trincheiras de luta do MST e é quando eu tenho uma conexão muito grande com movimento que além de lutar por justiça social a questão do estudo, sempre foi muito apaixonada por livros. É porque o letramento da minha mãe quem fez fui eu quando aos 30 anos eu voltei a estudar. Então, eu voltei a estudar aos 30 anos que eu fiz o ensino médio (CALIANDRA, 2022).

O processo de luta pela terra possibilitou a Caliandra o acesso à educação. Mesmo não tendo conseguido concluir os estudos na infância, ela retornou às salas de aula através do movimento das políticas de Educação do Campo, o que lhe permitiu formar-se e, posteriormente, ensinar a sua mãe, que não havia tido acesso à educação. A luta pela terra, a educação e sua relação com sua mãe e seus filhos se tornaram a base de sua existência como mulher negra camponesa:

Esse processo todo de luta pela terra com a minha memória da minha ancestralidade, minha mãe nunca foi de contar muito sobre essas histórias dela então quando eu ingressei na luta pela terra, é porque ela não tinha nem tempo para pensar que ela trabalhava demais. Sempre trabalhou demais muita correria, então ela não contava quem era meu avô e quem era minha avó o que eles faziam. Quando eu entro no Movimento que eu sou assentada em 2002 em Buritis de Minas, é que eu levo minha mãe para a roça para ela ajudar, né? Porque eu nasci na cidade totalmente sem noção nenhuma de plantio, de conhecimento com a terra (CALIANDRA, 2022).

Caliandra, já atuou em várias instâncias organizativas, setores e coletivos do movimento em prol da luta pela terra. Antes de ser assentada no Pequeno Willian, ela conta que foi assentada da reforma agrária em Buritis de Minas em 2002, no assentamento Mães das Conquistas. Depois, ela se separou e retornou com sua família para o Distrito Federal para contribuir na luta pela terra, onde contribuiu e passou por vários acampamentos no DF:

Fui assentada pela primeira vez pela luta pela terra em Buritis de Minas Gerais em 2002 aí no assentamento Mãe das Conquistas. Vim para Brasília de novo em 2005 para 2006 quando me separo e venho para o acampamento Pequeno Willian que hoje é o assentamento onde eu moro. Fui assentada também no Oziel Alves 3 que é aqui próximo na área do Pipiripau aqui em Planaltina. Passei o processo de acampamento que foi ali na beira da BR, né? Então a gente acampa e ocupa em 2004. Então foram várias ocupações no mesmo período que o Pequeno Willian, eu fui primeiro porque eu acompanhei o processo de ocupação (CALIANDRA, 2022).

Para ela, o movimento possibilitou sua reconexão com sua mãe, conhecendo as histórias de sua família, a terra e os saberes sobre os plantios:

E então eu fiz o êxodo inverso, ao invés da roça pra cidade eu vim da cidade para o campo então quando eu entro no Movimento a minha mãe vai começa a contar algumas histórias e nossas relações com a terra, né? (CALIANDRA, 2022).

A **Figura 6**, a seguir, ilustra Caliandra e sua mãe participando de uma das atividades coletivas relacionadas aos sons do Cerrado¹², desenvolvidas em sua parcela. Tive a oportunidade de vivenciar essa experiência junto com elas, outras mulheres e crianças, em uma caminhada coletiva pelo assentamento:

Figura 6. Caliandra, sua mãe e crianças do assentamento na caminhada coletiva.



Fonte: Autora (2022).

2.4.3 Lobeira

“Estar produzindo o meu alimento pra mim é muito importante”

No início de nossa conversa, Lobeira havia dito que não sabia muito bem como contribuir nos assuntos que tinha proposto para conversarmos, pois ela achava que só falava “besteira” e não tinha muita história para contar. Falei a ela para narrar o que se sentisse confortável. Carinhosamente, fomos iniciando a conversa e Lobeira me permitiu ouvi-la, compartilhando sua narrativa de si mesma e seus posicionamentos.

Lobeira, nascida em Formoso do Rio Preto - BA, tem 60 anos, casada, mãe de 3 filhos, artesã, agroecóloga, pós-graduada, estudante e agricultora como se apresenta.

¹² A atividade sobre os sons do Cerrado faz parte do Sonário do Cerrado, um projeto desenvolvido no assentamento Pequeno Willian e em outros territórios rurais que busca construir um acervo de sons gravados nos territórios do Cerrado de camponesas e camponeses.

Militante do MST há mais de 20 anos. Lobeira narra como foi seu processo de vinda para Brasília. “Eu nasci na Bahia, Formosa do Rio Preto, Bahia. Eu vim para Brasília eu tinha uns nove anos, minha mãe trouxe a gente para cá bem criança. Ah, eu tenho pouca lembrança, né?” (LOBEIRA, 2022).

Criada pela avó, Lobeira conta que teve pouco contato com sua mãe e que seu pai foi ausente, mas que sua avó carinhosamente a criou e educou, assim como a seus irmãos:

Sei que eu fui criada lá, minha mãe teve os filhos e eu era a mais nova, sou a mais nova e depois ela largou a gente lá com a minha avó, né? Ela largou a gente lá com a minha avó e veio embora para o Goiás, atrás dos irmãos e ficamos lá. Minha avó que deu todo carinho para nós educou do jeito que ela pode, né? Mostrou os bons caminhos, entendeu? Porque a mãe mesmo não. O pai nunca existiu, né? Foi só como genitor mesmo como o reprodutor, digamos assim porque nunca assumiu, né? (LOBEIRA, 2022).

Lobeira conta que ela e suas irmãs nasceram e foram criadas em áreas rurais, sempre em contato com a terra:

Nascemos na área rural no lugar chamado Vereda da Lapa, nós fomos criados assim como bichinhos do mato, ligados à natureza, comendo fruta do mato, goiaba, caju, pequi, tudo assim criado com pé no chão mesmo descalço que a gente não tinha nem sandália para calçar, né? (LOBEIRA, 2022).

Com uma infância difícil, Lobeira conta que sua mãe os trouxe para Brasília quando ainda eram crianças, referindo-se a ela e a seus irmãos, e depois os deixou aos cuidados de sua avó:

Nossa sorte, minha e das minhas irmãs que naquela época não tinha tanta violência, né? Mas nem se compara como hoje, né, como nos dias atuais hoje em dia violência pura, né? E tinha muita gente boa que ajudava a cuidar da gente, né? Então foi bem difícil a minha infância e das minhas irmãs muito difíceis (LOBEIRA, 2022).

Mesmo com toda dificuldade, Lobeira conta que não deixava de sorrir e brincar com seus irmãos, vivendo em harmonia com a natureza.

Então assim a gente andava pé descalço e um terreiro muito grande todo na areia. Então a gente corria, a gente brincava, não tinha brinquedo, mas brincava com qualquer coisa. Era o mundo que a gente conhecia então para nós estava ótimo, porque quando você não tem as coisas, você não sente falta, né? Principalmente criança, né? Não se preocupa com isso, mas foi assim, depois viemos para cá (Brasília). Minha mãe buscou a gente, minha avó faleceu aí a gente ficou com a tia e a tia pediu para ela ir buscar ela foi buscar a gente e depois deixou nós jogados aí e sumiu (LOBEIRA, 2022).

Após o falecimento de sua avó, Lobeira e seus irmãos contaram com o apoio de parentes e vizinhos que ajudaram na sua criação: “a gente foi criado assim, foi muito

diffícil, eu falo para as meninas não viramos bandidos porque minha vó educou muito bem a gente enquanto a gente viveu com ela, entendeu? Foi a nossa sorte” (LOBEIRA, 2022).

Suas lembranças e relações com a terra vêm fortemente marcadas pela sua relação com a avó, pois quando criança ia muito com ela para a roça realizar os plantios. Ela narra que ela e os irmãos ajudavam na roça na medida do possível, mas sua avó “não deixava a gente sozinha” e “minha vó era um anjo bom, avó e avó”, segundo Lobeira (2022):

Eu ia muito para roça com a minha avó, porque a minha avó era aquela avó que levava a gente pra onde ela ia, então ela ia plantar por exemplo a rama da mandioca, a gente estava junto ela ia abrindo as covas, né? Como diz hoje o pessoal os berços, né? Os acadêmicos falam os berços, né? Mas a gente chamava de covas. Então, ia cortando e ela não deixava a gente pegar o facão, né? Os maiores iam cortando as ramas da mandioca. E a gente, os menores, íamos colocando, né? Íamos tapando aí plantávamos arroz, feijão de corda (LOBEIRA, 2022).

O processo de inserção na luta pela terra e de se assentar de Lobeira ocorreu a partir de seu casamento. Ela é casada com um militante do Movimento que, na época, fazia parte da direção do MST. Através dessa parceria, o casal se engajou no processo de luta pela terra do Movimento Sem Terra. O casal foi primeiro assentado em outro assentamento no estado de Goiás, que Lobeira preferiu não identificar. Após algumas complicações nesse assentamento e por questões de segurança, o casal veio para contribuir no MST/DF. Nesse percurso, Lobeira e seu companheiro passaram a contribuir em atividades organizativas do movimento e desempenharam um papel importante na fase de ocupação e organização do acampamento Ireno Alves 2 (nome anterior do acampamento Pequeno Willian, que veio a se institucionalizar posteriormente como assentamento) na região de Sobradinho - DF na época:

Aqui no assentamento já tem 11 anos que a gente tá aqui, né? Só aqui no Pequeno Willian, é porque a gente veio para cá em 2010, entendeu? Viemos para cá em 2010, nós começamos a fazer o curso de agroecologia em 2011 (curso no IFB). Aproveitamos o tempo de acampado para poder estudar. Temos problemas, mas muitos problemas são falta de boa vontade dos governantes para resolver, né? Então a gente continua na luta (LOBEIRA, 2022).

No seu processo de luta pela terra, Lobeira desenvolveu uma forte ligação com os princípios da agroecologia em seu território, por meio de seus estudos e formação como agroecóloga no IFB. Essa formação possibilitou a ela resgatar seus saberes relacionados às formas de cultivo para produção de alimentos saudáveis e ao cuidado com a natureza:

Você sabe que o que você plantou ali não tem adubo químico, não tem veneno, você pode chegar lá e pegar e levar para sua cozinha só lavar, fazer e comer para você para sua família é remédio, né? Quando você come um alimento saudável, né? Você tá cuidando da sua saúde, né? E

o que a gente passa para os outros igual a nós que já levamos ovos, ora-pro-nóbis, outras coisas aqui para o pessoal. Eu sei que alguém que tá comendo aquilo ali tá comendo um alimento saudável, tá comendo um alimento limpo, né? Então para mim isso é muito importante (LOBEIRA, 2022).

Sua parcela reflete sua criação e formação através do cuidado com as plantas, com o Cerrado e sua casa de bioconstrução, que foi construída pelo próprio casal. Além disso, a diversificação alimentar é promovida a partir da diversidade de espécies presentes em seu território. Na **Figura 7**, a seguir, pode-se observar Lobeira com seu turbante após a oficina, cujo processo será relatado nos próximos itens. Ela me mostrou o seu plantio em sistema agroflorestal dentro do Cerrado.

Figura 7. Lobeira com seu turbante em seu plantio do SAF no Cerrado.



Fonte: Autora (2022).

2.5 Planaltina: riquezas e histórias do território

Não há como falar de Planaltina, sem evidenciar sua pluralidade, representada por diversas narrativas que formam essa cidade e o campo. As interlocutoras desta pesquisa estiveram acampadas em diversas ocupações que ocorrem em Planaltina e, assim, construíram vínculos com este território. Antes de entrar no território rural das mulheres negras, apresento o histórico e as riquezas de Planaltina.

Essa cidade-satélite, também denominada de Região Administrativa VI, revela-se como um lugar repleto de memórias, frequentemente invisibilizadas no processo histórico da construção da nova capital brasileira, Brasília, nos dias de hoje.

Em sua pesquisa de doutorado, Lemos (2022) salienta a ideia de romper com a visão de uma região sem história antes da criação de Brasília, afirmando a presença negra e indígena no Brasil Central, “ressignificando a ideia do ‘espaço vazio’ propagada no discurso colonial moderno durante a construção da nova capital brasileira” (LEMOS, 2022, p. 188).

A Região Administrativa de Planaltina é a maior e a mais antiga das Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal, com 220 anos o Arraial de Mestre D’Armas. A existência de Planaltina, portanto, antecede à criação do Distrito Federal. De acordo com Saraiva (2013), Planaltina nasceu como uma cidade sertaneja. A origem de Planaltina se dá como uma cidade goiana durante o século XVIII. Era caminho de mineradores e garimpeiros, pois a região era parte da rota do ouro em Goiás e de tropeiros que escoavam mercadorias do comércio colonial.

Nasce como o Arraial do Mestre D’Armas, que originou Planaltina. O nome foi homenagem a um ferreiro que escolheu o local para construir sua casa e trabalhar com consertos e manejar armas. Em 1910, foi alterado o nome da Vila de Mestre D’armas para Vila de Altamir, significando “boa miragem” e, a partir de 14 de junho de 1917, passou a chamar-se Planaltina (SARAIVA, 2013).

É importante destacar que, na década de 1920, a cidade viveu um período de abundâncias e muitas mudanças. Nessa época, tiveram os primeiros estudos para a criação da Capital Federal no Cerrado, onde Planaltina ganhou destaque no cenário nacional com o lançamento da Pedra Fundamental, ficando conhecida como a futura capital do país.

Mas na década de 1930, as ideias de transferência da capital perderam as forças. A Capital Federal acabou sendo construída no centro do país e Planaltina passou de município goiano para cidade-satélite de Brasília, hoje Região Administrativa VI. Parte do território de Planaltina ficou na região do DF e outra parte ficou no GO, conhecida como Planaltina de Goiás ou Brasilinha (SARAIVA, 2013).

A cidade está a cerca de 40 km de Brasília e possui 186.498 habitantes (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2022). Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) (2021), a maior parte da população de Planaltina é composta por mulheres, com 51,7% da população. Em relação à população negra por Região Administrativa do DF, Planaltina possui 63% da população preta ou parda, segundo dados da PDAD/DF (2021).

A diversidade de Planaltina se constrói a partir de vários bairros, condomínios e áreas rurais. O núcleo urbano da cidade é formado pelo Setor Tradicional, Vila Vicentina,

Buritis I a IV, Estância Mestre D'armas I a V, Mestre D'armas, Mestre D'armas Itiquira, Rural Mestre D'armas, Nova Esperança I e II, Mansões Itiquira, Park Mônaco, Estância, Mansões Mestre D'armas, Vila Nossa Senhora de Fátima, Jardim Roriz, Arapoangas, Vale do Amanhecer e vários outros bairros, condomínios que foram sendo criados para moradia na cidade.

Planaltina possui o campus da Faculdade de Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) e o campus do Instituto Federal de Brasília (IFB), com cursos técnicos, graduação e pós-graduação, com acesso voltado para toda a comunidade urbana e para as populações do campo, povos e comunidades tradicionais.

A região é também o berço do patrimônio cultural do Planalto Central. No antigo povoado de Mestre D'Armas, hoje conhecido como Planaltina - DF, ainda conserva características sertanejas e mantém raízes de tradições culturais, como a Folia do Divino, a Folia de Reis, a Catira, além de outras tradições das religiões de matriz africana (CALIMAN, 2013). Há também pontos turísticos na região, como a Lagoa Bonita, a Cachoeira do Pípiripau, o Centro Histórico, o Morro da Capelinha e o Vale do Amanhecer.

2.5.1 Aspectos rurais e ecológicos de Planaltina

Planaltina está localizada no território das Águas Emendadas e é reconhecida por possuir a maior área rural do Distrito Federal, abrangendo 1.532 km². A região é rica em bacias hidrográficas, rios, lagoas e nascentes. A população é abastecida principalmente pela bacia hidrográfica do Pípiripau. Além disso, a presença de Unidades de Conservação (UCs) e áreas de interesse ambiental contribuem significativamente para a conservação da qualidade e quantidade de água nessa região (CALIMAN, 2013).

Essa região apresenta uma diversidade de formas de uso e ocupação da terra, incluindo núcleos rurais, acampamentos e assentamentos resultantes da reforma agrária, como Pípiripau, Rajadinha, Taquara, Tabatinga, Monjolo, Rio Preto, São José, Fazenda Larga, Santos Dumont, entre outros. Além disso, a área conta com diversas regiões ecológicas, tais como: Bartolomeu Montante, Brejinho, Corguinho, Córrego do Fumal, Córrego Quinze, Mestre D'armas, Pípiripau e a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), entre outras (ROCHA, 2021).

Planaltina é reconhecida por sua significativa produção agrícola, com destaque na **Tabela 1** pela maior área plantada de grandes culturas, como soja, milho, sorgo, milheto, feijão, entre outras, ocupando o sétimo lugar nessa categoria. Além disso, na produção de

olerícolas, ocupa o décimo primeiro lugar, e na produção de frutíferas, ocupa o quarto lugar (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2022). Os dados na **Tabela 1** demonstram o domínio de monoculturas na região de Planaltina, porém não delimitam o quantitativo de produção da agricultura familiar:

Tabela 1. Produção agrícola de Planaltina - DF em 2022.

Produção	Área (ha)	Produção (ton)
Grandes Culturas	10.739,238	96.966,53
Olerícolas	335,062	7.801,96
Frutíferas	174,456	3.207,12

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (2022).

Destaca-se a presença significativa de assentamentos de reforma agrária em Planaltina, representando cerca de 30% do total de assentamentos do Distrito Federal. Estima-se que na região existam 256 famílias assentadas (BORGES, 2018). Além dos assentamentos, a também a presença de acampamentos na região. Os movimentos sociais correspondentes a esses Assentamentos e Acampamentos, conforme apresentados na **Tabela 2**, são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR).

Tabela 2. Assentamentos e acampamentos da reforma agrária de Planaltina - DF.

Assentamentos	Movimento social	Nº de famílias
Pequeno Willian	MST	22
Márcia Cordeiro Leite	MATR	64
Oziel Alves III	MST	170
Acampamentos	Movimento social	Nº de famílias
Renascer Palmares	MATR	85
08 de Março	MST	80
Roseli Nunes	MST	100
Ana Primavesi	MST	200

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (2022).

2.6 Assentamento Pequeno Willian: um território negro

“Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!”

Canto de luta das Mulheres do MST

Contar a história do assentamento Pequeno Willian sob o olhar das mulheres negras desse território, permite acionarmos as belezas de suas narrativas e de seus olhares interpretativos sobre o assentamento, expressando os seus pertencimentos. Nesse processo, é fundamental (re)contar a história por meio das nossas interlocutoras, que têm desempenhado um papel crucial na luta pela terra. Elas reafirmam o histórico de resistência do assentamento em que muitas vezes elas estiveram à frente e conduziram por meio de suas estratégias a conquista de suas terras.

Através das narrativas das mulheres negras desta pesquisa, foi possível construir o histórico do assentamento Pequeno Willian desde sua ocupação até sua consolidação, costurando com suas trajetórias pessoais. Nos próximos parágrafos, apresentaremos o histórico do assentamento a partir das valiosas narrativas das mulheres negras.

Iniciamos com as contribuições de Caliandra, que generosamente compartilhou importantes fatos do período de acampamento. Conforme relatado por ela, o assentamento Pequeno Willian foi implantado após aproximadamente 10 anos de resistência das famílias, por meio da luta pela reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As famílias estão organizadas desde 2004, período em que ocorreu a primeira ocupação, realizada na Fazenda Toca da Raposa, na região de Planaltina - DF.

De acordo com Caliandra, a Fazenda Toca da Raposa está localizada na convergência de quem vai a Alto Paraíso - GO. Ela relata que várias ocupações ocorreram no mesmo período, mas o Pequeno Willian foi o primeiro em que ela acompanhou o processo de luta. Em 2004, as famílias vieram com um grande desafio proposto pelo MST do DF e Entorno: consolidar um assentamento com um modo de produção limpo, livre de agrotóxicos e fundamentado nas práticas agroecológicas.

A minha experiência de assentar-se no Pequeno Willian, se inicia em 2004, eu acompanho como militante o Pequeno Willian desde a sua primeira ocupação e me inseri como acampada, somente em 2006 [...] Quando iniciei como acampada, nós já vínhamos trabalhando a formação das famílias, realizando capacitações em como fazer uma transição para as práticas agroecológicas com as famílias. Construindo e planejando juntos e juntas como queríamos o nosso assentamento (CALIANDRA, 2022).

Como relatado por Caliandra, que estava na direção do movimento na época, as famílias chegaram ao local com o intuito de denunciar o uso intensivo de agrotóxicos proibidos no Brasil. Em resposta a essa preocupação, as famílias organizaram o acampamento Ireno Alves em frente à Fazenda Toca da Raposa. As famílias enfrentaram o despejo no mesmo ano e, após esse acontecimento, formaram dois acampamentos. Um deles permaneceu em frente à Fazenda Toca da Raposa, enquanto o outro foi estabelecido na Fazenda Sálvia, uma área da Embrapa localizada entre as regiões de Sobradinho e Planaltina, sendo posteriormente denominado de Acampamento Ireno Alves II. Caliandra relatou que o Acampamento Ireno Alves II se transformou no Assentamento Pequeno Willian após as famílias ocuparem a Fazenda Sálvia, onde o assentamento está localizado atualmente, próximo ao Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Planaltina.

Durante seis anos, conforme relatado por Caliandra, o processo de consolidação do assentamento Pequeno Willian envolveu diversas negociações com diversos atores e instituições. Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR), também participaram o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o Governo do Distrito Federal (GDF), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o IFB - *campus* Planaltina. Durante o processo de luta pela terra e consolidação do assentamento Pequeno Willian, o acampamento foi transferido para uma área da Polícia Rodoviária Federal, localizada na BR-020, a cerca de 3 km de Sobradinho. “Em 2004 a gente foi levado lá para essa área da Polícia Rodoviária Federal próximo de Sobradinho na beira da BR em frente ao condomínio Nova Colina que era para a gente ficar só três meses, só que nós ficamos lá seis anos” (CALIANDRA, 2022). Esse acontecimento consolidou o Acampamento Ireno Alves II, que permaneceu nessa área durante 6 anos.

Esse acampamento passou a ser chamado de Pequeno Willian após um trágico acontecimento, conforme relatado por Lobeira. Antes mesmo de as famílias estarem em suas parcelas, a comunidade já tinha em mente como queriam construir o assentamento, baseando-se em um modo de produção livre de agrotóxicos. O modo de produção agroecológico e orgânico foi adotado, principalmente após um trágico acontecimento envolvendo um sem-terrinha que estava acampado na época.

A gente deu o nome do assentamento Pequeno Willian, porque naquela ocupação em 2004 na Toca da Raposa que se formaram os dois acampamentos Ireneo Alves I e o II. Esse acampamento, quando foi em 2005, muita gente começou a passar mal pegava água para beber na área das Águas Emendadas do outro lado uma área de reserva, pegava água de uma área de reserva de mina para beber, comer fazer as coisas e essa mina estava contaminada pela agrotóxico da fazenda da Toca da Raposa. Em maio de 2005 muitas pessoas passaram mal e um sem-terrinhão de dois anos e 10 meses chamado Willian veio a óbito. Então aí o Ireneo Alves II passou a ser acampamento Pequeno Willian, então a gente traz muito forte essa bandeira da agroecologia livre de agrotóxicos no assentamento. No acampamento nós fizemos vários cursos de transição agroecológica possibilitada pelo IFB com a EMATER. Então a gente fez curso de compostagem de produção de bokashi, a gente fez vários cursos no início do processo de acampamento ou seja uma formação, para esse modo de produção porque a maioria das pessoas que tinham conhecimento de plantio, tinham conhecimento do plantio convencional, por isso foi necessário essa transição essa formação durante o acampamento para poder chegar no processo de assentamento a gente ter esse modo de produção, que é que impera dentro do assentamento produção agroecológica e orgânico (LOBEIRA, 2022).

As famílias acampadas no Pequeno Willian estabeleceram, desde a criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o princípio da produção de bases agroecológicas, tornando-a uma estratégia central no manejo produtivo. Conforme relatado por Lobeira, as famílias participavam ativamente em cursos e oficinas oferecidos pela EMATER-DF e pelo IFB - *campus* Planaltina, que foram fundamentais para incentivar e aprimorar o desenvolvimento da produção agroecológica.

Para Lobeira, que está no assentamento Pequeno Willian há 11 anos, aproveitar o tempo durante o acampamento para estudar foi fundamental para o processo de transição agroecológica que as famílias vivenciaram em seus sistemas de produção:

Nós começamos a fazer agroecologia em 2011 (curso no IFB), mas aproveitamos o tempo de acampado para poder estudar, né? E foi isso sim, mas eu digo que deu certo. Então a gente continua na luta (LOBEIRA, 2022).

Nesse percurso, as famílias conseguiram consolidar o assentamento, sendo referência em produção orgânica e agroecológica. Antes mesmo de serem assentados e assentadas, conforme relatado por Caliandra, o assentamento Pequeno Willian já se firmava, principalmente pela liderança das mulheres no planejamento da ocupação:

A luta é feminina, os companheiros levantam o facão na bandeira, mas a luta é feminina no sentido de que não é figurativo, né? A Organização das mulheres aqui dentro do assentamento Pequeno Willian fez com que a gente tivesse condições de resistir às mais adversidades no processo de negação para nós no acampamento quem resistiu fomos nós, mulheres. Então a participação da mulher é muito ativa tem uma

linha política do Movimento tem na sua estrutura que a gente tem que sempre ter equilíbrio, né 50% de homens 50% de mulheres nas participações (CALIANDRA, 2022).

Caliandra relata que, somente em 2012, as famílias conseguiram a licença prévia para poderem plantar. As famílias começaram a plantar na área do pasto, conforme **Figura 8**.

Figura 8. Área de plantio das famílias na época do acampamento.



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (2013).

Conforme narrado por Caliandra, em 2012, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o número de famílias que seriam contempladas na área do assentamento Pequeno Willian. Inicialmente, saiu a liberação prévia para assentar apenas 11 famílias. No entanto, as famílias que estavam acampadas na época não aceitaram essa quantidade:

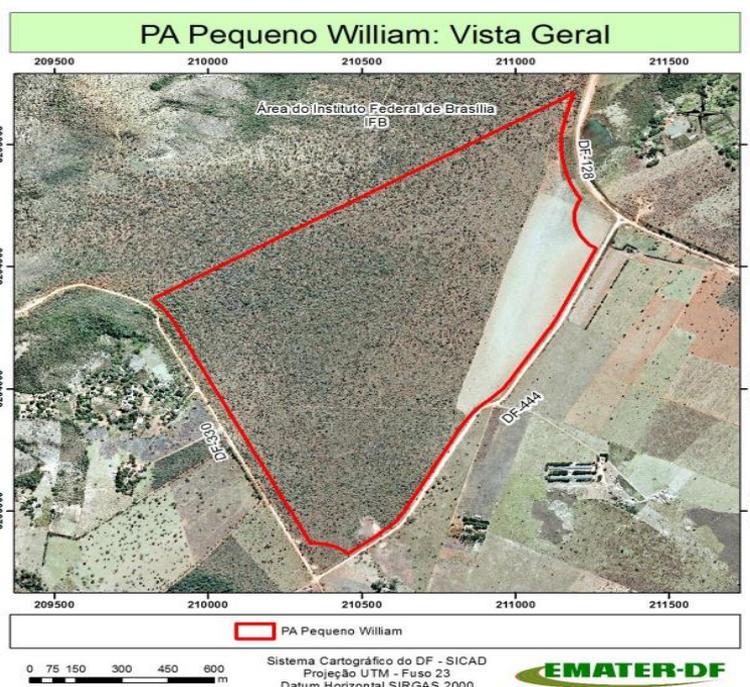
A ideia nossa era que fosse para 60 famílias, a gente chega aqui com 36, aí eles vieram com a proposta de assentar só 11 famílias, então com um ano a gente conseguiu aumentar o número foi para 22 famílias, aí não teve mais negociação. Então oficialmente o assentamento Pequeno Willian surge em 2013 (CALIANDRA, 2022).

Há também outro ponto de vista, outras memórias de assentar, como o de Flor de Pequi, que também passou por outros acampamentos antes de chegar ao Pequeno Willian. Em suas falas, ela destaca o companheirismo e a união das famílias ao longo dessa jornada de luta pela terra. Flor de Pequi demonstra o que a conquista da sua terra representa:

A gente chegou aqui foi guerra, mas nós somos vencedores. Foi muita luta, mas graças a Deus estamos aqui, cada um em sua parcela. Eu sou feliz, porque é tão bom a gente morar no que é da gente, né? Nós somos uma comunidade que somos como irmãos (FLOR DE PEQUI, 2022).

O assentamento foi oficializado em 2014, em terras que pertenciam ao Instituto Federal de Brasília (IFB), com uma área total registrada de 144,17ha, dos quais 67,73ha são destinados à Reserva Legal (RL), conforme exigido por lei. O assentamento encontra-se inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São Bartolomeu, sendo uma Unidade de Conservação de uso sustentável (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013). A seguir, a **Figura 9** ilustra a vista geral do assentamento.

Figura 9. Vista geral do assentamento.



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (2013).

De acordo com Caliandra, atualmente a comunidade está organizada em 5 núcleos, compreendendo um total de 22 famílias. O Assentamento Pequeno Willian está localizado a 42km do centro da capital do país e a 10km da cidade de Planaltina - DF, área urbana mais próxima. A **Figura 10** ilustra a placa de identificação e entrada do Assentamento Pequeno Willian:

Figura 10. Placa de identificação da entrada do Assentamento Pequeno Willian.



Fonte: Autora (2022).

A trajetória de luta e resistência do assentamento Pequeno Willian é protagonizada pelas mulheres, uma vez que das 22 parcelas, 19 têm por titular as mulheres. A resistência das mulheres negras no assentamento tem desempenhado um papel fundamental na organização, permitindo-lhes resistir por 10 anos acampadas, ao lado de suas famílias, até conquistarem suas terras de forma definitiva. Para Flor de Pequi, as mulheres do assentamento enfrentam tudo, ela ressalta o protagonismo das mulheres no processo de luta dos seus territórios:

Tudo que nós aprendemos foi as mulheres que ensinaram. As mulheres daqui são todas mulheres inteligentes. Quando elas botam para fazer as coisas, elas fazem unidas que quando vão fazer uma coisa uma tem de comunicar com as outras se dá certo, se não der certo (FLOR DE PEQUI, 2022).

Quando considerado o número total de famílias do assentamento, verificou-se que aproximadamente 44% delas têm origem na Região Nordeste, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão; 31% são provenientes do estado de Minas Gerais; 19% vêm do estado de Goiás; e 6% são oriundas do estado do Paraná (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013).

Na organização do assentamento, cada família possui cerca de 5 hectares, sendo responsável por manejar essa área de forma sustentável. Além disso, é importante que as famílias respeitem o acordo coletivo da comunidade em relação à área destinada à Reserva Legal. Para determinação do tamanho das parcelas, consideraram-se os “módulos rurais definidos pela Zona Típica de Módulo (ZTM) na qual está inserido o Distrito

Federal. Essas Zonas Típicas de Módulo são regiões com características ecológicas e econômicas homogêneas delimitadas pelo INCRA” (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 200).

O assentamento apresenta características dos solos do bioma Cerrado, que naturalmente possuem alta toxicidade de alumínio e baixos teores de macro e micronutrientes, além de uma baixa atividade de matéria orgânica. No entanto, é possível melhorar essas características por meio de um manejo adequado do solo. O Cerrado ocupa a maior área do assentamento, caracterizando-se por um grau de conservação significativo, onde estão presentes as fitofisionomias de Cerrado Típico e Cerrado Denso (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013). Flor de Pequi conta um pouco sobre as características do Cerrado no território:

Aqui no Cerrado tudo é medicinal, a gente não sabe todos os nomes, mas temos costume de trabalhar com paus do Cerrado. [...] Aqui eu tenho a Sucupira, a Cana de Macaco, Barbatimão, Canela de Velho, Jatobá, Pau Doce, Aroeirinha, tudo já tinha aqui quando cheguei (FLOR DE PEQUI, 2022).

Figura 11. Cerrado presente na parcela da Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

2.7 Escrevivências com as mulheres: Fazendo farinha de mandioca

Neste dia de visita, combinei com Flor de Pequi que apresentaria a proposta da pesquisa a ela e iniciaríamos a conversa sobre alguns elementos do trabalho. Antes de ir a campo, tive uma conversa com Flor de Pequi para confirmar minha visita em sua casa. Durante nossa conversa, ela me informou que achava que não conseguiria conversar

comigo sobre meu trabalho, pois estava ocupada trabalhando na produção de farinha e enfrentava dificuldades, pois estava sozinha na tarefa. Falei para ela que poderia ir à sua casa para ajudá-la na produção de farinha e que em outro momento combinaríamos para conversarmos mais especificamente sobre meu trabalho. Ela gostou da ideia e disse que realmente precisava de ajuda. Chegando lá, fui direto colocar a “mão na massa” com ela, enquanto conversávamos sobre alguns assuntos da vida.

Durante nossa conversa, Flor de Pequi demonstrou grande preocupação com sua família, principalmente seus filhos homens e netos, devido aos seus vícios com bebidas alcoólicas e cigarros. Flor de Pequi relatou ser totalmente contra o consumo dessas substâncias, principalmente porque seu ex-marido era uma pessoa alcoólatra. Ela ressaltou que se sentia mais tranquila em relação às suas filhas mulheres, pois todas conseguiram concluir seus estudos e estavam trabalhando em suas respectivas áreas. Essa realização das filhas trazia um senso de alívio e satisfação para ela.

Conversei com ela sobre como andavam suas produções de artesanato, e Flor de Pequi disse que não estava conseguindo produzir muito seus artesanatos nem suas garrafadas com as medicinas do mato. Nas últimas semanas, os dias estavam muito corridos para ela. Parte da sua família mora na região da Estrutural, e ela faz muitas visitas à sua família por lá, além de frequentar uma igreja evangélica em Planaltina. Flor de Pequi tem uma participação muito ativa nas atividades da igreja e sempre resalta em suas falas sua fé e crença em Deus.

Sobre os plantios, Flor de Pequi mencionou que não estava conseguindo trabalhar nas plantações e que seus filhos estavam cuidando mais dessa parte. Durante nossa conversa, ela me mostrou uma área em sua parcela que seus filhos pretendiam plantar, mas estavam enfrentando dificuldades por falta de recursos financeiros para adquirir os insumos necessários.

Toda essa conversa aconteceu durante a produção de farinha, enquanto nos revezávamos entre mexer a farinha no fogo para evitar que ela "embolasse" e o descascar a mandioca, como pode ser visto nas **Figuras 12 e 13** a seguir. Flor de Pequi foi me ensinando todo o processo de produção, chegando a mencionar que aquilo ali também era uma aula. Perguntei a ela imediatamente como aprendeu a fazer farinha, e prontamente compartilhou que nasceu e cresceu na roça, sendo que isso era o que ela mais fazia. Flor de Pequi agradeceu pela minha disposição em ajudá-la e combinamos de retornar à sua casa para podermos continuar nossa conversa.

Figura 12. Dia de produção de farinha com Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

Figura 13. Remoção da casca de mandioca com Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

2.8 Escrevivências com as mulheres: fazendo artesanatos com fibras do Cerrado e de bonecas abayomi

Nesta visita, participei de uma oficina ministrada na residência da Caliandra. O objetivo da oficina era ensinar técnicas sobre a produção de artesanatos natalinos com fibras do Cerrado. Fui muito bem recebida por Caliandra, que demonstrou estar contente com minha participação.

Durante o curso, além de aprendermos a produção de artesanatos natalinos, foi

possível fazermos bonecas Abayomi¹³. A ideia das mulheres era produzir os artesanatos visando aproveitar as festas de fim de ano para a venda de seus produtos.

Durante o processo, Caliandra compartilhou que estava construindo sua nova casa na parcela, planejando deixar o espaço atual onde reside para uma de suas filhas e para a realização de atividades coletivas no assentamento. Ela me mostrou uma área em que estava organizando para plantios e algumas mudas que havia recebido. Todas as atividades culturais, cursos e oficinas são realizados na parcela de Caliandra e estão abertos para toda a comunidade. No curso, poucas mulheres do assentamento apareceram para participar. Além de mim, havia apenas duas mulheres de fora do assentamento e três mulheres assentadas no território presentes na atividade.

Comentei com Caliandra sobre a proposta de realizar uma oficina de turbante em sua parcela com as mulheres do assentamento. A ideia inicial seria fazer a oficina com todas as mulheres juntas. Ela se mostrou animada e gostou da ideia. Em seguida, Caliandra me convidou para realizar a oficina em um evento chamado "Entardecer dos Ojás", que ocorre anualmente em Planaltina, sempre no mês de novembro. O objetivo do evento é divulgar a cultura negra e suas múltiplas expressões, além de discutir ideias de igualdade, combate à intolerância religiosa e ao racismo enfrentado pelas comunidades de terreiro. Caliandra se define como uma mulher de terreiro.

Ela disse que as mulheres do assentamento foram convidadas para expor seus artesanatos nesse evento e que achava interessante a oficina acontecer simultaneamente. Em um primeiro momento, a oficina acabou não sendo realizada, pois o evento foi cancelado. No entanto, seguimos com a proposta de realizar a oficina com as mulheres no assentamento.

¹³ De acordo com o Portal Geledés (2015), o tráfico negreiro entre África e Brasil teve influências na origem da Abayomi, onde as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção aos seus filhos. As bonecas ficaram conhecidas como “encontro precioso” em iorubá, símbolo de resistência, das raízes da cultura brasileira e da existência das mulheres negras.

Figura 14. Produção de artesanatos natalinos com fibras do Cerrado e de bonecas abayomi.



Fonte: Autora (2023).

2.9 Escrevivências com as mulheres: diálogos no café da tarde

Nesta visita, tive a oportunidade de rever Lobeira, com quem já não encontrava pessoalmente há algum tempo. Ao chegar em sua residência, fui calorosamente recebida por Lobeira e seu companheiro, e passamos a tarde conversando sobre como estavam suas vidas.

Lobeira havia feito aniversário há alguns dias. Aproveitei a ocasião recente de celebração de seu aniversário e lhe dei de presente um tecido de turbante. Em outra ocasião em que a visitei, eu estava usando um turbante nos meus cabelos. Ela me perguntou quando eu iria ensiná-la a fazer essas amarrações. Lobeira ficou muito feliz com a lembrança, e combinamos que eu retornaria à sua casa para ensiná-la a fazer algumas amarrações. Ela me contou que gravou meu contato em seu telefone como “Jéssica do turbante”, pois era assim que ela lembrava de mim.

Lobeira e o companheiro aceitaram enfrentar um novo desafio, como ela chamou, e retornaram aos estudos. O casal está cursando uma nova pós-graduação. Durante nossa conversa, ela ressaltou a dificuldade que ambos têm enfrentado para conseguir sair do assentamento e ir à universidade para frequentar as aulas. Ela expressou incerteza sobre conseguir concluir o curso, uma vez que as circunstâncias estavam sendo muito difíceis para eles.

Também discutimos sobre a forma de locomoção do casal e como as paradas de ônibus próximas ao assentamento são perigosas, pois são muito desertas e o transporte público é precário. Lobeira enfatizou o quão perigosa essa situação é, especialmente para as mulheres, e como ela não gosta de sair sem seu companheiro.

Após essa longa conversa, fizemos um lanche, e Lobeira havia preparado um

delicioso pão artesanal para nós. Durante o momento, ela compartilhou que, por questões de saúde, não estava conseguindo mais trabalhar com o artesanato no momento. Além disso, ressaltou a falta de apoio de assistência técnica e extensão rural para as famílias, especialmente para as mulheres que se dedicam aos seus artesanatos.

Por fim, combinei com Lobeira de retornar em outro momento à sua casa para conversarmos sobre a proposta da pesquisa, enfatizando que gostaria muito de contar com a sua participação no estudo. Ela se mostrou disposta a participar e manifestou interesse em termos futuros encontros para discutirmos mais sobre o assunto.

2.10 Escrevivências com as mulheres: oficina de turbante

Para o desenvolvimento do diálogo sobre questões da negritude, realizei oficinas de turbante com as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian (DF) participantes da pesquisa. Essa oficina teve como objetivo auxiliar nos processos metodológicos da pesquisa para a valorização e o despertar da história, cultura e ancestralidade das mulheres desse território.

A história do turbante remete aos povos do oriente, mas não se tem conhecimento exato da sua origem. Na África, o turbante faz parte das vestimentas de sua população, sendo utilizado como um artefato nas religiões de matriz africana, também conhecido como OJÁ. Seu uso é feito por médiuns em rituais de candomblé e umbanda, para proteger o Orí (cabeça) e demonstrar respeito ao sagrado (SANTOS *et al.*, 2017). O uso do turbante pode ser feito por mulheres, homens, crianças e idosos.

No território brasileiro, de acordo com Santos *et al.* (2017), o turbante está associado aos africanos escravizados que trouxeram consigo sua cultura e religião, sendo o turbante parte de seu vestuário no cotidiano. Através das diversas migrações forçadas que ocorreram, principalmente com as mulheres africanas trazidas, esse símbolo pôde ser herdado. Dessa forma, permaneceram presentes alguns elementos culturais da cultura afro-brasileira.

Segundo Lima (2017, p. 38), “as vestes tradicionais da baiana do acarajé são uma memória das ganhadeiras e vendeiras que circulavam pelas ruas de Salvador até o fim do século XIX e das trocas culturais ocorridas entre africanos muçulmanos e adeptos do culto aos orixás”. O uso do turbante cresceu, associado também ao processo de transição capilar que muitas mulheres negras passam, como uma maneira de reconstruir a autoestima dessas mulheres durante esse processo de aceitação e empoderamento dos seus cabelos.

A seguir, apresentam-se imagens de mulheres negras brasileiras e africanas com seus turbantes.

Figura 15. Baiana com seu turbante no Pelourinho, em Salvador.

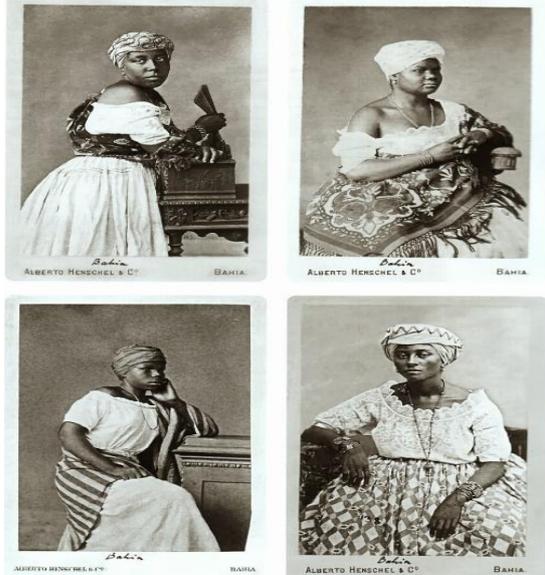
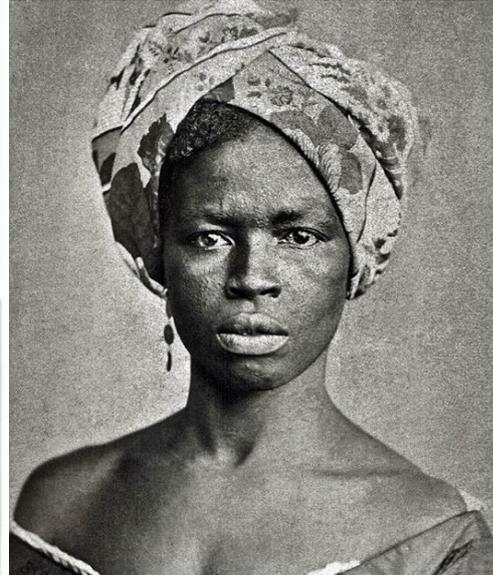


Fonte: Oliveira (2017).

Figura 16. Mulheres de etnia macua, maior grupo de Moçambique, com seus turbantes.



Fonte: Thomaz (2016).

Figura 17. Mulheres negras com turbante.**Fonte:** Henschel (1869).**Figura 18.** Mulher negra com turbante.**Fonte:** Henschel (1869).

Assim, os turbantes nos permitem ver e pensar outras formas de autoafirmar a identidade negra e no processo de superação, aceitação e empoderamento do cabelo natural para as pessoas negras. Nilma Lima Gomes (2002), em seus estudos etnográficos em salões de beleza negra de Belo Horizonte - MG sobre corpo e cabelo como símbolos da identidade negra, apurou a centralidade e a forma única com que a população negra lida com seus cabelos como parte da construção da negritude brasileira:

O cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra (GOMES, 2002, p. 2).

Nesse sentido, o turbante como parte da identidade negra torna-se uma forma de resistência contra preconceitos, práticas racistas e estereótipos impostos pela sociedade ocidental. Diferente de outros acessórios, traz em si um marco de identificação da cultura negra, acionando o pertencimento identitário e a história do povo negro em diáspora, tradições da cultura afro-brasileira e sua historicidade (LIMA, 2017).

Com forte ligação entre as mulheres, os turbantes são instrumentos de disseminação da beleza e cultura negra, marcando a resistência contra as inúmeras práticas de discriminação e de silenciamento da cultura da população negra. Nesse sentido, a oficina de turbante com as mulheres negras camponesas teve o intuito de dialogar sobre o empoderamento das mulheres negras através do turbante, buscando alcançar o respeito e o resgate da ancestralidade afro-brasileira e as suas percepções sobre a negritude.

A arte de turbantar com as mulheres negras camponesas

A proposta da oficina de turbante com as mulheres negras camponesas surgiu a partir dos nossos diálogos tecidos durante a pesquisa de campo e da minha identificação com o turbante. Sempre que havia a oportunidade, eu visitava as mulheres no assentamento usando um turbante nos meus cabelos, pois desde o meu processo de transição capilar, o turbante se tornou um aliado que representa empoderamento e resistência em meu dia a dia.

Fui compreendendo a importância que o turbante tem para nós, pessoas negras, especialmente para as mulheres negras. Aprendi as técnicas de amarração do turbante por conta própria, assistindo a vídeos de outras mulheres negras e participando de oficinas em espaços universitários. Durante a graduação, ministrei oficinas de turbante e reproduzir as técnicas, muitas vezes, nos cabelos da minha mãe, que sempre foi minha parceira e me permitia turbantar¹⁴ seus cabelos. Nesse processo, antes de realizar as oficinas com as interlocutoras da pesquisa, pratiquei as amarrações no cabelo da minha mãe, o que me fez sentir mais segura para concretizar a ideia da oficina com as mulheres negras camponesas. A seguir, **a Figura 19** apresenta as fotos da minha mãe com o turbante que realizei nela.

Figura 19. Amarrações de turbante que fiz na minha mãe, em Lêda.



Fonte: Autora (2022).

Essa atitude de ir ao território das mulheres com o turbante chamou a atenção, inclusive a de Lobeira, que se demonstrou interessada em aprender as técnicas do turbante quando me viu usando, e a de Caliandra, que já conhece e utiliza o turbante, e que abriu

¹⁴ Segundo Silva (2020), turbante é um movimento de mudanças possíveis a partir das técnicas de turbante ou várias pessoas usando turbante juntas.

o espaço de sua casa para realizar a oficina com as mulheres do assentamento, conforme relatado nas escrituras com as mulheres. Infelizmente, não foi possível realizar a oficina com Caliandra, devido à incompatibilidade de horários e, na época, muitas das famílias apresentavam sintomas gripais. Por precaução e em acordo com as mulheres, decidimos fazer a oficina individualmente com as participantes da pesquisa. Dessa forma, a oficina foi realizada junto a Lobeira e Flor de Pequi, em suas parcelas, separadamente.

A oficina foi realizada em dias diferentes com as mulheres, mas os métodos utilizados foram os mesmos com ambas. Foi construído um roteiro com perguntas para orientar a pesquisadora, mas a proposta foi fazermos uma conversa mais aberta e permitir que as mulheres se sentissem à vontade para falar, tirar dúvidas e debater sobre o turbante. Durante nossas conversas, abordamos aspectos como: o uso e a identificação das mulheres negras camponesas com o turbante; a transmissão do conhecimento das técnicas de turbantes; suas experiências com seus cabelos; a história do turbante; e suas percepções sobre a negritude.

Ambas as oficinas foram muito agradáveis e proveitosas. Quando mostrei os tecidos coloridos, despertaram o interesse e a curiosidade das mulheres em saber quais tipos de tecidos seriam bons para a amarração e se elas possuíam em suas casas para reproduzir as técnicas posteriormente. Foi possível adquirir os tecidos para as oficinas e presenteei cada mulher com um turbante. A **Figura 20**, a seguir, ilustra os tecidos na casa de Lobeira durante a oficina:

Figura 20. Tecidos para a oficina de turbante.



Fonte: Autora (2022).

Iniciamos a oficina, conversando sobre o que são os turbantes, suas origens, suas atribuições nas sociedades africanas e brasileiras e as suas diversas utilidades. Durante a

oficina, tanto Flor de Pequi quanto Lobeira relataram que não conheciam muito sobre a história do turbante, mas já tinham ouvido falar sobre o seu uso por mulheres africanas em programas de televisão. Lobeira expressou interesse nos tecidos africanos e já havia feito uma amarração de turbante com outras mulheres africanas, conforme relata:

Tem um lenço que o pessoal da África usa, não sei se você já viu. Eu cheguei a ver o pessoal da África uma vez fazer uma visita aqui no assentamento e eu cheguei a aprender fazer um daqueles, mas esqueci já como faz. Eu gostei muito porque eu gosto muito desse negócio de pano assim roupa colorida. Na época a gente ainda estava lá embaixo no acampamento (LOBEIRA, 2022).

Sobre sua experiência em lidar com o cabelo, Lobeira narra que gosta mesmo é dos seus volumes e que não gosta de utilizar produtos químicos. Ela não compreendia, por exemplo, por que sua irmã alisava seus cabelos:

O cuidado que eu tenho com meu cabelo é que eu não gosto de usar produtos químicos, né? Eu não gosto de usar. Eu gosto muito dele, não tenho problema com ele não, nunca tive eu gosto dele, é um cabelo volumoso. A minha irmã tem o cabelo afro, né? E eu não entendi assim, eu sou a mais nova delas, ela sempre passando produto químico no cabelo para alisar o cabelo, eu nunca entendi aquilo porque que ela fazia aquilo entendeu? (LOBEIRA, 2022).

Contei a ela um pouco sobre meu processo de transição capilar e ela me relatou que já havia passado por situações de constrangimento, por usar seus cabelos naturais. Nesse processo, chegou a fazer um curso de tranças, pois gosta muito de trançar os cabelos:

O pessoal às vezes fala porque você não alisa o cabelo, faz isso no cabelo, porque você não escova o cabelo, não sei o que, eu não gosto não. Eu gosto mais de fazer trança quando eu não quero solto, entendeu? Eu uso mais o cabelo preso, porque você tá o tempo todo mexendo na cozinha fazendo coisa ele vai deixar o cabelo solto, né? Eu geralmente faço a trança raiz. Eu fiz um curso de tranças (LOBEIRA, 2022).

Durante nossas conversas e no processo de turbante, Flor de Pequi contou que também havia feito uma amarração de turbante em um encontro de mulheres rurais, no qual outras mulheres do assentamento fizeram a amarração nela. No entanto, ao tentar reproduzir a amarração sozinha, não havia dado certo. Ela ressaltou que algumas mulheres do assentamento costumam usar o turbante e que iria treinar as amarrações que estavam lhe ensinando. No que diz respeito a Lobeira, o turbante tem um valor sentimental para ela, e a oficina acionou memórias relacionadas às suas origens e família:

Fui criada assim, as pessoas fazendo isso, né? Eu fui criada num lugar onde as mulheres na Bahia, lá no interiorão da Bahia lá o pessoal só

fazia um rabo de coco. Na verdade, Jéssica, o pessoal usava muito lenço, mas aqueles outros lenços que você pega e amarra aqui e pronto, né? Isso sim, todo mundo lá usava um lenço um pano na cabeça, assim isso eu me lembro, mas não era com esses diferentes assim, né? Eu acho que o turbante ganhou muita abertura, né? Nesses últimos anos (LOBEIRA, 2022).

Durante a oficina de turbante e em nossas conversas, observei que, para Lobeira e Flor de Pequi, os cabelos são incessantes lembranças de sua identidade étnico-racial. De acordo com Gomes (2003), o cabelo e a cor da pele possuem um lugar significativo na construção da identidade negra. Nesse sentido, mesmo com as discriminações e apagamentos sofridos através de contextos capitalistas, sexistas e racistas que percebemos no relato de Lobeira, na tentativa das pessoas de impor sua forma de uso e cuidado com seus cabelos, a potência de uma mulher negra em impor suas escolhas em como ela quer utilizar seus cabelos, seja através das tranças, do volume de seus cabelos naturais ou com o turbante, é um ato de resistência presente em suas falas e parte de sua construção de pertencimento étnico-racial e autoimagem.

Percebemos durante a oficina e em suas falas aspectos que consistem em uma transmissão de valores interligados: seja nas lembranças ancestrais de Lobeira do período em que morava na Bahia e nas amarrações que as mulheres faziam, na representatividade da troca de aprendizado das técnicas do turbante conforme relatado por Flor de Pequi, ou nas conexões entre as mulheres negras camponesas do assentamento e as mulheres africanas conforme narrado por Lobeira.

Gomes (2003) defende que há uma historicidade envolvendo o corpo e o cabelo negro e que essa história é marcada pelas ancestralidades e memórias, diante das “significações e tensões construídas no contexto das relações raciais e do racismo brasileiro” (GOMES, 2003, p. 174). Defender essa história e ancestralidade do turbante, desenvolvendo a oficina com as mulheres negras desse território, nos permitiu acessar memórias, sentidos e diálogos sobre temas que muitas vezes são dolorosos para nós.

Através de suas falas e experiências compartilhadas, conseguimos perceber palavras que estabelecem conexões entre as mulheres negras, tais como: memória, identidade, resistência, coletivo e ancestralidade. Durante a oficina e em suas falas, elas demonstraram o quão forte e transformador é quando mulheres negras se empoderam dos valores ligados ao turbante.

Ensinamos e aprendemos diversas amarrações, mostrando mais de uma possibilidade de uso do turbante para que as mulheres pudessem se identificar e se sentir

confortáveis. Cada mulher escolheu o tecido que mais lhe chamou atenção. Ao final da oficina, pedi para que elas reproduzissem as amarrações dos turbantes em suas próprias cabeças, como uma maneira de praticar e treinar. A seguir, as **Figura 21 e 22** apresentam uma das interlocutoras com os seus turbantes durante a oficina.

Figura 21. Uma das interlocutoras e seu turbante durante a oficina.



Fonte: Autora (2022).

Figura 22. Uma das interlocutoras caminhando pelo Cerrado com seu turbante após a oficina.



Fonte: Autora (2022).

Construir coletivamente a oficina de turbante, além de possibilitar as amarrações com as mulheres, foi um momento de cuidado, acolhimento, afeto e valorização da beleza e cultura negra entre nós. Além disso, percebo que a oficina contribuiu para uma melhor compreensão das mulheres camponesas como mulheres negras, reencontrando-se com os caminhos trilhados por nossas precursoras.

CAPÍTULO 3: INTERSECCIONALIDADE: ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS DO PEQUENO WILLIAN

Este capítulo tem o objetivo de responder à seguinte pergunta de pesquisa: como as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian percebem suas identidades étnico-raciais? Para isso, é apresentada a interseccionalidade que embasa a pesquisa, buscando compreender a realidade das mulheres negras camponesas, suas estratégias e resistências, assim como as intersecções entre raça, gênero e classe presentes em suas narrativas.

3.1 Interseccionalidade

Siliprandi (2009) direciona nosso olhar para as mulheres camponesas, enfatizando que a Agroecologia, presente nos territórios camponeses como teoria e prática, incorporada aos seus modos de vida, não cumprirá seus propósitos de ser um modelo de autonomia para os camponeses e camponesas, se não abordar também as questões de enfrentamento da subordinação das mulheres do campo. Ainda, de acordo com a autora, essas subordinações perpetuam as diferenças das mulheres em relação aos homens, manifestando o sistema patriarcal advindo das sociedades ocidentais, em que o único local nesse sistema onde as mulheres podem ocupar é nas atividades de reprodução social.

Para as mulheres camponesas, há a necessidade de valorização de seus trabalhos praticados na terra, que muitas vezes são invisibilizados e normalmente vistos como “ajuda” ou trabalho “leve”, ao contrário do trabalho praticado pelos homens, que é reconhecido como “pesado”, independentemente da demanda do trabalho (PAULILO, 1987; KEMPF; WEDIG, 2019).

De acordo com Paulilo (2004), a desconsideração do trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas decorre em conjunto com as instituições do estado, da falta de acesso a políticas públicas, ao crédito, à assistência técnica e rural, à participação nas cooperativas, entre outros aspectos.

Conforme Souza e Silva (2015) salientam, essas desigualdades têm um impacto maior nas famílias do meio rural, marcando fortemente as vidas das mulheres do campo, resultando em prejuízos étnico-socioculturais, apagando a identidade feminina nos papéis assumidos por elas, como no manejo dos agroecossistemas, no território, na luta pela terra, entre outros, tendo suas próprias histórias invisibilizadas.

Esses papéis sociais hierarquizados tiveram intensa influência da dominação colonial que mantém as relações de dominação até hoje. Essas hierarquias de gênero, raça

e classe constituem a divisão racial e sexual do trabalho (QUIJANO, 2005). Desse modo, é possível analisar as formas de poder e dominação que afetam as mulheres negras camponesas através da ótica da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Suas realidades estão diretamente vinculadas ao sistema racista, patriarcal e eurocêntrico instituído desde o colonialismo.

Para Kempf e Wedig (2019), analisar a interseccionalidade entre mulher e camponesa é fundamental, pois essas duas categorias, quando abordadas separadamente, não as incluem completamente. Ressalto que as mulheres negras camponesas manifestam especificidades em relação às mulheres urbanas e também aos homens camponeses. Além disso, há pouca produção bibliográfica consistente sobre elas. A literatura, quando aborda aspectos dessas mulheres, muitas vezes se concentra apenas nas relações de poder, na esfera doméstica e na reprodução.

Em uma sociedade atravessada pelas desigualdades de gênero, raça e classe, é essencial analisar as mulheres negras que se encontram atravessadas por essas categorias que se inter cruzam e alcançam um mesmo corpo. Nesse sentido, proponho utilizar o conceito de interseccionalidade para lançar um olhar sobre as mulheres negras camponesas.

Nas análises sobre a questão agrária no Brasil, segundo Ferreira (2013), muitas pesquisas se voltam especialmente para as relações de classe presentes no campo, não levando em conta a diversidade de relações entre os sujeitos e sujeitas que compõem os movimentos de luta pela terra, assim como as relações raciais.

Na vivência das mulheres negras camponesas, além das desigualdades de gênero e classe, encontramos as relações étnico-raciais que impactam suas vidas, mas que ainda são frequentemente tratadas como algo externo à estrutura. Nesse momento, passo para as contribuições das pensadoras negras, a fim de pensarmos a perspectiva interseccional.

A interseccionalidade é um termo cunhado pela intelectual estadunidense Crenshaw (2002) na década de 1980, no campo jurídico, para suprir os mecanismos de proteção legal contra as discriminações étnico-raciais e de gênero. Ela permite enxergar as consequências estruturais resultantes da interação de dois ou mais eixos de subordinação, como o sexismo, racismo, patriarcalismo e outros sistemas discriminatórios vivenciados pelas mulheres, raças, etnias, classes, etc. (CRENSHAW, 2002). Assim, a interseccionalidade surge como um instrumento teórico para compreender essa realidade:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição do gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Desse modo, a interseccionalidade se torna um aporte que permite analisar as mais diversas dimensões identitárias cujos efeitos são sociais. Um conceito com aplicabilidade tanto na teoria quanto na prática, como a definição que Crenshaw (2002) utilizou no campo do direito em busca de justiça social, ou inúmeras políticas públicas que buscam abordar a condição específica das mulheres negras e as violências que afetam esse mesmo grupo (SILVA, 2022).

No Brasil, diversas intelectuais negras já se preocupavam em pensar a situação da mulher negra antes mesmo de surgir a própria terminologia da interseccionalidade. Elas refletiram que as mulheres negras partem de lugares diferentes na sociedade e que, mesmo dentro da identidade de gênero, a raça nos diferencia, da mesma forma que dentro do mesmo grupo racial o gênero diferencia, e a exploração de classe está sempre presente (SILVA, 2021).

Elencamos as contribuições de pensadoras brasileiras para o debate, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, entre tantas outras intelectuais, como aporte para analisar como as opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam. Essas relações acentuam a situação de vulnerabilidade das mulheres negras brasileiras. Dessa maneira, buscamos compreender a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, concebida como uma contribuição para a realidade das mulheres negras camponesas.

Gomes (2005) nos traz a noção de raça para a população negra: “raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra as pessoas negras, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade” (GOMES, 2005, p. 47).

Na realidade das mulheres negras, Gonzalez (1984) analisa que “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Para a autora, a articulação do racismo se estabelece como a sintomática que “caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Ela apresenta a articulação entre o racismo e o sexismo sobre as mulheres negras, em que essa articulação vai produzir efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Nesse sentido, a autora fala sobre a tríplice discriminação (raça, classe e sexo) enfrentada pelos corpos femininos negros, que os coloca no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 1982). O pensamento de Gonzalez (1982) sobre a mulher negra na sociedade brasileira é fundamental e essencial para o entendimento da interseccionalidade da estrutura. Essas mulheres passam por processos históricos de negação e invisibilidade de suas lutas e identidade.

Para analisar o lugar de marginalidade sofrido pelas mulheres negras, Gonzalez (2020) estudou a situação da mulher negra no mercado de trabalho. Em seus estudos, ela evidencia que, na década de 1980, o panorama de exclusão da mulher negra se mantém: elas continuam sendo as que mais trabalham, não são reconhecidas e recebem as menores remunerações. Gonzalez (2020) conecta diretamente o lugar da mulher negra no mercado de trabalho com o padrão de trabalho durante o período da escravização:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da ‘escrava do eito’ de ontem; a empregada doméstica não é diferente da ‘mucama’ de ontem; o mesmo poderia dizer da vendedora ambulante, da ‘joaninha’, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e ‘escrava de ganho’ de ontem (GONZALEZ, 2020, p. 217).

Assim, as experiências históricas das mulheres negras são diferenciadas, pois os discursos universais sobre “a opressão da mulher não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (CARNEIRO, 2011, n.p).

Akotirene (2019, p. 23) defende que “o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global”. Para a autora, as mulheres negras foram as marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, nas quais atravessaram séculos articulando gênero, raça e classe (AKOTIRENE, 2019).

Segundo Carneiro (2011), é possível através do feminismo negro afirmar que “ele tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2011). Diante disso, o racismo demonstra as desigualdades e as discriminações raciais que a população negra sofre, com as mulheres negras em particular, opera como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas (CARNEIRO, 2011).

A importância da interseccionalidade tanto para as epistemologias feministas quanto na luta antirracista advém dessa conexão com nossa ancestralidade, de entendermos nossos e nossas ancestrais que fizeram muito por nós, através da luta do movimento negro e de tantas outras mulheres negras que seguem reexistindo para existir (SILVA, 2021).

Para Santos e Santos (2022), a interseccionalidade é uma epistemologia da reexistência, com práticas guiadas através da ancestralidade afro-brasileira:

A questão da interseccionalidade tem a ver com essa postura ao ser um exemplo de construto teórico advindo de uma característica que remete à ancestralidade preta. As origens da interseccionalidade estão voltadas ao coletivo e a uma percepção conjunta das coisas, acessada de maneira exclusiva por quem pertence ou entende-se como parte na comunidade diaspórica. A perspectiva interseccional está pautada na compreensão das múltiplas identidades vividas com base na experiência de mulheres negras e da experiência como modo de compreender a nós mesmos/as e ao mundo a nossa volta, o que inclui a formulação de novas teorias (SANTOS; SANTOS, 2022, p. 8).

Através da ancestralidade das mulheres negras camponesas, que passaram por um movimento de reterritorialização, constituiu-se um patrimônio biocultural nas conexões entre África e Brasil. Elas trouxeram consigo uma diversidade de saberes (GOMES, 2011), ancorados em ancestralidades afro-pindorâmicas, termo utilizado por Bispo (2015) para descrever os povos negros traficados para a América do Sul, que seguem existindo e resistindo.

É importante compreender as mulheres negras camponesas como sujeitas importantes do processo, com suas experiências e saberes ancestrais que influenciam suas percepções e valores em torno das questões ambientais. Essas questões são sentidas e vivenciadas de formas distintas por homens e mulheres e entre elas, marcadas por relações sociais desiguais que pré-estabelecem responsabilidades específicas em função do gênero, da classe e da raça (PACS, 2017).

Nesse sentido, a interseccionalidade nos permite ampliar a visão das desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras do campo e suas especificidades, reconhecendo o papel fundamental que as mulheres negras camponesas têm na construção de seus territórios e a conexão com suas memórias ancestrais.

Evaristo (2009), a partir de suas escrituras, nos traz que as experiências são partes do processo que constituem a produção do saber. Na trajetória das mulheres negras, esse processo perpassa para além da ótica de gênero. Os saberes dessas mulheres estão

articulados por uma ligação com a África que a diáspora não foi capaz de apagar (MOTTA, 2020).

Para tanto, o diálogo com Evaristo (2020) foi o nosso fio condutor para compreender, a partir das escrevivências das mulheres negras camponesas, o impacto de suas oralidades sobre a manutenção da agrobiodiversidade em seus territórios rurais. Traçamos a oralidade e a escrita como ponto de partida para representar as vozes das mulheres negras participantes deste estudo, pois entendemos que suas práticas, saberes e memórias compartilhados integram a ancestralidade das mulheres negras camponesas.

3.2 Escrever a vivência de outras: isso é o quilombo

Todos têm um ideal. O meu é gostar de ler.
(Carolina Maria de Jesus, 2000, p. 23)

Cresci possuída pela oralidade, pela palavra.
(Conceição Evaristo, 2005, p. 1)

Escrever sobre as vivências das mulheres negras desse território me permitiu fazer conexões com as mulheres que ali vivem, mostrando seus modos de vida, r(existir) e aquilombar. Adoto o termo “aquilombar”, derivado do quilombo, através dos ensinamentos da historiadora Beatriz Nascimento¹⁵ (1989), que nos traz: “a terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (ÔRÍ, 1989, n.p). O que Beatriz Nascimento (1989) apresenta é a continuidade do quilombo através do movimento de aquilombar, reunir-se, autocuidar e acolher. Foi nesse processo que encontrei com as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian o aconchego e afeto em suas casas, e entre elas pude me reaproximar da Comuna Panteras Negras, uma parcela coletivizada de Caliandra.

Seguindo a trilha das escrevivências de Conceição Evaristo (2020), vou ao encontro de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mineira, mãe de três filhos, favelada e escritora. Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, duas grandes referências no exercício de escrevivência, apresentam um movimento ao encontro em suas escrevivências a partir de suas escritas de si dentro da literatura. Em suas narrativas, expõem seus processos de luta, sobrevivência e superação através dos registros em suas escrevivências na condição de mulheres negras.

¹⁵ Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), mulher negra, sergipana, mãe, historiadora, roteirista, intelectual negra brasileira e transatlântica.

As escritas de Conceição e Carolina para nós, mulheres negras, mobilizam reconhecer nossas potências e contar ao mundo nossas escrevivências compartilhadas. Nesse percurso de encontro com Conceição e Carolina, ancorado nos ensinamentos de Beatriz Nascimento sobre o quilombo, apresento a escrevivência do território de aquilombamento das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian - Comuna Panteras Negras.

Desde a construção do assentamento, são pensados espaços de formação política dos assentados e assentadas, que tivesse como base a cooperação, a cultura e a conscientização das mulheres camponesas. Entre esses espaços, está a constituição da Comuna Panteras Negras, que nasceu em 2013, na parcela de Caliandra. A Comuna tem o objetivo de ser um espaço de trocas de saberes, cultura e de pesquisas, visando acolher provisoriamente mulheres negras artistas, militantes, educadoras e estudantes com suas respectivas famílias.

Caliandra narra que a Comuna nasce com o propósito de ressignificar, através da educação e da luta coletiva, o que é ser camponês e camponesa. Foi a partir de seu ingresso no Movimento e do acesso à universidade, no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) na FUP/UnB, que a Comuna começa a se constituir e abre espaço para a criação da Biblioteca Maria Carolina de Jesus, localizada em sua parcela.

Para Caliandra, o resgate de sua história aconteceu quando ela ingressou na luta pela terra em 1999 e passou a fazer parte dos processos formativos na constituição de sua militância. Ela conta que, através do movimento e do acesso ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, esse resgate foi se constituindo: “eu comecei a trazer da minha mãe, da nossa família de volta nossa história e eu tive a oportunidade de 2007 de ingressar na universidade. Eu já tinha quase 38 anos na época”.

Caliandra ingressou na 1º turma da LEdoC - UnB/FUP e, dentro da LEdoC, prioriza a educação do campo para os povos do campo, como relata:

É um curso que é uma formação de professores do campo para o campo, né? Então essa questão de nós não sairmos do campo, né? A gente ter nossos professores e professoras nas nossas escolas é uma oportunidade muito grande de você não esvaziar o campo, né? Uma estratégia de nós fazer alcançar e então formar nossos profissionais. No movimento essa linha de estudo formar nossos profissionais, sempre foi a nossa prioridade (CALIANDRA, 2022).

Para Caliandra, a formação escolar e o acesso à universidade não podem estar dissociados da realidade dos camponeses e camponesas, que estão conectados à forte sociabilidade dos resgates dos saberes: “o nosso processo de luta pela terra nos leva a isso

e a nossa formação” (CALIANDRA, 2022). Para isso, ela conta que a Comuna Panteras Negras busca o resgate dos saberes para a realidade das famílias camponesas do território, incentivando o acesso dos jovens, mulheres e homens do assentamento à universidade. Para Caliandra, estimular parte da comunidade nos processos de leitura e estudo advém do movimento e é resultado da luta coletiva de sua parcela:

Essa parcela que eu recebi é resultado de luta coletiva, eu achei assim por minha obrigação coletivizar também essa parcela. Como assim? Dividindo? Não, compartilhando, né? Então, quando eu retorno para o acampamento Pequeno Willian em 2006, eu não tinha condições de fazer um barraco de madeira de lona (CALIANDRA, 2022).

Caliandra conta que, quando foi fazer parte do acampamento Pequeno Willian, foi acolhida por uma mulher negra. Ela narra que esse acolhimento foi fundamental para ajudá-la a construir seu barraco no acampamento na época:

Ela me acolheu dentro do seu barraco, ela me ajudou a ter os primeiros pedacinhos de pau que foi colocado para poder montar uma estrutura de barraco para mim então esse acolhimento foi tão fundamental para que eu tivesse aqui hoje e outras mulheres também, eu fazer a Licenciatura em Educação do Campo (CALIANDRA, 2022).

Nesse caminhar, quando foi consolidado o assentamento, Caliandra foi contemplada com a parcela e, em processo de luta, ela acabou coletivizando o espaço da parcela a qual é titular: “acredito que aquilo que conquistamos coletivamente tem que ser usufruído coletivamente” (CALIANDRA, 2022). A escolha do nome de sua parcela como Comuna Panteras Negras veio a partir de sua formação na LEdoC, quando ela começou a se aproximar de intelectuais negros e negras.

Durante a minha formação na LEdoC comecei a pesquisar sobre a questão negra na dramaturgia brasileira, porque me incomodava a ausência dos negros/as na dramaturgia brasileira. E com essa pesquisa conheci o Teatro Experimental do Negro, Abdias do Nascimento e cheguei até os *Black Panthers* (Panteras Negras) que tinha a questão do autocuidado para os negros/as e pelos os negros/as. Isto foi muito forte para mim, me fez olhar para minha realidade quando fui acolhida por uma mulher negra (CALIANDRA, 2022).

Assim, Caliandra relata que começou a acolher na Comuna outras mulheres negras, militantes, estudantes, para que pudessem continuar o seu processo formativo acadêmico: “assim começa a constituição da Comuna Panteras Negras com o acolhimento de cinco mulheres negras com suas famílias e, assim, transformamos em um espaço de cultura e pesquisas com práticas agroecológicas” (CALIANDRA, 2022).

Caliandra conta que, com seu ingresso na universidade, conseguiu concluir a graduação, a especialização e o mestrado na área da Educação. Desde esses processos de

luta em sua vida, ela retoma a questão do acesso ao conhecimento que esteve presente desde sua infância: “penso na minha mãe que não tinha tempo nem para estudar, sabe? Então quando comecei a fazer faxina, eu gostava muito de fazer faxina em casa que tivesse bibliotecas porque eu cresci no lugar onde eu só podia olhar os livros e não tocar” (CALIANDRA, 2022).

Quando Caliandra ingressa na luta pela terra em 1999, ela começa a juntar livros e a fazer leituras para as pessoas do acampamento. Ela se colocou nesse lugar como militante para facilitar o acesso do povo do campo ao conhecimento:

A gente muitas vezes tem um povo que não tem letramento e eu trago essa questão do conhecimento porque essa foi a bandeira que eu levantei de produção. É a bandeira da produção do conhecimento, de camponês e camponesas como produtores do conhecimento, intelectuais orgânicos (CALIANDRA, 2022).

Caliandra conta que, quando recebeu a parcela, começou a constituir uma biblioteca que surgiu na mesma época em 2000, em uma caixinha de papelão com 10 unidades de livros. A biblioteca foi se materializando, mas esse processo foi lento. Segundo ela, ao mesmo tempo em que mantinha a biblioteca nessa pequena estrutura, também tinha em sua casa uma estante com livros que utilizava para reforço escolar e para envolver outras pessoas de diversos acampamentos. Caliandra fazia leituras coletivas dos livros nos acampamentos: “porque até então ela era uma biblioteca meio que itinerante, né? Me acompanhava. Cheguei no processo de acampamento e tinha uma estante com alguns livros no máximo 100” (CALIANDRA, 2022).

Então, quando Caliandra chegou em sua parcela, construiu seu barraco de madeira, e a primeira coisa que foi constituída foi a biblioteca de madeirite. Ela narra como se deu o encontro com Carolina Maria de Jesus e nomeou a biblioteca em homenagem à escritora:

E onde ela recebe o nome de Maria Carolina de Jesus, né? Porque na academia pude conhecer alguns intelectuais e até hoje eu tô nessa busca por intelectuais negras, eu conheci Carolina Maria de Jesus e me apaixonei assim pelo contexto, pela história e pela luta de Carolina, então a biblioteca recebe esse nome lá para 2015/2016. Ela recebe o nome de Biblioteca Carolina Maria de Jesus (CALIANDRA, 2022).

Nesse processo, o espaço da Comuna Panteras Negras começa a ter divulgação e impacto no assentamento, pois se contrapõe ao modo como muitas vezes se estrutura a produção intelectual, que parece não ser acessível aos povos camponeses:

Romper com essa lógica é a razão da existência da biblioteca Carolina Maria de Jesus e do espaço de cultura e pesquisa Comuna Panteras Negras. De 2015 para cá, nós estamos já indo para oito anos, o modo de produção nossa é a produção do conhecimento (CALIANDRA, 2022).

Em agosto de 2018, a Comuna Panteras Negras recebeu o reconhecimento como Ponto de Cultura pela Secretaria de Cultura do DF. Para Caliandra, esse reconhecimento veio da luta coletiva para manter esse espaço como objetivo central da Comuna, que busca ser facilitadora do acesso ao conhecimento:

A gente aprendeu a escrever os projetos que a gente tem no espaço. É reconhecido pela Secretaria de Cultura desde 2018, como ponto de cultura. Então a gente vem captando alguns pequenos projetos, para manutenção básica do espaço, mas financeiramente não temos dinheiro. Porque mesmo com a minha formação. Ainda não estou atuando na área, né? (CALIANDRA, 2022).

Para Caliandra, um dos maiores ganhos para a Comuna é o resultado do trabalho coletivo, como o preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o vestibular, que foi realizado no espaço para os jovens e adultos do assentamento:

Nós fizemos um preparatório para vestibulares e ENEM foi um intensivão com 12 jovens aqui na comunidade embaixo do Pé de Pequi. E 10 jovens conseguiram ingressar na universidade, então para nós o ganho é imaterial. O ganho é social, histórico, nós estamos colocando nosso povo camponês para ocupar o lugar que é seu por direitos, né? (CALIANDRA, 2022).

Esse trabalho resultou na premiação da Comuna Panteras Negras, com os prêmios FAC Equidade de Gêneros e do Prêmio LECRIA: Rede de Coletivos de Expressão. Esses prêmios reconheceram as atividades realizadas embaixo do Pé de Pequi, mesmo sem uma estrutura adequada, o que possibilitou a construção da sede própria da biblioteca Carolina Maria de Jesus em alvenaria, além da aquisição de mobília:

A gente recebeu uma premiação da Secretaria de Cultura pelo trabalho que a gente fazia de atividades embaixo do Pé de Pequi, como diz assim ao vivo e a cores ali, né, do lado de fora acontecia os processos formativos. E com isso a gente começa a construir a biblioteca. Durante o processo que a gente estava fazendo o intensivão. A gente construiu a bibliotequinha de madeirite e depois a gente fez a de alvenaria, né? Então foram muitas mãos esse espaço, ele é constituído e é construído por muitas mãos (CALIANDRA, 2022).

O Ponto de Cultura Comuna Panteras Negras segue promovendo trabalhos, como teatro político e vídeo popular, saraus literários, cineclubes, formações e atividades de autocuidado e autonomia das mulheres camponesas, através das produções de artesanato, produção audiovisual, feiras de arte e cultura, entre outras atividades.

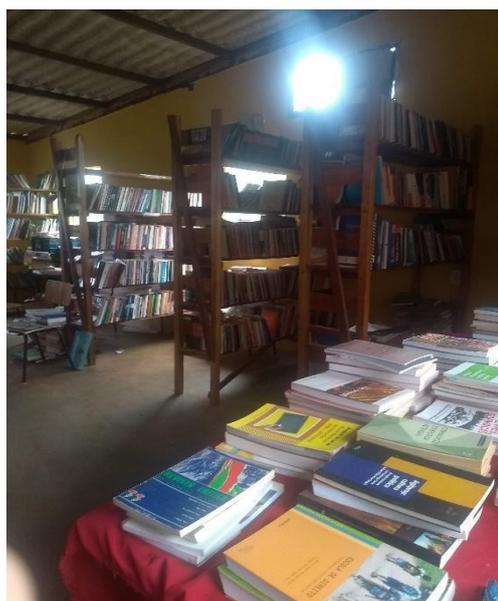
Atualmente, a biblioteca conta com cerca de 2.500 livros adquiridos e doados por pessoas e instituições parceiras. Caliandra conta que a biblioteca Carolina Maria de Jesus segue com um dos seus objetivos: buscar meios para que camponeses e camponesas que hoje não têm letramento venham a ter. A seguir, apresento as imagens de momentos representativos que pude vivenciar na Comuna Panteras Negras e da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.

Figura 23. Entrada da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autora (2022).

Figura 25. Interior da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.



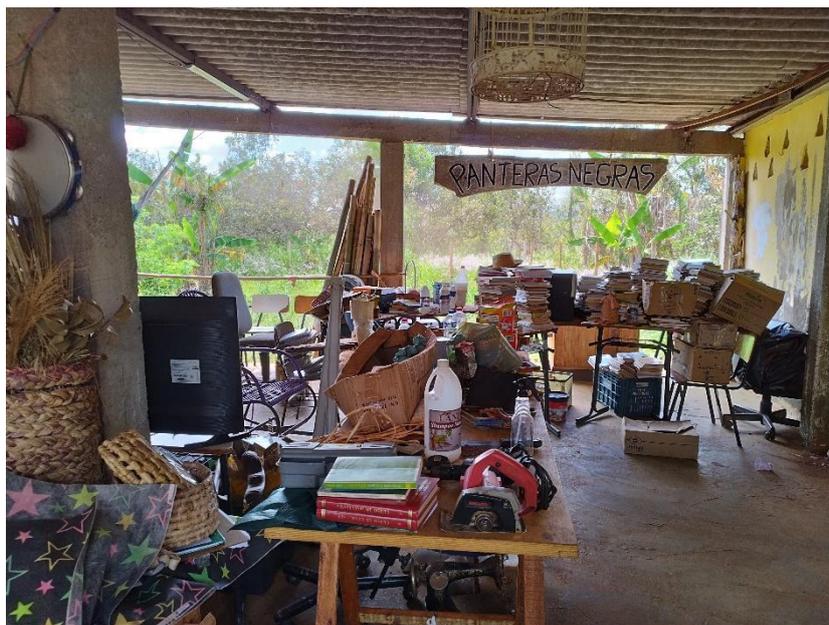
Fonte: Autora (2022).

Figura 24. Exterior da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autora (2022).

Figura 26. Dia de organização do acervo de livros da Biblioteca Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autora (2023).

Figura 27. Caminhada com as mulheres na Comuna Panteras Negras.



Fonte: Autora (2023).

Figura 28. Oficina de contação de histórias.



Fonte: Autora (2023).

Enquanto participava das atividades e oficinas com as mulheres na Comuna Panteras Negras e as escutava, percebia como suas narrativas são pautadas em traços ancestrais. Assim como Carolina Maria de Jesus (2000) e Conceição Evaristo (2006), suas escrituras se fazem presentes através de suas histórias. Portanto, temos aqui as escrituras de mulheres negras camponesas, que emergem de suas relações com a terra, a agroecologia, a agrobiodiversidade, a luta coletiva, a solidariedade, o direito à educação, o cotidiano com o campesinato e outras relações. Nesse sentido, a presença da ancestralidade e da memória, através das narrativas das mulheres negras e dos espaços construídos e tocados por elas, revela as memórias ancestrais que transcendem o silêncio, colocando suas vozes como ato de denúncia pelas diversas opressões e violências sofridas. Isso faz com que espaços como a Comuna Panteras Negras atuem como potências políticas, em prol do direito à educação, memória e ancestralidade das mulheres negras do Pequeno Willian.

3.3 Ser mulher negra e Sem terra

Em 1851, em uma intervenção na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio, Estados Unidos, a ex-escrava Sojourner Truth, em seu discurso “*Eu não sou uma mulher?*”¹⁶, denunciou que: “ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama [...], eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e

¹⁶ Discurso disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

homem algum poderia estar à minha frente [...] eu tive treze filhos e vi a maioria deles ser vendidos para a escravidão [...]”. Nesses fragmentos, Truth (1851) articula gênero, raça e classe, questionando a categoria de mulher universal ou as mulheres brancas presentes no encontro.

No Brasil, segundo Carneiro (2011), a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído. Para as mulheres negras, suas experiências históricas são diferenciadas, e os discursos clássicos sobre a mulher universal não são suficientes para compreender a identidade feminina das mulheres negras.

A partir dessa perspectiva, para compreender o que significa ser mulher negra Sem Terra, perguntei a cada uma das interlocutoras como se identificam e se reconhecem como uma mulher negra do assentamento Pequeno Willian. Durante nossas conversas sobre suas histórias de vida, Caliandra, Flor de Pequi e Lobeira se autoidentificaram como negras e morena. Foi possível identificar em seus relatos a força das instituições como educação e família, em seus reconhecimentos étnico-raciais.

A seguir, apresentam-se algumas análises pautadas nas narrativas das assentadas e como elas relataram suas formações identitárias enquanto mulheres negras Sem Terra. Começo trazendo as falas de Flor de Pequi, que se identifica frequentemente como “negra” ou “morena” em relação à sua raça/etnia:

Minha filha, eu me vejo assim, raça a minha cor eu considero que eu sou morena, né? Eu sou morena, eu não me importo com raça nenhuma porque cada um tem a sua, né? Cada um tem sua cor, cada um tem seu jeito porque o meu jeito e um o seu é o outro (FLOR DE PEQUI, 2022).

Em outro momento, Flor de Pequi relata:

Eu me identifico como negra, eu sou morena, né? Minha família é quase toda negra. Eu não posso dizer que sou branca. Meu pai era índio. Mas na família eu tenho irmão que é bem negrinho cabelo daqueles bem desse tamaninho (refere-se ao cabelo crespo) e tem irmão também que é dessa cor branco que nem leite (FLOR DE PEQUI, 2022).

Na narrativa apresentada por Flor de Pequi, acredita-se que sua autoidentificação, muitas vezes, como morena ou negra reflita na ausência de sua participação em espaços de debate e reflexão sobre as opressões interseccionais dentro e fora do assentamento. No Brasil, com a escravidão negra, produziu-se a manipulação da identidade negra, na qual fomos ensinados a não saber quem somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Em sua obra “*Tornar-se negro*”, Neusa Santos Souza (1983) discorre sobre a construção da identidade negra. Em diálogo com a autora, que enfatiza a violência racial como uma perversa tendência de destruir a identidade das pessoas negras ou confundir suas

pertenças étnico-raciais, como observado nesse relato de Flor de Pequi.

Conforme Carneiro (2011), no Brasil e na América Latina, a violência colonial cometida pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas resultou na miscigenação, que está na origem das construções de nossa identidade nacional. De acordo com a escritora, essa violência sexual colonial é o fundamento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade.

Seguimos com o depoimento de Lobeira, que se autoidentifica como negra. Ela relata que, dentro dos espaços de formação do assentamento, não há muitas discussões sobre questões étnico-raciais:

Eu sou da raça negra, né. Eu sou negra. Dentro do assentamento o pessoal fala muito sobre essa questão de gênero e tal, mas essa questão de raça, da negritude falta (LOBEIRA, 2022).

Lobeira complementa seu relato, abordando seu processo de identificação como mulher negra, e compartilha um diálogo de percepção da sua negritude, que teve com sua amiga:

Eu acho que é questão de consciência mesmo, porque eu não sou branca, né? Então é questão de consciência uma vez eu fui responder uma pergunta dessa. Tinha uma amiga comigo e a pele dela era mais escura que a minha ela falou que era morena. Aí quando chegou a minha vez eu falei não eu sou negra. Ela olhou para mim e falou assim: uai, então eu sou negra também. Talvez ninguém tenha conversado com ela, falado que ela era negra. Os filhos tudo negro, marido negro, filho tudo negro, menino bonito, ela disse que era morena. Aí depois desse dia ela passou a falar que ela era negra, entendeu? Mas tipo de coisa assim (LOBEIRA, 2022).

Chama a atenção como a intersecção de gênero e raça está presente na narrativa de Lobeira. Ela relata a ausência das articulações dos eixos de subordinação nas discussões no assentamento e compartilha um relato significativo sobre a identificação de sua amiga, evidenciando como essas questões se entrelaçam em suas experiências. Akotirene (2019, p. 26) salienta que “há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os outros¹⁷”.

Essas mulheres ao reconhecerem suas identidades raciais “tomam a identidade socialmente imposta e fortalece-a como uma âncora de subjetividade” (CRENSHAW, 2017, n.p), que está em constante processo de transformação e tensão. Sobre esse processo de reconhecimento, Flor de Pequi e Lobeira relatam:

¹⁷ Para Akotirene (2019, p. 23), “os outros, neste caso, são aqueles vistos pela identidade do Ser universal, autoinvisibilizante, branca, cis, heteropatriarcal como os diferentes dos humanos normativos”.

Se reconhecer como mulher negra vem da família, porque se na minha família eu fui gerada por pessoas negras, eu tenho que me considerar negra, pois se eu nasci numa casa na geração de gente toda branco claro, eu me consideraria branca. Mas eu nasci dos negros, aí eu me considero toda minha família toda de negros, eu mesmo assim (FLOR DE PEQUI, 2022).

Na verdade, a única coisa que eu penso assim é uma mulher negra, é por isso que eu estou estudando, fazendo outra pós-graduação, por questão do respeito. Você pode saber isso e saber aquilo se você não tiver um diploma ou um papel para mostrar que você é aquilo ninguém te respeita (LOBEIRA, 2022).

Os relatos apresentados demonstram que a autoidentificação das mulheres negras está intimamente ligada aos processos de formação que permeiam a família, a educação e a ausência de espaços formativos que abordem questões étnico-raciais, além de outros âmbitos da vida social. É importante destacar a educação como um ponto central na história das três mulheres, desempenhando um papel fundamental na formação de suas identidades étnico-raciais.

A busca por um cenário em que as narrativas das mulheres negras assentadas constroem as relações entre suas práticas, saberes e memórias é fundamental para dar visibilidade às suas vozes pouco conhecidas nos processos de manutenção dos territórios da reforma agrária. Nesse sentido, gostaria de compartilhar uma vivência que pude ter com as mulheres negras Sem Terra do território Pequeno Willian durante o Acampamento Pedagógico - Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra em 2023. Este momento permitiu ecoar suas vozes e proporcionou uma experiência enriquecedora e significativa. Em seguida, partimos para os depoimentos das mulheres sobre “*Como é ser uma mulher negra e sem-terra?*”.

3.4 Acampamento pedagógico – Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023

Sob o lema “O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra, Democracia, mulheres em resistência!”, as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mobilizaram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra, que ocorreu entre os dias 6 de março a 8 de março de 2023. As mulheres Sem Terra se organizaram nos 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. O acampamento pedagógico aconteceu no acampamento 08 de março, localizado em Planaltina - DF.

Neste encontro pude participar junto com duas das mulheres participantes dessa pesquisa de atividades formativas, místicas, debates, depoimentos, oficinas, feiras de produtos da reforma agrária e por fim foi realizada a marcha com as Unificadas no dia 08 de março, dia Internacional de Luta das Mulheres. A **Figura 29** apresenta a divulgação do encontro, e a **Figura 30**, a sua programação.

Figura 29. Capa de divulgação da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023.



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2023).

Figura 30. Programação da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023.

DIA	Manhã CHEGADA	Tarde CHEGADA	Noite CHEGADA
06.03.2023			
07.03.2023	<ul style="list-style-type: none"> 8h00- Mística 8h20- Análise de Conjuntura - Luta pela terra, Reforma Agrária Popular e os Nossos Desafios enquanto Mulheres Sem Terra Magal - FM/MST e Zonália- Gênero/MST Mulher, Trabalho e Militância (CEFEMEA) 10h30- Conservadorismo e Liberdade Religiosa (Tatiane Duarte- introdução e abertura; Mãe Christine - Candomblé; Rev. Tatiana Ribeiro - Cristianismo; Renata Bahram pour-Bahá'í) 12h30 almoço 	<ul style="list-style-type: none"> 14h00 - Enfrentamento a Violência Contra Mulher (Juliana Braga- DPE; Juanita - MMC; Maria Jose - Bancários) 15h00- Gênero e Raça (Levante Popular da Juventude) 16h30 às 18hs - Autocuidado e Cuidado Coletivo (CEFEMEA) 	19h00- Ato Político 8M Noite Cultural
08.03.2023	<ul style="list-style-type: none"> 8h30 - Combate aos agrotóxicos (Jakeline Pivato - Campanha contra os Agrotóxicos) Agroecologia, Alimentação Saudável e Hortas Medicinas (Nenem- Setor de Produção MST) 11h00- Plantio de árvores - Proposta - criar o bosque da Resistência das Mulheres Sem Terra - MST, Levante, MMC e CEFEMEA 12h30- almoço 	<ul style="list-style-type: none"> 14h00 - Montagem das cestas orgânicas 15h00 - Distribuição das cestas orgânicas (Pensar equipe para distribuição) 17h00 - Marcha com as Unificadas (saída do 8 de março às 15h30) 	Retorno

No dia 09 de março de 2023, às 19h00, acontecerá uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados Distritais, proposta pelo Deputado Distrital Gabriel Magno.

No dia 11 de março de 2023, às 11h00, acontecerá um Ato Político aberto a sociedade sobre o Combate aos Agrotóxicos, Combate ao Trabalho Escravo, Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis, no Armazém do Campo, localizado na CLN 114, Bloco B, loja 63, Asa Norte-DF. Serviremos almoço com contribuição solidária, também será oferecido o nosso suco Monte Venetto orgânico produzido pela agricultura camponesa. EM CONSTRUÇÃO.

Fonte: Autora (2023).

Durante o encontro, as mulheres denunciaram diversas formas de opressões patriarcais e raciais que afetam pessoas em vulnerabilidade, incluindo o aumento dos casos de feminicídios, assassinatos LGBTifóbicos e suicídios ocorridos no campo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2023).

Poder vivenciar esse encontro com as mulheres Sem Terra foi de extrema importância para compreender os significados como mulheres em luta se mobilizam contra todas as formas de opressão e também para debater a agroecologia em seus territórios. A partir de suas trajetórias de luta pela reforma agrária, tecemos agora as experiências de nossas interlocutoras em “*Como é ser uma mulher negra e sem-terra?*”

Seguimos com os depoimentos de Caliandra e Flor de Pequi, que expressam suas identidades camponesas através do coletivo e das ações do cotidiano, reconhecendo seus saberes e a força da luta coletiva das mulheres negras. Elas destacam:

Essa irmandade isso nos fortalece e nos remete a isso, qual é a função social dessa terra que foi resultado de uma luta tão coletivizada, tão coletiva e tão feminina. Tão empoderada por mulheres negras, né? Que somos majoritariamente a maioria do movimento Sem Terra, né? As mulheres negras somos nós que ficamos no acampamento. Resistindo enfrentando as adversidades somos nós que carregamos balde d'água na cabeça para poder ter uma água dentro de um acampamento somos nós que estamos ali cuidando dos nossos filhos cuidando da nossa horta ao redor de casa dos nossos pequenos animais, então assim é uma luta muito feminina. Assim que eu vejo (CALIANDRA, 2022).

Eu sinto que somos mulheres guerreiras. As mulheres negras são mulheres guerreiras, as mulheres lutadoras as mulheres que não tem medo de fazer nada. Nas mulheres negras eu boto fé, nas mulheres negras, elas são corajosas. Não são mulheres que não têm medo, só mulher corajosa (FLOR DE PEQUI, 2022).

Segundo Schwendler (2009), para compreender o processo de participação da mulher camponesa na manutenção dos seus territórios é preciso:

Analisar as relações sociais que são construídas e reconstruídas nos espaços e territórios produzidos pelo movimento social, sem desconsiderar, contudo, o contexto histórico, econômico, cultural e social em que a história da mulher camponesa se constituiu (SCHWENDLER, 2009, p. 203).

Os relatos de Caliandra e Flor de Pequi ressaltam o empoderamento das mulheres negras no processo de luta pela terra, reconhecendo a contribuição das mulheres negras camponesas na geração de saberes e tecnologias através de suas histórias. Essa abordagem evidencia o protagonismo delas, sem que suas histórias sejam apenas contadas como

experiências dolorosas. No depoimento de Lobeira, ser mulher negra e Sem Terra está intrinsecamente ligado ao movimento político de sua existência:

Para mim é normal, entendeu? (ser mulher negra e Sem Terra) Para mim é normal porque eu estou defendendo aquilo que eu sempre busquei né? Acreditei e através da luta, né? Porque se não for através da luta, você não consegue atingir seus objetivos, você não consegue aquilo que você quer, né? E como eu queria um pedacinho de terra então eu fui pro MST e assim eu achei muito bom, porque assim o pessoal vive mais feliz e se une (LOBEIRA, 2022).

Segundo Witcel (2020), isso demonstra que as mulheres travam a luta dentro do próprio movimento ao qual fazem parte, pois também vivem em sociedade. O relato de Lobeira indica que a intersecção dos eixos de opressões de gênero, raça/etnia e classe nem sempre estará evidente nas narrativas das assentadas, que muitas vezes fazem referência apenas a um eixo de discriminação. De acordo com Souza (2009), o MST vem reconhecendo há pouco tempo o problema do racismo em sua organização. São as mulheres negras do movimento que têm reivindicado a necessidade do debate sobre a referida temática, mas muitas vezes de forma desarticulada de gênero e classe. Seguindo o pensamento de Collins (2015), é primordial supor que raça/etnia, classe e gênero estruturam todas as relações, ainda que em determinado tempo e lugar uma opressão não deva ser hierarquizada em relação a outras.

Algumas das mulheres relataram terem sofrido situações de discriminações interseccionais. No relato de Flor de Pequi, ela narra:

Muitas pessoas já me chamaram de macaca, feia, feiticeira, porque uma coisa que eu não sou eu não vou debater numa coisa que eu não sou, entendeu? Se eu fosse aí eu falava, mas sendo que eu não sou nada disso que eles me chamam que o nome que eles falam comigo eu faço de conta que eu nem considero aquilo nem escutei o que falaram. Eu não dou nem ousadia (FLOR DE PEQUI, 2022).

Pelo depoimento de Flor de Pequi, podemos observar em sua experiência os efeitos das discriminações e violências decorrentes dos atravessamentos pela intersecção da estrutura em sua vida. Em sua narrativa, ela compartilhou as consequências que essas discriminações interseccionais têm na autoestima de uma mulher negra, como ser alvo de comentários e xingamentos ofensivos, como “macaca”, “feia” e “feiticeira”, e como essas discriminações refletem em seus sentimentos e mecanismos de defesa: ignorar a discriminação sofrida, e também a mágoa, como reação às violências.

A situação narrada por Flor de Pequi também nos proporciona uma base para identificar a prática criminosa do racismo em sua articulação com o sexismo, bem como suas consequências sobre as mulheres negras. O relato de Flor de Pequi, em diálogo com Gonzalez (1984) e suas pesquisas sobre a mulher negra e o acesso ao mercado de trabalho, contribui para compreendermos a experiência de uma mulher negra camponesa que faz parte da classe trabalhadora, e como a articulação entre o racismo e o sexismo pode afetar sua autoestima e a construção de sua identidade negra. Conforme Gonzalez (1984, p. 230), “não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal, ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’)”.

Na experiência de Lobeira, ela relatou que não lembrava de ter sofrido nenhum tipo de discriminação. Para Ribeiro (2017, p. 67), “o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso”. No entanto, isso não alega que essa pessoa não sofreu racismo, por sua localização social, não tenha tido poucas oportunidades e direitos (RIBEIRO, 2017). Vale mencionar que Lobeira relatou como foi sua criação com sua avó e seus ensinamentos:

Minha vó educou a gente assim ela não gostava de deixar a gente ir para as casas dos outros ela falava muito, conversava assim questão de conscientização mesmo. Ela falava olha vocês nunca levantam a mão para pegar nada de ninguém. Esse é o pior defeito de uma pessoa é roubar é pegar as coisas dos outros, então vocês nunca façam isso. Então eu cresci ouvindo minha vó falar aqui anda direitinho, faça tudo correto para você não ter problema. Era os ensinamentos dela, né? Então assim eu cresci ouvindo isso, né? (LOBEIRA, 2022).

Na fala de Lobeira, percebem-se as experiências das discriminações interseccionais presentes em relação aos mecanismos de defesa acionados por sua avó à neta: o medo como uma maneira de cuidado. Esse medo advém da possibilidade de serem rotuladas com “erro” e “culpa”, o que aflige as pessoas negras devido aos estereótipos racistas que as associam à ideia de nunca poderem errar. Para as mulheres negras, esse medo está intrinsecamente ligado a sociedades racistas e sexistas. De acordo com Bambirra (2021), o medo e a culpa normalmente manifestam-se juntos operando sobre as mulheres negras, em seus corpos e subjetividades, omitindo e marginalizando suas experiências e vozes.

Ao conversar com as mulheres e questionar se elas acompanham debates sobre a negritude e o empoderamento das mulheres negras, as respostas foram diversas, mas a maioria já ouviu falar sobre esses assuntos e, às vezes, acompanham através de telejornais ou relatos de pessoas conhecidas. Lobeira contou que viu um caso de discriminação contra uma mulher negra na televisão, mas não se lembrava do nome da mulher nem do canal que transmitiu a situação. No entanto, ela manifestou sua indignação com a situação e o medo que sente ao acompanhar essas notícias: “parece que não são gente, não sentem dor. É um absurdo, né. Eu fico pensando assim nossa, dá até medo de sair na rua, né? Porque você é negra. Aí será que alguém não vai me agredir, né?” (LOBEIRA, 2022). Para ela, não adianta falar em empoderamento enquanto as mulheres negras passarem por situações de discriminações interseccionais como estas:

Tá qual é o poder que essa mulher tem? Tá lá passando fome, os filhos passando fome, não tem água para beber, não sabe o que vai dar para o filho comer no almoço, no café da manhã, e aí isso é empoderamento? Eu acho que não. Eu não sei o que teria que mudar para poder dar certo, né? Porque sabe por causa da cor da pele eu não consigo entender, mas é muito difícil, eu acho que a luta tem que continuar, né? (LOBEIRA, 2022).

Quando questionado sobre que empoderamento seria esse quando se tem pessoas negras passando fome, Lobeira tensiona a subordinação vivenciada e destinada às pessoas negras, especialmente as mulheres negras. Nesse sentido, podemos destacar o pensamento da escritora Carolina Maria de Jesus, que já abordava em seu diário, desde 1960, a fome como uma forma de escravatura atual (JESUS, 2000). Narrativas que se encontram e demonstram, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) (2022), como as desigualdades sociais atreladas ao racismo corroboram para o acesso limitado à alimentação da população negra no Brasil. Estima-se que 33,3 milhões de pessoas não têm o que comer, seja no campo ou na cidade. Ainda de acordo com dados da PENSSAN (2022), a fome afeta de forma mais significativa as famílias chefiadas pelas mulheres negras, quando analisados por gênero e raça. A narrativa de Lobeira levanta importantes críticas sobre o quanto precisamos avançar e o que de fato representa o empoderamento para as mulheres negras.

Para Flor de Pequi, é difícil acompanhar debates sobre esses assuntos. No entanto, ela já tinha ouvido falar sobre esses temas em rodas de conversa entre mulheres que acontecem no assentamento. Geralmente, essas conversas ocorrem na parcela de Caliandra na Comuna Panteras Negras, onde as mulheres se reúnem para se atualizarem

sobre suas vidas e compartilharem informações sobre o convívio. Flor de Pequi relatou que, depois que se assentaram, as mulheres acabaram se afastando um pouco, cuidando cada uma de suas casas e famílias. No entanto, sempre que há uma emergência, as mulheres estão prontas para se ajudarem. Mesmo não acompanhando assiduamente os debates sobre negritude, Flor de Pequi ressalta em suas falas a importância de se terem espaços de afeto e cuidado, onde mulheres negras camponesas se reúnem para compartilhar seu dia a dia.

Para Caliandra, que acompanha os debates sobre negritude, ressalta em sua narrativa que o empoderamento das mulheres negras do assentamento perpassa pelas suas atuações no Movimento:

Nossa luta como mulher do Movimento é que 50% da nossa participação é muito invisibilizada como na sociedade brasileira, nós vivemos num país que é muito racista, machista, classista e sexista. Então dentro do Movimento tem essa busca, né? De empoderamento que já é uma linha política do movimento do equilíbrio de gênero de homens e mulheres participando ativamente dos processos (CALIANDRA, 2022).

Na fala de Caliandra, vemos a intersecção dos eixos de raça/etnia, gênero e classe como forma de evidenciar o protagonismo das mulheres negras na luta no campo. Embora Caliandra demonstre sua compreensão da intersecção dos eixos da estrutura, em sua narrativa, ela destaca como as questões de gênero e classe social se sobressaem dentro da organização de movimentos sociais, incluindo o MST, que luta contra diversas violências que caracterizam o capitalismo e o patriarcado. No entanto, é notável a ausência da discussão sobre a raça como um eixo interseccional importante na luta pela terra. Caliandra ressalta que, na prática, as mulheres desenvolvem suas lutas e estratégias para garantir seus espaços. Assim, como forma de empoderamento das mulheres negras camponesas do seu território, ela enfatiza: “nós temos 22 famílias assentadas é como estratégia de empoderamento da mulher nós colocamos todas mulheres que tem no assentamento 19 são titulares de suas terras” (CALIANDRA, 2022). Na fala de Caliandra, podemos observar na prática o conceito de empoderamento abordado por Berth (2018), que destaca como esse conceito, muito antes de sua popularização, já era utilizado na realidade e como estratégia de sobrevivência pelas mulheres negras. O empoderamento é visto como uma ferramenta de emancipação política e social, uma tática de ação nas lutas dos grupos minoritários.

As narrativas das mulheres sobre suas experiências com as discriminações interseccionais, os debates sobre a negritude e o empoderamento proporcionam

importantes contribuições ao observarmos suas experiências críticas diante das ações de subordinação que afetam, sobretudo, as mulheres negras. Seus relatos também nos mostram como elas percebem e sentem suas identidades étnico-raciais articulados com gênero e classe, além dos impactos causados por esses eixos interseccionais em suas vidas e estratégias para permanecerem no campo. Suas narrativas também contribuem para a construção e ampliação de pautas antirracistas interseccionais, bem como estimulam a criação e manutenção de espaços e instrumentos já existentes nos territórios rurais.

Seguindo com as narrativas das mulheres, ao serem questionadas sobre como é a relação entre homens e mulheres no assentamento, Flor de Pequi e Lobeira relataram que não sabiam responder, pois têm pouco conhecimento sobre as relações internas nas famílias. Apesar da boa convivência no território, elas têm pouco contato com as demais famílias assentadas. Quando o mesmo questionamento foi feito para Caliandra, ela trouxe importantes contribuições sobre as relações de gênero dentro do assentamento. De acordo com Caliandra, as mulheres camponesas estão continuamente enfrentando o machismo em todos os espaços.

A gente tem mulheres e homens e nós mulheres temos o dever e a tarefa de continuar permanentemente a luta porque enquanto a gente não conseguir romper com o machismo sempre vai ter essa dificuldade de ocupação dos espaços decisórios, né? E esse processo ele se constitui dentro desse parâmetro dessa estrutura da sociedade aonde as mulheres estão ali resistindo, trabalhando, produzindo, na militância, mas os homens ainda querem ter o papel da decisão, né? (CALIANDRA, 2022).

Para Delphy (2009), o machismo expõe a lógica patriarcal e do capital na sociedade. Para as mulheres negras camponesas, as intersecções de raça, gênero e classe constituem a base das opressões do machismo e do racismo, que colocam as mulheres negras sempre à frente das lutas e organização como formas de enfrentar e criar estratégias de sobrevivência aos eixos de opressões vivenciados.

De acordo com Schwendler (2009), o ingresso da mulher na luta pela terra e na composição do MST apresenta dilemas e conquistas da participação feminina em movimentos sociais. Segundo a autora, essas conquistas estão relacionadas à participação das mulheres em diversos âmbitos na luta pela terra, adotando uma identidade própria, como “mulheres Sem Terra”, o que tem permitido a ampliação de suas existências sociais e políticas. A autora também destaca que, apesar desse avanço na constituição das mulheres na luta pela terra, suas atuações são fortemente marcadas não só pela luta de classe, mas também pelo confronto com as relações de gênero, que são influenciadas pelo

sistema patriarcal e social.

De acordo com Gonzalez (1982, p. 101-102), “há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que se utiliza (as mulheres negras) para sobreviver e resistir numa formação social, capitalista e racista como a nossa”. Nessa direção, as mulheres negras camponesas são resistências, pois fazem parte de um grupo de sujeitas e sujeitos socialmente excluídos de diversos direitos, resistindo às estruturas racistas, patriarcais, sexistas e classistas no processo de luta pela terra, onde elas seguem trabalhando, produzindo e na militância, como relatado por Caliandra. Essas mulheres, mesmo sendo constantemente alvo de desigualdades e opressões interseccionais, colocam suas existências à frente na luta contra o domínio do latifúndio. Elas recriam estratégias de vida em seus territórios a partir de suas diversas atuações, se posicionando como mulheres negras Sem Terra em cena.

Em relação às divisões de tarefas em suas parcelas, quanto aos cuidados com a casa e a plantação, e se possuem tempo livre, iniciamos com o relato de Flor de Pequi, que sinalizou que em sua parcela não há divisões de tarefas fixas. Na hora que ela, seus filhos ou outra pessoa da família estiverem disponíveis, cada um realiza uma atividade de acordo com a necessidade. Mas, em relação aos plantios, quem está mais à frente é a Flor de Pequi, como narra: “cada um faz o que dá na cabeça para fazer, mas na roça sou mais eu que cuido. Pra comprar adubo tudo é eu. Agora aqui em casa cada um faz uma coisa, no dia que eu tô aqui cada um lava um prato outro faz a comida” (FLOR DE PEQUI, 2022).

Para Caliandra, as divisões de tarefas em sua parcela parte da disponibilidade de tempo de cada uma das pessoas. Na parcela de Caliandra, atualmente há três famílias morando no espaço da Comuna Panteras Negras, e todas as famílias são chefiadas por mulheres negras. De acordo com Caliandra: “quando a gente constitui uma Comuna, onde mais famílias moram, a gente busca consolidar essa força coletiva que possa permitir a cada uma ter seu tempo para fazer o que precisa. Aqui hoje moramos três famílias, né?”.

Para Lobeira, as divisões de tarefas de sua parcela estão relacionadas à parceria com seu companheiro: “temos o cuidado com o outro, né? Sempre dividimos as tarefas de casa e dos plantios”. (LOBEIRA, 2022).

Com relação ao tempo livre, devido ao peso das atividades domésticas, o trabalho nos plantios e o cuidado com a família, as mulheres afirmaram que têm pouco ou nenhum tempo disponível para si mesmas. O momento mais próximo de um tempo livre ocorre durante as atividades de autocuidado que acontecem na Comuna Panteras Negras, na

parcela de Caliandra. No entanto, nem sempre todas as mulheres conseguem participar, devido à sobrecarga de cuidados e afazeres em suas casas.

Vemos que, para Caliandra, os trabalhos diários de casa e os plantios são desenvolvidos principalmente por ela. Mesmo com o apoio de seu companheiro, no caso de Lobeira, e o auxílio dos filhos, na narrativa de Flor de Pequi, a participação delas é sempre maior nos trabalhos diários de casa e nos plantios.

Segundo Schwendler (2009), a organização do trabalho e da vida nos assentamentos faz parte de uma cultura social camponesa, marcada pela divisão sexual de trabalho, em papéis historicamente definidos para mulheres e homens. Essa divisão sexual de papéis no campo permeia o modo cotidiano de vida desde a entrada das mulheres em espaços de militância, resultando em jornadas triplas de trabalho, entre outras relações sociais estabelecidas nos territórios rurais. Nesse sentido, para as autoras Schwendler (2009) e Souza-Lobo (1991), essas divisões são construídas socialmente pelas intersecções de gênero, raça e classe e são experienciadas nas vivências sociais no campo.

Para Paulilo (2009, p. 179), no meio rural, “considerar trabalho, as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas”. Na realidade das mulheres negras camponesas, quando olhamos pela lente interseccional, os trabalhos domésticos feitos por elas ainda sofrem desvalorização e carregam o impacto histórico dessa categoria no Brasil.

Na narrativa das interlocutoras da pesquisa, as diversas tarefas desenvolvidas por elas demonstram como os cuidados de casa demandam uma dedicação diária e se estendem para toda a família e o território onde vivem. Essas mulheres lutam contra a naturalização do trabalho doméstico no campo, que muitas vezes é realizado apenas por elas, assim como contra a exploração e exclusão dos trabalhos que realizam em casa ou na manutenção da agrobiodiversidade.

CAPÍTULO 4: CONEXÕES ENTRE ANCESTRALIDADE E MANUTENÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE POR MULHERES NEGRAS DO PEQUENO WILLIAN

Neste capítulo, o objetivo é mapear as práticas relacionadas à agrobiodiversidade desenvolvidas pelas mulheres negras camponesas em seus territórios, observando as relações entre tais práticas, saberes e suas memórias. Nesse sentido, tem como propósito responder às seguintes perguntas da pesquisa: como as relações interseccionais entre gênero, raça e classe interferem na manutenção da agrobiodiversidade feita pelas mulheres negras neste território? Como as memórias das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian contribuem na manutenção da agrobiodiversidade? Como a agrobiodiversidade propicia espaços aos conhecimentos das mulheres negras deste território?

A análise se cruza com os dados de campo e com os referenciais teóricos. As categorias de análise registram memórias, práticas e saberes das mulheres negras do território mobilizados por suas trajetórias de luta pela terra. As memórias, de acordo com Delgado (2009), são instrumentos essenciais para a preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. Ao falar sobre suas vivências, práticas e saberes, a intenção é identificar, através dessas memórias, a ancestralidade acumulada pelas mulheres negras do assentamento Pequeno Willian nos seus sistemas agrobiodiversos.

Para isso, neste capítulo, enfatizamos as estratégias criadas e as resistências protagonizadas por mulheres negras assentadas, bem como os desafios que enfrentam, tendo como horizonte o histórico colonial que explorou seus e suas ancestrais, o invisibilização de suas identidades enquanto ser mulher negra camponesa, suas atuações e experiências nas dinâmicas de manutenção da agrobiodiversidade dos seus territórios da reforma agrária.

4.1 Ancestralidade

A ancestralidade das interlocutoras desta pesquisa possibilita evidenciar a oralidade como agente central da vivência negra. Na visão de Neusa Gusmão (1995):

A oralidade mutante como expressão e como comunicação é, por esta razão, capaz de atender as vicissitudes cotidianas e ao extraordinário da vida. É assim polivalente, sem forma fixa ou definida, de modo a ser maleável a estrutura básica fornecida pela história de cada grupo. A capacidade de moldar e ser moldada faz dela recurso e meio de existência. Realidade única e inseparável do grupo que a elabora e exercita (GUSMÃO, 1995, p. 120).

A força da ancestralidade das mulheres negras camponesas, conservada por meio da oralidade, é elemento da memória que transmite saberes a partir da tradição oral. Para o filósofo Bâ (2010), na tradição oral africana, a oralidade é um conjunto de palavras que irá manter a tradição viva. Dessa forma, a herança não se perde, pois a narrativa percorre no tempo e espaço, presente na memória da geração de coletivos detentores.

A ancestralidade atravessa a relação das mulheres negras camponesas, por exemplo, com a agrobiodiversidade a partir da forma em que elas interagem e estabelecem os seus agroecossistemas. Para Machado e Oliveira (2022), a ancestralidade é uma categoria/conceito que desempenha a “construção da identidade do negro no Brasil” através da práxis e resistência de povos africanos em terras brasileiras.

Segundo Guimarães (2021), a ancestralidade é resultado da memória que permeia conservar a sabedoria de comunidades e grupos étnicos, pautada na ancestralidade das crenças e memórias dos antepassados.

Silva e Paulilo (2008) afirmam, através de seus trabalhos desenvolvidos com as mulheres camponesas no Brasil, que as memórias dessas mulheres trataram de tempos, histórias, identidades e pertencimentos em seus movimentos múltiplos e cadências diferenciadas.

Gusmão (1995) desenvolve reflexão acerca do conceito de memória e o território negro camponês:

A memória é fundamental, posto que organiza a identidade pessoal e coletiva; ordena a percepção de si e de seu mundo; constrói e instaura o sentimento de pertença ao lugar e a coletividade e informa o código simbólico de referência do espaço social e físico. É assim, espaço de encontro e reencontro, componente essencial de registro das marcas de um tempo que compõem o real vivido e estabelece a comunicação entre momentos diversos e contínuos (GUSMÃO, 1995, p. 119).

É por meio da memória, de acordo com Gusmão (1995), que o território negro camponês se constrói em um tempo pautado historicamente em passado, presente e futuro, no qual os saberes desses povos fazem parte de um tempo construído a partir da terra comum, a terra ancestral. Assim, se constitui o território das mulheres negras camponesas desta pesquisa, uma vez que:

A terra ancestral, base ordenadora da realidade, torna-se território, porém não só. A terra é sinônimo de um conjunto de relações vividas; é trabalho concreto; é trabalho de uma memória que se fabrica conjuntamente; é experiência pessoal e coletiva, relação cotidiana, organização e resistência. É ainda, a lógica fundante da reprodução social do grupo particular, de sua identidade e resistência (GUSMÃO, 1995b, p. 124).

É através de suas relações com a terra que as mulheres negras camponesas desta pesquisa reafirmam suas identidades territoriais, costuram suas histórias e fortalecem a existência de suas sabedorias ancestrais. Segundo Silva (2022, p. 175), “uma terra ancestral é uma terra que se sustenta por relações de pertencimento, pertencimento étnico-racial e cultural e não por uma relação comercial e de mercado”.

A terra ancestral das mulheres negras camponesas está regradada de costumes, tradições, pertencimento cultural e histórico. A riqueza da terra ancestral das mulheres negras do território do Pequeno Willian evidencia a partir da diversidade de plantas alimentícias e medicinais nos seus sistemas, ou seja, o resgate das “plantas da ancestralidade”, como denominado por Oliveira *et al.* (2020). Plantas que carregam consigo memórias e conhecimentos de agricultores e agricultoras que mantiveram seus saberes ancestrais nas suas formas de cultivo. Os saberes ancestrais, fundamentados na ancestralidade, incorporam o cuidado coletivo como ponto de encontro para disseminar outros conhecimentos. A partir das tradições ancestrais pretas, são expressos em seus modos de vida os valores que fortalecem a resistência e permitem a difusão de saberes (SANTOS; SANTOS, 2020).

Diante dessa conjuntura, Gusmão (1995) afirma que:

A memória das mulheres estabelece os contornos de um saber. Mulher e história, não qualquer história, mas a história do grupo, do seu fazer, do seu persistir, dos valores e do seu significado. Por essa razão, a análise do discurso feminino, emitido por homens e mulheres, só pôde ser efetivamente ser dimensionada, quando a própria memória possibilitou o estabelecimento genealógico das descendências (GUSMÃO, 1995, p. 25).

No caso das mulheres negras camponesas, reconhecer suas memórias e ancestralidade é uma maneira também de reparar o epistemicídio e o silenciamento que impossibilitam essas mulheres de acesso aos seus passados. De acordo com Kilomba (2018, p. 179), “não ter o direito de saber quem era os seus antepassados fazia parte da intrínseca às políticas de escravização. Não saber eliminaria o africano escravizado como sujeito da história”.

Na realidade das mulheres negras, Evaristo (2005) salienta:

Investindo contra várias formas de silenciamento, as mulheres negras continuam buscando se fazerem ouvir na sociedade brasileira, conservadora de um imaginário contra o negro. Imagens nascidas de uma sociedade escravocrata perpassam, até hoje, profundamente, pelos modos das relações sociais brasileiras (EVARISTO, 2005, p. 5).

Essas mulheres, com saberes que herdaram de seus ancestrais, seguem resistindo a diversas violências desde a colonização. Logo, compreender os conhecimentos que atravessam as mulheres negras é ir ao encontro aos saberes ancestrais a partir de suas oralidades, histórias, lutas, resistências e culturas costuradas nas suas memórias ancestrais.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da agrobiodiversidade presente nos territórios da reforma agrária das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian. É na memória viva das mulheres negras que a agrobiodiversidade neste território estabelece um paralelo entre os saberes, ancestralidade e os cultivos de plantas que são repassados entre gerações. O manejo da agrobiodiversidade se relaciona com a sabedoria das mulheres negras como parte de uma herança ancestral, através de ensinamentos que preservam suas memórias, pois preservando a agrobiodiversidade, elas garantem a preservação da própria vida de seus territórios rurais e das próximas gerações. A seguir, será tratado sobre a agrobiodiversidade manejada pelas interlocutoras da pesquisa e suas relações com seus territórios rurais.

4.2. Agrobiodiversidade por mulheres negras

A agrobiodiversidade, isto é, a diversidade agrícola desenvolvida nas comunidades rurais está relacionada com a cultura e tradição de povos que carregam consigo as práticas de conservação de suas identidades passadas por várias gerações, como agricultores familiares camponeses, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A cultura, a crença, o artesanato, o manejo do solo, o plantio, a colheita, entre outros elementos, permanecem presentes no preparo e na manutenção da agrobiodiversidade, garantindo a segurança alimentar das comunidades (SOUZA *et al.*, 2019).

De acordo com Machado *et al.* (2008), a agrobiodiversidade consiste na diversidade dentro e entre espécies de um ecossistema, abrangendo os saberes dos agricultores sobre as práticas de cultivos, logo, a diversidade sociocultural. Portanto, a agrobiodiversidade é um importante componente da biodiversidade.

Segundo Santilli (2009), a agrobiodiversidade pode ser compreendida como:

A agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, constitui uma parte importante da biodiversidade e engloba todos os elementos que interagem na produção agrícola: os espaços cultivados ou utilizados para criação de animais domésticos, as espécies direta ou indiretamente manejadas, como as cultivadas e seus parentes silvestres, as ervas

espontâneas, os parasitas, os polinizadores, os predadores, os simbioses (organismos que fazem parte de uma simbiose, ou seja, que vivem com outros) etc., e a diversidade genética a eles associada – também chamada de diversidade de espécies é chamada de diversidade interespecífica (SANTILLI, 2009, p. 92).

Para Altieri (2004), quando a biodiversidade é mantida, os agroecossistemas estabelecem relações benéficas entre o solo, a água e os animais, subsidiando a produção de alimentos. As populações rurais vivem dos bens da natureza e das riquezas dos ecossistemas onde estão inseridas, construindo um conhecimento sobre essa biodiversidade. A revalorização desses conhecimentos auxilia na diversificação dos sistemas produtivos, associada à conservação e manutenção da agrobiodiversidade.

Nesse contexto, compreende-se que as mulheres negras camponesas compõem saberes ao desenvolverem práticas de cultivos que geram alimentos saudáveis e fortalecem a segurança alimentar de suas famílias. Essas práticas estão atreladas à produção de seus saberes ancestrais. As mulheres manifestam um rico conhecimento agrícola, através dos múltiplos manejos e usos de variedades em seus territórios. Elas impulsionam a cooperação e o compartilhamento de sementes, fundamentais para a diversidade agrícola que compõe a agrobiodiversidade (OAKLEY, 2004).

As mulheres são sujeitas sociais fundamentais nos processos de manejo dos agroecossistemas a partir da reprodução dos modos de vida e na produção de alimentos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 1999). Em muitas vezes, são responsáveis pelos plantios, armazenamento de sementes, usos sustentáveis das espécies vegetais e criações de animais nos agroecossistemas. Logo, as mulheres camponesas são fundamentais no processo de manutenção e construção do conhecimento agroecológico (JALIL *et al.*, 2019).

Por gerações, as protagonistas desta pesquisa têm preservado seus saberes ancestrais em seus territórios camponeses. “O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência” (FERNANDES, 2012, p. 746). Nesses territórios, tem-se a diversidade de saberes dessas mulheres como forma de proteção do ecossistema local.

Os territórios rurais da reforma agrária, como os das interlocutoras desta pesquisa, dão suporte ao desenvolvimento de experiências agroecológicas, em que possuem uma relação de construção com o território, onde camponeses e camponesas desenvolvem uma identidade própria, com uma forte ligação com a terra, articulando saberes sobre a biodiversidade.

Uma das formas de demonstração, entre tantas outras, é, por exemplo, por meio das produções nos quintais das mulheres negras camponesas desta pesquisa. Almada e Souza (2017) explicam a constituição dos quintais:

Os quintais são espaços territorializados pela memória e saberes, marcados pela migração, circulação e conexões entre humanos e não-humanos. Podem ser compreendidos como espaços de aprendizagem na construção e transformação dos saberes ecológicos tradicionais, constantemente marginalizados e silenciados pelo discurso hegemônico da ciência moderna, ainda que possam inspirar resistências que possibilitem o bem viver. Os quintais são locais de encontros, experimentações, brincadeiras e memórias, conformando um verdadeiro mundo de sociobiodiversidade e formas de viver contra-hegemônicas no contexto urbano-rural-industrial. Além do potencial relacionado aos vínculos sociais, pesquisas recentes têm apontado para uma elevada agrobiodiversidade nestes espaços (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 32).

De acordo com Jalil *et al.* (2019), os quintais demonstram ser um espaço de construção social das mulheres, onde constitui-se a agrobiodiversidade, entendida como parte da tradição ancestral através da transmissão e atualização, feitas principalmente pelas mulheres.

É possível destacar o manejo da agrobiodiversidade feito pelas mulheres nos quintais. Os quintais manejados pelas mulheres são construídos como um lugar simbólico, onde, através das plantas presentes nesses ecossistemas, recriam um tempo vivido e mantido na memória (ALMADA; SOUZA, 2017). Assim, os quintais constituem-se em verdadeiros “santuários da agrobiodiversidade” das mulheres camponesas (OAKLEY, 2004, p. 39).

As mulheres camponesas que dão o ponto de partida desses espaços, para que aconteça as relações ecológicas, sociais e culturais. Elas promovem a soberania e segurança alimentar, através do manejo e da conservação da agrobiodiversidade, protegida pela diversidade dos seus saberes (PACHECO, 2002).

Dessa maneira, as mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian estabelecem uma relação direta entre agrobiodiversidade, ancestralidade, alimentação e saúde. A agrobiodiversidade apresenta sentidos entre os seus saberes ancestrais enraizados nas suas relações com a terra. A ancestralidade das mulheres negras expressa, por meio da agrobiodiversidade, fatores determinantes para suas formas de cultivo, manejo e associação à alimentação, bem como suas estratégias de resistência frente aos desafios na promoção, produção e consumo de alimentos saudáveis.

Buscar a compreensão dos saberes ancestrais das mulheres negras nos permite

adentrar em um espaço particular e afetuoso, onde seus valores, histórias e memórias se entrelaçam, demonstrando a tradição oral viva das mulheres negras camponesas. Ao narrarem suas sabedorias em torno da agrobiodiversidade, essas mulheres reconstroem os saberes ancestrais, estabelecendo uma relação íntima com todo o agroecossistema de seus territórios negros camponeses.

Nesta subseção, a agrobiodiversidade se refere à diversidade de espécies e variedades de plantas cultivadas, bem como aos animais criados. Ela abrange ainda a diversidade de agroecossistemas ou sistemas produtivos, como os sistemas agroflorestais, os quintais, os policultivos, as hortas, entre outros, que são manejados pelas mulheres negras do assentamento Pequeno Willian, participantes desta pesquisa. Considerem-se os diálogos a seguir sobre como praticam a agricultura nos territórios, se consideram seus sistemas agrobiodiversos, qual a diversidade dos seus sistemas produtivos, plantas que lhes trazem lembranças e como se organizam para viver da terra.

No **Quadro 2**, a seguir, apresenta como as mulheres se veem participando da agricultura na comunidade.

Quadro 2. Como as mulheres negras se veem participando da agricultura.

Interlocutora	Como participam da agricultura no território
Flor de Pequi	Agricultura é a nossa roça mesmo plantando porque eu sou agricultora e eu tenho de trabalhar na enxada. Tem que trabalhar com o que tiver, né? Tem de limpar as plantas, quando é tempo de colheita tem de colher eu mesmo.
Lobeira	Eu participo junto com meu companheiro, né? Por exemplo, ele cortou as ramas de mandioca, eu vou colocando as terras, às vezes vou tapando, entendeu? Ah vamos plantar hortaliça, eu vou ajudar, entendeu? A gente faz isso tudo assim. Parceria com a nossa agricultura aqui é essa né? E como a gente planta no sistema agroflorestal, então a gente vai inserindo as coisas no meio do Cerrado porque a gente não quer devastar o Cerrado.
Caliandra	A nossa produção é produção do conhecimento e levantamos essa bandeira porque é a produção intelectual, parece que não é de acesso do povo camponeses, né? Parece que o camponês produz intelectualmente, ele não está produzindo, né? Isso é muito forte porque o camponês que produz é aquele que está no cabo da enxada 24 horas por dia e sem letramento, né? Mas a princípio estamos bem no início de uma produção porque a gente está plantando no sistema agroflorestal.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir das narrativas das mulheres.

Para Lobeira, sua participação na agricultura está atrelada ao companheirismo com seu marido e às suas relações com o bioma Cerrado. A agricultora relata que todo o processo de produção de sua parcela vem a partir do trabalho em dupla, que o casal desenvolve. As mulheres Sem Terra veem a importância de suas lutas aliadas aos homens frente às suas especificidades. O debate sobre gênero cria possibilidades para construir o

diálogo diante das problemáticas dentro do movimento (ROCHA, 2021).

Para Caliandra, a sua forma de participação na agricultura está ligada ao fomento e apoio ao acesso à educação dos povos camponeses do assentamento a partir do desenvolvimento de diversas atividades coletivas em sua parcela. Para ela, o acesso aos espaços educacionais pelos povos do campo é um direito fundamental e uma forma essencial de reafirmar a identidade camponesa e suas formas de existir. Na realidade das protagonistas desta pesquisa, a ausência do acesso à educação aconteceu precocemente em suas vidas, lidando com o peso de trabalhos subalternizados, que fez e faz parte da realidade da maioria das mulheres negras.

Neste percurso, Caliandra, Lobeira e Flor de Pequi buscam outras alternativas de sobrevivência, como o direito ao acesso à educação pública e de qualidade, assumindo também o protagonismo na manutenção dos seus territórios quando desenvolvem diversas práticas agroecológicas. Entre essas práticas, destacaram-se os Sistemas Agroflorestais (SAF) desenvolvidos por Lobeira e Caliandra. Essas estratégias de agricultura desenvolvidas pelas mulheres possibilitam o manejo dos sistemas produtivos a partir dos princípios e das práticas agroecológicas. A seguir, **a Figura 31** ilustra o sistema agroflorestal de Caliandra:

Figura 31. Sistema agroflorestal de Caliandra no início.



Fonte: Autora (2022).

A agrofloresta como uma dessas práticas, segundo Carvalho (2007), traz uma combinação efetiva entre agricultura de pequena escala, adaptadas às características naturais dos ecossistemas, e a utilização racional dos bens da natureza, mantendo a conservação da paisagem e a diversificação produtiva. De acordo com Quinteiro e Baldini

(2018), os cultivos agroflorestais são saberes ancestrais, considerados como uma prática milenar desenvolvida pelos povos indígenas e outras comunidades tradicionais em diferentes lugares do mundo, envolvendo consórcio entre espécies arbóreas, hortaliças e animais.

Para Gazel Filho e Yared (2006, p. 1), “os hortos caseiros, também denominados quintais caseiros ou quintais agroflorestais, são sistemas agroflorestais dos mais antigos e conhecidos no trópico úmido da América, Ásia e África”. Nesse sentido, todas as mulheres possuem seus SAFs ou quintais. Nas próximas imagens, apresenta-se o sistema agroflorestal dentro do Cerrado de Lobeira.

Figura 32. Sistema agroflorestal de Lobeira dentro do Cerrado.



Fonte: Autora (2022).

Figura 33. Sistema agroflorestral de Lobeira no Cerrado.



Fonte: Autora (2022).

Chama a atenção a relação das mulheres com o Cerrado, pois todas demonstram um cuidado especial com o bioma, seja através das “medicinas do mato”, como Flor de Pequi as chama, ou por meio do plantio de Sistemas Agroflorestrais (SAF) que respeitam e preservam o Cerrado, como relata Lobeira. As mulheres que fazem parte dos territórios rurais inseridos no Cerrado são guardiãs desse bioma e dos saberes populares que herdaram de seus ancestrais. Elas constroem vínculos com a agrobiodiversidade onde vivem e, a partir de seus modos de vida, estabelecem conexões de cuidado, alimentação e saúde com as plantas do Cerrado (LIMA, 2021).

O **Quadro 3** demonstra os relatos das mulheres sobre a diversidade dos seus sistemas produtivos.

Quadro 3. Olhares das mulheres sobre seus sistemas agrobiodiversos.

Interlocutora	Diversidade dos sistemas produtivos
Flor de Pequi	Eu não falo que tem muita planta porque não aguento plantar, mas se eu pudesse teria condições, minha roça aqui era lotada de tudo quanto é planta. De manga, pequi, laranja, eu queria ter de tudo. Eu considero que no meu quintal tem plantas. Aqui tem manga, limão, laranja, tem as plantas da mata (Cerrado) como Pequi, Jatobá, Cagaita, Barbatimão e Araticum.
Lobeira	Então assim a gente tem de tudo que conseguimos a gente tem um pouco, como abacate, limão, manga, laranja, mexerica ali na agrofloresta tem as palmeiras tem um outro lá que eu não me lembro o nome agora. Ah, tem um monte de coisa, né? A gente plantou eucalipto também para poder fazer o manejo, então tem muita coisa. Tem mandioca, inhame, taioba, vários tipos de cará, mangarito, então e as PANCS, né que nós temos muitas. Temos araruta, chaya, ora-pro-nóbis, a gente tem muita coisa.
Caliandra	A princípio estamos bem no início de uma produção porque a gente está plantando no sistema agroflorestral. A gente produz o artesanato com fibra de bananeira. Temos algumas plantas suculentas, medicinais e o nosso Cerrado.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir das narrativas das mulheres.

O cuidado para com a vida e a saúde dessas populações a partir das experiências das agricultoras na produção de alimentos saudáveis e da prática agroecológica é fundamental para as famílias camponesas (PULGA *et al.*, 2018).

Nos relatos das mulheres negras apresentados no **Quadro 3**, percebe-se que elas têm uma relação intrínseca com as plantas alimentícias, frutíferas, medicinais e ornamentais. De acordo com Machado, Santilli e Magalhães (2008), a agrobiodiversidade consiste nas relações:

Com as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas, etc. A agrobiodiversidade é resultado da interação de quatro níveis de complexidade: a) sistema de cultivo; b) espécies, variedades e raças; c) diversidade humana; e d) diversidade cultural (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008, p. 28).

Essa diversidade de uso de plantas mostra a reprodução, reconstrução e representatividade das práticas agrícolas praticadas pelas mulheres em etapas anteriores da vida, podendo influenciar no manejo da biodiversidade na área atual (GAVIOLI, 2012). Nos relatos das mulheres negras sobre a diversidade dos seus sistemas produtivos, nota-se a presença de espaços de plantio, como a roça e os quintais. O quintal de Flor de Pequi é um exemplo importante, pois é um espaço rico em agrobiodiversidade. Ela relata que no seu quintal tem manga, limão, laranja e plantas da mata (pequi, jatobá, cagaita,

barbatimão e araticum). Na **Figura 34**, observa-se o quintal de Flor de Pequi:

Figura 34. Quintal da Flor de Pequi com plantas alimentícias e medicinais.



Fonte: Autora (2022).

Os quintais fazem parte do agroecossistema, onde as mulheres são as principais mantenedoras desse espaço de socialização e produção de diversidade e segurança alimentar de suas famílias (TAQUEDA, 2009). Por terem uma forte ligação com os saberes ancestrais, algumas espécies medicinais e frutíferas não podem deixar de existir nesses espaços, como relata Flor de Pequi:

Medicinais aqui tem erva cidreira, capim santo, hortelã, hortelanzinho, tem alfavaca, tem o manjeriço, tem orégano, alfavaca, amaranço, alfavaca, tem o boldo grande tem o boldo pequeno, pé de imbu, muita banana e ainda vou plantar mais. Tem uns pezinhos de maracujá esse ano que nós tínhamos muito (FLOR DE PEQUI, 2022).

Nesse contexto, torna-se oportuno destacar que “os saberes produzidos e guardados pela memória, reproduzidos pela oralidade, dão significação aos espaços dos quintais e das plantas neles inseridas” (GOMES, 2009, p. 122).

Ao relatar sua experiência com o quintal, Flor de Pequi afirma que seus saberes estão vinculados ao aprendizado e à troca com outras mulheres, principalmente sua sabedoria relacionada aos cultivos e aos cuidados com as plantas medicinais: “as mulheres aqui enfrentam tudo, né. Tudo que nós aprendemos foi nós mulheres que ensinou” (FLOR DE PEQUI, 2022). Os processos de cultivo de plantas e manejo dos quintais são geralmente iniciados pelas mulheres, cujas presenças nesses espaços de suas casas incentivam a interação e a conexão com a produção de alimentos (SANFILIPPO,

2020). Esses saberes etnobotânicos das mulheres negras assentadas, manifestados nos seus quintais agrobiodiversos, refletem, segundo Gomes (2009), vínculos nos seus territórios rurais, importantes elementos para compreensão de novas territorialidades desses espaços e do diálogo de saberes.

Ainda, no quintal de Flor de Pequi, há a presença de criação de animais, como as galinhas que são criadas ao ar livre. Ela também cria porcos que ficam em outra área de sua parcela. De acordo com ela, os animais são criados para consumo e alimentação da própria família. Os animais e as plantas do quintal possibilitam novos arranjos em relação ao espaço, permitindo que as mulheres mantenham suas autonomias através da alimentação. A **Figura 35** apresenta o quintal de Flor de Pequi e a sua criação de galinhas.

Figura 35. Quintal e as galinhas de Flor de Pequi.



Fonte: Autora (2022).

Caliandra está iniciando o seu sistema produtivo com a implantação de um sistema agroflorestal, conforme relatado, e mantém um viveiro de plantas suculentas, consideradas ornamentais. Essas atividades são sempre realizadas próximas à sua casa, em seu quintal, onde também cultiva ervas medicinais intercaladas. As **Figura 36, 37 e 38** ilustram, respectivamente, o quintal de Caliandra com suas plantas alimentícias e medicinais, bem como o seu viveiro de plantas ornamentais.

Figura 36. Quintal de Caliandra com suas plantas alimentícias e medicinais.



Fonte: Autora (2023).

Figura 37. Quintal de Caliandra.



Fonte: Autora (2023).

Figura 38. Viveiro de plantas ornamentais de Caliandra.



Fonte: Autora (2023).

No sistema de Lobeira, além do sistema agroflorestal implantado dentro do Cerrado, há presença das plantas alimentícias tradicionais ou as chamadas hortaliças tradicionais, como inhame, taioba, cará-moela, mangarito, araruta, chaya, ora-pro-nóbis, entre outras.

As hortaliças tradicionais, muitas vezes conhecidas por plantas alimentícias não convencionais (PANC), são aquelas plantas com distribuição limitada, restrita a determinadas localidades ou regiões, muitas vezes exercendo influência na alimentação e nas culturas locais (MADEIRA *et al.*, 2013). Ainda, segundo o autor, “o cultivo das hortaliças tradicionais no Brasil é feito predominantemente por agricultores familiares, muitos deles caracterizados como populações tradicionais. O conhecimento dessas plantas foi passado de geração a geração” (MADEIRA *et al.*, 2013, p. 17).

A importância sociocultural desses alimentos reside no tratamento das hortaliças tradicionais não apenas como não convencionais, mas também como portadoras de um componente cultural. Chamar essas hortaliças de tradicionais representa uma valorização e uma afirmação, pois, além de influenciarem a alimentação, elas por vezes exercem até mesmo influência na cultura local (ABRAS, 2018).

As PANCs são plantas ancestrais conservadas e utilizadas pela agricultura familiar camponesa, com alto potencial nutritivo e possui várias formas de uso (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Entre as plantas ancestrais cultivadas pela Lobeira, destaca-se o cará-moela, em que ela conta:

Faz alguns anos que conseguimos o cará-moela e estamos cultivando, passando para outras pessoas, sempre guardamos um pouquinho para multiplicar [...] doamos também para as pessoas, na época de pandemia doamos caixas de cará-moela, porque é uma alimentação muito boa, muito rica (LOBEIRA, 2022).

Para Lobeira, cultivar as plantas da ancestralidade, como o cará-moela, é uma estratégia de segurança alimentar e manutenção de suas sabedorias e memórias vivas através das plantas. Para além, sua fala demonstra o cuidado através da importância da partilha do alimento e da conservação para manter a espécie no seu território. A **Figura 39** ilustra o cará-moela roxo de Lobeira:

Figura 39. Cará-moela roxo de Lobeira.



Fonte: Autora (2022).

Em relação à origem das sementes utilizadas pelas mulheres para os plantios, destacam-se as sementes crioulas, presentes em seus sistemas agrobiodiversos em pequenas ou grandes quantidades. Cada uma delas possui pelo menos uma semente armazenada para plantar. Em nossas conversas, Lobeira contou que, desde sua infância, observava a sua família fazendo o processo de armazenar as sementes para os plantios:

A semente o que acontece sempre foi assim o pessoal lá plantava, colhia e já separava a quantidade de sementes que iam plantar no próximo ano, por exemplo, feijão, arroz, milho, essas coisas, já tinha que separar para plantar depois. Porque ninguém comprava semente, ninguém comprava adubo (LOBEIRA, 2022).

Quando falava sobre as sementes, Lobeira teve lembranças rememoradas sobre as roças de coivara, sistema de cultivo realizado por sua família na época que morava na Bahia:

Lá eles faziam um processo que eu não entendia, não sabia porque o sistema que eles faziam cortava e roçava, como eles falavam e faziam as roças de coivaras, era esse o sistema. Hoje, quando eu escuto alguém falar, ah não sei o que as coivaras, eu me lembro. Faziam as coivaras e depois botavam fogo. Isso aí, segundo eles, a cinza eu acho que ajudava nesse processo alguma coisa assim, né? E era assim (LOBEIRA, 2022).

Por meio das lembranças de sua família, Lobeira rememorou as formas de cultivo desenvolvidas por sua família na área rural, onde as sementes foram o fio condutor para demonstrar a relação entre os elementos da natureza, que aparecem com força em sua memória sobre as roças de coivara. As roças de coivara são técnicas de tradição ancestral praticadas pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades

tradicionais, sendo adaptadas por outras populações rurais (QUINTEIRO; BALDINI, 2018). Essa técnica consiste no pousio através do corte e da queima da vegetação para possibilitar a restauração da fertilidade do solo.

Em seu relato, Lobeira conta que ela e o seu companheiro continuaram com a tradição de cultivar e armazenar as sementes para os plantios em seu território atual. Ela conta que o casal é considerado no assentamento como guardiões de sementes crioulas e conta como mantém essas sementes:

Somos considerados como guardiões das sementes e a gente tinha 63 tipos de sementes. Hoje nós temos poucas. Foi se perdendo por falta de água pra plantar, falta de adubo que nós não estamos conseguindo comprar, foi se perdendo. Mas ainda temos algumas sementes, como as das alfaces temos alguns tipos de semente que preservamos. Temos o teosinto que é o ancestral do milho, só que esse que temos não é comercial, temos vinagreira, sementes de fava. A gente ainda tem algumas coisas que preservamos, mas não é tanto como antes (LOBEIRA, 2022).

As sementes crioulas consistem em uma diversidade de espécies de sementes que foram selecionadas, melhoradas, adaptadas e preservadas desde o início da agricultura, por agricultoras e agricultores camponeses, diversos povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, vazanteiros e outros que atuam como guardiães e guardiões dessas sementes (MARONHAS *et al.*, 2021).

Na fala de Lobeira, é evidente o cuidado e a preocupação com as questões de manejo, que frequentemente implicam na preservação das sementes crioulas, mesmo diante de desafios como a falta d'água e de adubo. No entanto, isso não a desmotiva; ao contrário, Lobeira coloca em prática os ensinamentos de preservação das sementes, assim como fazia sua família. A presença das sementes crioulas na parcela de Lobeira é vista como uma forma de manter a tradição oral, com o repasse dos saberes entre gerações, e também como uma maneira de garantir a própria subsistência local.

Nas suas falas, Lobeira conta que ela e seu companheiro têm um caderno no qual fazem todas as anotações das plantas e sementes que possuem em sua parcela. Atualmente, além das sementes de variedades de alfaces, teosinto, vinagreira, mangarito, fava bege e roxa, Lobeira menciona que possuem sementes de milho roxo e tomate cereja, e que nunca mais precisaram comprar sementes de tomate, pois o casal seleciona e guarda para plantar novamente. Quanto às formas de armazenamento, Lobeira narra: “a gente armazena em vidros quando é pouca semente. Quando são muitas sementes, armazenamos em garrafas PET” (LOBEIRA, 2022). Outras variedades, como os

tubérculos, ela relata que armazena diretamente na terra, como é o caso do cará-moela roxo e cará do ar, espécies que o casal planta e gosta de ver subindo nas árvores, como conta Lobeira. As Figuras, a seguir, ilustram as sementes preservadas por Lobeira e seu companheiro:

Figura 40. Sementes de teosinto, fava bege e roxa.



Fonte: Autora (2022).

Figura 41. Sementes de alface.



Fonte: Autora (2022).

Figura 42. Tubérculos de cará do ar e cará roxo.



Fonte: Autora (2022).

Figura 43. Sementes de mangarito.



Fonte: Autora (2022).

Outra prática realizada por Lobeira é as trocas de sementes, iniciativa de guardiãs e guardiões de sementes, que promovem a ampliação da diversidade e a segurança alimentar. Além disso, essa iniciativa fomenta o diálogo de saberes pautados nos conhecimentos e fazeres de práticas agroecológicas desenvolvidas pelas populações do campo através da oralidade, como relata Lobeira:

Esses dias veio alguém de longe da Bahia, não sei de onde procurando se tínhamos semente de milho, e nós tínhamos do milho roxo, aí nós demos. Chegou outra vez aqui gente com outras sementes, nós trocamos. Tem sementes que tem 10, 11 anos que a gente tá plantando cultivando passando pra frente, a gente faz isso vai passando adiante para as pessoas ir multiplicando. A gente tem que fazer isso, se você quiser preservar a vida porque a gente não tá preservando só a nossa vida preservando, mas também a vida dos outros e do ecossistema, de tudo. Você fazendo isso é muito importante, entendeu? (LOBEIRA, 2022).

A fala de Lobeira expressa a relação histórica das mulheres camponesas com as sementes que, segundo Moreira (2019, p. 69), “as mulheres têm tido uma contribuição fundamental para a agroecologia, uma vez que são protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes”. De acordo com a autora, essa relação das mulheres com as sementes vem desde o início da agricultura na ação da seleção, domesticação, cultivo, no estímulo ao armazenamento e troca de sementes, resultando na diversidade de plantas (MOREIRA, 2019).

Para Flor de Pequi, sua horta e seu quintal são os espaços de produção e manutenção das sementes, como relata: “quando a gente começou a plantar na horta e ali no quintal, a gente já guardava a semente do ano para outro de arroz, trabalhava com muito arroz, plantava feijão catador e feijão de arranca e tem semente de fruta também” (FLOR DE PEQUI, 2022). Flor de Pequi é uma guardiã de sementes como vemos, demonstra em sua fala como os quintais e as hortas são espaços de produção e dispersão das sementes. Esse interesse das mulheres camponesas em selecionar, armazenar e na circulação das sementes tem como origem a agrobiodiversidade (EMPERAIRE; ELOY, 2014; SANFILIPPO, 2021).

No relato de Caliandra, fica evidente que foi desde o acampamento que ela começou a priorizar as sementes crioulas e suas origens:

Nós do Movimento priorizamos muita as sementes crioulas as sementes de origem, né? Então assim a gente estimulava as nossas famílias acampadas a fazer esses pequenos jardins ao redor da sua casa e hortinhas nas suas casas e as mulheres sempre à frente, até que a gente conseguisse a licença porque houve uma resistência de alguns produtores, né? (CALIANDRA, 2022).

A partir das palavras de Caliandra, é evidente que as mulheres camponesas constroem e mantêm seus sistemas agrobiodiversos em quintais e hortas como um ato de resistência, assegurando a diversidade de sementes e conquistando autonomia sobre seus territórios e o direito a uma alimentação saudável para elas e suas famílias (MOREIRA, 2019). Para tanto:

Normalmente esse trabalho de “resgate de produtos” (em particular, de sementes) é realizado pelas mulheres. É um trabalho de enriquecimento ambiental que vem sendo reconhecido – ainda que lentamente – por suas famílias e instituições de pesquisa e assistência técnica. Elas se animam quando começam a aparecer resultados positivos e investem na multiplicação de frutas, verduras, raízes e tubérculos em seus quintais. A troca de material genético (sementes, mudas), de receitas e as indicações de uso e formas de preparo são extremamente valorizadas por elas nos encontros, cursos e feiras de troca de que participam (SILIPRANDI, 2015, p. 306-307).

Como podemos observar, a manutenção das sementes crioulas feita pelas mulheres negras camponesas demonstra um ato de resistência no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios. Isso vai contra as formas de dominação que tentam inviabilizar e invisibilizar a produção dos próprios alimentos, características das famílias camponesas. Sobre esse olhar da vivência das mulheres negras com as sementes crioulas, Motta (2020) ressalta que:

As mulheres negras conheciam sementes crioulas que poderiam ser cultivadas para potencializar a alimentação escassa, sabiam lidar com o solo, tinham conhecimento de como produzir e aproveitar aos máximos os alimentos, conseguiam produzir em pequenos espaços uma diversidade considerável de alimentos, armazenavam as sementes para esperar o melhor momento para o cultivo, as sementes eram bens valorizados, perdê-las não era algo aceitável (MOTTA, 2020, p. 4).

Dessa maneira, a memória das mulheres negras mantém viva os saberes ancestrais a partir da manutenção das sementes crioulas. Através da oralidade, é possível estabelecer a relação entre os conhecimentos das mulheres camponesas e as práticas de conservação e utilização das sementes crioulas, resgatando assim suas histórias e saberes ancestrais.

No que diz respeito aos cultivos realizados pelas mulheres em SAFs, quintais e roças, utilizando sistemas de consórcios e policultivos, pode-se considerar uma forma de desenvolvimento do manejo agroecológico. O manejo agroecológico dos agroecossistemas está intrinsecamente ligado ao reconhecimento e à valorização dos bens da natureza e dos conhecimentos das populações rurais (DE BOEF *et al.*, 2007). Ao pensar na agrobiodiversidade nesse território da reforma agrária, é fundamental refletir sobre a atuação das mulheres negras que vivem nele, tanto nos quintais, nas roças, no Cerrado, nos SAFs, como também nos plantios de suculentas. O trabalho ancestral dessas mulheres é um pilar essencial para a estrutura e manutenção da agrobiodiversidade.

Essa diversidade de plantas nos sistemas agrobiodiversos das mulheres negras reflete no protagonismo assumido por elas na contribuição para a diversificação e manutenção da agrobiodiversidade, a partir dos sistemas agroecológicos desenvolvidos, em sua maioria cultivados e cuidados por elas. Essas práticas favorecem um elo entre a agroecologia e a ancestralidade em seus territórios da reforma agrária, desde uma forte ligação com a terra, articulando saberes sobre a agrobiodiversidade.

Nessa sequência, as mulheres relataram sobre as plantas que trazem lembranças a elas e como as utilizam nos seus sistemas agrobiodiversos. O **Quadro 4** demonstra as memórias das mulheres e suas relações com algumas plantas específicas:

Quadro 4. Plantas que ativam memórias das mulheres negras.

Interlocutora	Conexões entre memórias e plantas das mulheres negras
Flor de Pequi	A gente sempre usava o avô da gente, é o algodão que é uma planta que ninguém dá nada para o algodão é o algodão é uma medicina muito boa. Você vê que tudo que é algodão é bom para infecção para sarar ferida, o mastruz ou erva-cidreira você que tá com uma costela ou pé alguma coisa botou a folha da erva-cidreira, o capim santo é as plantas que eu mais uso. Eu usava muito essas lá na Bahia. Alfavaca também. Quando a gente não tem (a planta) vai nas casas que tem, na casa do vizinho que tem e planta. Faço um chá, um xarope, a pessoa tá gripada, tá com uma tosse e dor sara.
Lobeira	Tem o murici! Falando isso, eu me lembrei que eu comia muito lá na Bahia, só que eu não conhecia o pé, porque eu era criança, eles não levavam as criancinhas para pegar, colher murici. Mas a minha avó fazia para gente, ela fazia com rapadura ou farinha era muito delicioso minha vó ela tinha um trabalho de tirar os caroços e aí fazia com rapadura e farinha para a gente comer porque é muito nutritivo. A gente preserva todos os pés de Murici aqui, entendeu?
Caliandra	Em 2003 para 2004, eu levei meu sogro para morar comigo porque ele estava morando sozinho. Já tinha um tempo que tinha separado da minha sogra e o meu sogro é um preto velho assim de uma sabedoria tremenda então cada folha que a gente andava no Cerrado ele apresentava e ele tinha traquejo do plantio sem nenhum tipo de químico sintético, então sempre foi com esterco e com compostagem. Eu tive esse privilégio, né de ter essa vivência essa experiência formativa com uma pessoa que não sabia nem nome de adubo químico, né? Então e no conhecimento ímpar de plantas medicinais de formas de plantio que é a minha base minha conexão.

Fonte: Elaborada pela autora (2023), a partir das narrativas das mulheres.

Segundo Emperaire *et al.* (2018), cultivar uma planta é gerar a intencionalidade da presença das plantas em determinados lugares. Nos relatos das mulheres, percebe-se que algumas plantas cultivadas em seus territórios carregam memórias, sabedorias e afetos.

O manejo da agrobiodiversidade está relacionado ao cuidado para além do plantar. Os saberes que compõem a agrobiodiversidade podem atravessar fronteiras, levados de um lugar para o outro, herdados e reconstruídos em novos territórios (ALMADA *et al.*, 2017). Nas falas das mulheres apresentadas no **Quadro 4**, vê-se o cuidado das plantas através da grandeza que as mulheres negras carregam com os costumes ancestrais presentes em suas memórias e relações com seus familiares.

Nas narrativas de Flor de Pequi, Lobeira e Caliandra, são indicados alguns elementos que compõem seus saberes sobre a agrobiodiversidade: a) a troca dos saberes ecológicos através das sementes e mudas, bem como a partilha do conhecimento associado às plantas medicinais, como mencionado por Flor de Pequi e Caliandra; b) o interesse em aprender a usar e conservar espécies do bioma Cerrado, conforme relatado

por Lobeira e Caliandra; c) As práticas agroecológicas presentes na fala de Caliandra, desenvolvidas por seu sogro, que ela pôde vivenciar e implementar em seu próprio território; e d) Os saberes das mulheres negras contribuem para a sociobiodiversidade do território onde residem, fortalecendo assim as estratégias de soberania alimentar.

Assim, as plantas apresentadas pelas mulheres negras demonstram uma estreita relação entre elas e a ancestralidade dessas mulheres. Essas relações desempenham um papel essencial no fortalecimento da conexão entre saúde e alimentação, quando as mulheres adotam as práticas agroecológicas.

Nesse percurso, as mulheres se sentiram confortáveis para relatarem sobre seus desafios no manejo da agrobiodiversidade e como se organizam para viver da terra. O primeiro ponto apontado como desafio pelas mulheres é a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades econômicas na terra. Para Flor de Pequi, o financeiro está atrelado à saúde, pois segundo ela, se não houver saúde, idade e financeiro, não consegue produzir em sua terra:

Minha filha, para organizar viver da terra, só precisa de uma coisa de saúde em primeiro lugar que a gente não tem saúde não tem nada e tendo o financeiro tem tudo você não vê eu tô aqui já de idade, né, mas se eu posso pagar uma pessoa para fazer o serviço tendo dinheiro para fazer para mim limpar uma roça trazer de comer pro porco, já ajuda, mas eu não tenho, né? Como é que faz? tem que viver do que tem (FLOR DE PEQUI, 2022).

As dificuldades de manejo apontadas por Flor de Pequi, segundo ela, ficam mais fortes, quando se é uma mulher negra assentada:

O desafio de uma mulher e você levantar de manhã é não faltar as coisas da sua roça, você ter o que comer, você pega uma batata, você pega ela faz um doce, pega uma mandioca, faz um doce, faz um pão para comer. Você não compra. Esse é um desafio que você não tá gastando de ir lá na cidade comprar as coisas para você, você mora dentro da roça, você tem uma galinha, você come, aí você mata e come com a família (FLOR DE PEQUI, 2022).

É possível observar que, nos desafios de produção, a intersecção entre o gênero, a raça e a classe realçam as dificuldades enfrentadas presentes nas narrativas das mulheres, como relata Flor de Pequi. A preocupação com a família aparece fortemente presente na narrativa de Flor de Pequi, através da alimentação, pois nas narrativas das mulheres elas são as principais responsáveis pelo alimento de suas famílias. “As mulheres atuam como pilares centrais da manutenção das dinâmicas e familiares. Essa posição lhes atribui um papel específico na conservação da agrobiodiversidade” (SANFILIPPO, 2020, p. 123).

Essa diversidade da agrobiodiversidade varia em função do tempo dedicado ao manejo da parcela e das condições econômicas que as mulheres possuem.

Para Lobeira, seus desafios também incluem a falta de recursos, como o acesso ao gás e à água para produção:

Não é fácil, não é fácil, mas é igual eu falo a gente tenta se adaptar, né? Você tem que se adaptar essa semana, por exemplo acho que tem uns cinco dias mais ou menos que meu gás acabou, eu fiquei sem gás, então assim eu não fiz pão eu gosto de fazer pão em casa, né porque não tem padaria aqui (LOBEIRA, 2022).

A assentada, que gosta de preparar seus próprios alimentos em suas refeições diárias, relata: “eu ralo a mandioca, né? Faço o beiju da massa da mandioca e a gente toma café ainda tira o polvilho” (LOBEIRA, 2022). Isso demonstra a ausência de recursos para iniciar a produção, tanto para autoconsumo quanto para comercialização:

Não tem água, tô agora com minha bomba ficando 10 minutos ligada. Tô juntando água para poder ter água para beber e cozinhar e a sorte é a chuva então assim a gente que é pobre a gente se adapta, entendeu? Eu não tenho, não tenho. Vou fazer o que né, mas não é fácil (LOBEIRA, 2022).

Em sua fala, Lobeira apresenta a dificuldade de acesso à água potável para uso e produção em sua terra. Essa é uma das dificuldades mais recorrentes de algumas famílias do assentamento desde sua criação. A assentada havia recorrido à construção de um tanque de peixes em sua parcela, que também serve para o armazenamento de água. Essas estratégias de armazenamento de água estão ligadas à segurança hídrica e à resistência camponesa, sendo um dos desafios para construir agroecossistemas produtivos, sustentáveis e saudáveis (MONTEIRO, 2012).

Na narrativa de Caliandra, o seu desafio consiste na falta do retorno financeiro das atividades desenvolvidas em sua parcela:

Retorno financeiro, a gente não tem, a gente produz, fazemos vários cursos a gente produz um artesanato com fibra de bananeira. Mas o foco é ser esse espaço que possibilita e facilita o acesso, né? Então a gente não tem retorno financeiro x né? (CALIANDRA, 2022).

Mesmo com a ausência de retorno financeiro nas atividades econômicas desenvolvidas, oriundas da sociobiodiversidade, como o artesanato de fibra de bananeira que é desenvolvido pelas três interlocutoras, Caliandra expressa a resistência em manter em sua terra um espaço de acolhimento às famílias e, principalmente, às mulheres do assentamento através da educação, como ela expressa: “a nossa luta é possibilitar que 100% dessa comunidade saiba ler e escrever que esteja fazendo faculdade, porque ainda

temos pessoas dessa comunidade sem letramento é um dos objetivos nosso né?” (CALIANDRA, 2022).

Caliandra, Flor de Pequi e Lobeira relataram desafios e estratégias a partir das dificuldades de produzirem em suas próprias terras. Seus desafios no manejo da agrobiodiversidade percorrem a garantia de produção dos seus próprios alimentos, saúde, educação, deslocamento, insumos, etc. Todas lidam com a ausência de acesso às políticas públicas que viabilizam fomentos à produção construídas com e para as mulheres. Contudo, as mulheres apresentam alternativas que fortalecem a conservação da agrobiodiversidade e os laços de solidariedade entre si.

4.3 Raízes ancestrais e sistemas agrobiodiversos por elas

Apresento as narrativas das interlocutoras em torno da ancestralidade e como ela se revela por meio dos seus saberes e práticas herdadas de suas e seus ancestrais com relação à terra. Para isso, durante nossos diálogos, conversamos sobre suas origens, a relação com o assentamento e as histórias e tradições que foram repassadas sobre os plantios.

Quando observamos os saberes herdados das mulheres negras desse território, fica evidente a ligação com suas mães, avós e filhas, que mais influenciaram nesse processo de manter seus saberes ancestrais vivos. Os saberes ancestrais se destacam através da resistência, coletividade, oralidade e da troca de saberes, baseados na existência preta (SANTOS; SANTOS, 2022). Segundo os autores, os saberes ancestrais são uma forma de visibilizar o protagonismo da ancestralidade presente na diáspora negra e de combater o apagamento de um povo.

Utilizo o termo saberes ancestrais como forma de falar e reafirmar os saberes das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian, que seguem reexistindo com suas existências em seus territórios negros da reforma agrária. Esses saberes estão relacionados ao saber fazer com a terra, como também à palavra, à oralidade e à convivência coletiva.

Através desses saberes e práticas, as mulheres preservam seus territórios, contribuem para a preservação e manutenção da agrobiodiversidade, além de fomentarem a cultura e as memórias, tudo isso atravessado pela transmissão de saberes ancestrais de outras mulheres negras. O **Quadro 5** apresenta alguns dos saberes ancestrais das mulheres negras do Pequeno Willian:

Quadro 5. Saberes ancestrais das mulheres negras do Pequeno Willian.

Interlocutora	Saberes ancestrais	De quem herdou	Ainda praticado no território
Lobeira	Eu ia muito para roça com a minha avó, porque a minha avó era aquela vó que levava a gente pra onde ela ia, então ela ia plantar por exemplo a rama da Mandioca, a gente estava junto ela ia abrindo as covas, né? Como diz hoje o pessoal os berços, né? Os maiores iam cortando as ramas da mandioca. E a gente os menores ia colocando, né? Ia tapando aí plantava arroz, feijão de corda.	Avó/ tia	A construção com terra (técnica de bioconstrução) porque era a construção que eu conhecia foi onde eu morei fui criada morando numa casa feita com terra, entendeu?
Flor de Pequi	A gente foi criado no mato e o remédio da gente era as medicinas do mato. Aprendi com a família, geração, com as avós, eu fui criada com minha avó, eu não conheci minha mãe.	Avó	Aqui a gente faz garrafada, melado e xarope.
Caliandra	Quando eu tenho acesso à terra minha mãe começa a contar algumas histórias, né? Que plantavam rosa que ia me ensinar como é que plantava um grande conhecimento com as plantas fitoterápicas, né? Então assim como a vida toda ela sempre cuidou da saúde das pessoas, das plantas e chás.	Mãe	Eu comecei a fazer o <i>link</i> , com aquelas plantas que tinham que ser plantadas para poder comer, ter saúde, né?

Fonte: Elaborada pela autora (2023), a partir das narrativas das mulheres.

O **Quadro 5** apresenta alguns dos saberes ancestrais praticados e herdados pelas interlocutoras, de quem os herdou e quais elas praticam atualmente em seus territórios. Elas ainda praticam os saberes ancestrais de outras mulheres negras como forma de não esquecer os conhecimentos ancestrais de suas avós, tias e mãe e, hoje, transmitem aos seus filhos e filhas, como relata Flor de Pequi em seus cuidados com as plantas

medicinais: “para os meus filhos eu faço mais chás, para as minhas meninas eu tenho mais cuidado, faço algumas garrafadas para elas” (FLOR DE PEQUI, 2022). A experiência de Flor de Pequi ressalta sua relação de vida com o território, estabelecendo ligação de cuidados com as plantas do Cerrado.

Essas mulheres fazem a coleta, o manejo e o uso dessas plantas como práticas tradicionais de cura nesses diferentes territórios cerratenses¹⁸, tendo uma relação de sentido e conexão com essas plantas. Com base em seus saberes ancestrais, elas recriam uma medicina pautada na sabedoria de suas mães e avós. O movimento que conecta práticas antigas de memórias e identidades, fundamentado na oralidade e no conhecimento repassado de geração em geração, é destacado por Herszenhut e Wiedemann (2021), como os cosmoativismos nos quintais, baseados em estudos de diversos grupos e povos da América Latina, que são herdeiros desse conhecimento ancestral, em especial as mulheres, que mantêm as atividades de cuidado (PEREIRA; DIAS, 2022).

Na experiência de Lobeira, as idas com a avó e a tia à roça lhe ensinaram como plantar base de feijão, como ela relata:

Quando plantávamos o feijão que ia colher minha avó ia colher o feijão a gente ia junto a gente acabava colhendo umas bases de feijão, né? Como é chamado lá no nordeste da base, não fala vagem, né? Então a gente colhia também ajudava. Só o arroz que era mais complicado porque você tem que ir cortando, né? E juntando aqui na mão de uma criança, não pega quase nada, mas eu aprendi a fazer isso. Aí também se eu precisar de fazer eu sei fazer porque eu aprendi com a minha avó e com minha tia, entendeu? Com os meus parentes que moravam tudo lá, tudo trabalhando na roça então (LOBEIRA, 2022).

As vivências das mulheres negras com relação aos plantios estão intimamente ligadas às ruralidades de regiões tropicais e semiáridas do continente africano. Essas mulheres armazenavam em seus corpos sabedorias que foram fundamentais para sua reexistência (MOTTA, 2020). Nos relatos das mulheres, seus saberes estão fortemente ligados a uma vivência negra. Lobeira nos conta que a técnica de bioconstrução foi um processo de resgate de sua família para a construção de sua casa no assentamento. Ela relata que queria muito sua casa construída com essa técnica:

¹⁸ Cerratenses termo que significa “Gente do Cerrado” adotado pelo historiador Paulo Bertran. Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de território cerratenses para se referir à relação das mulheres com o Cerrado presente nos seus territórios e suas formas de pertencimentos com o bioma.

E aí eu falei para meu companheiro que eu queria fazer o meu TCC sobre a construção com terra porque era a construção que eu conhecia foi onde eu morei fui criada morando numa casa feita com terra, entendeu? E um certo tempo a cobertura ainda era com uma palha, né de um coqueiro de uma palmeira que eu não me lembro o nome e muito bem feitinha que não molhava nem nada então as casas lá eram todas feitas com adobe, taipa de mão (LOBEIRA, 2022).

Na **Figura 44**, observa-se a casa de bioconstrução de Lobeira e seu companheiro, em processo de construção:

Figura 44. Casa de bioconstrução de Lobeira e seu companheiro.



Fonte: Autora (2022).

As técnicas de “construção com a terra”, “adobe” ou “taipa de mão”, como se refere Lobeira, são um conjunto de técnicas de construção africana que, segundo Nunes *et al.* (2021), são desenvolvidas a partir da terra crua e difundidas no Brasil pela população negra, que habita principalmente áreas rurais. Segundo Weimer (2005), essas construções são frutos de um saber ancestral como forma de reconhecimento dos povos africanos.

Esse saber-fazer ligado à terra de Lobeira resgata uma memória afetiva, os saberes de convivência com familiares, criando uma ligação clara entre seu passado e presente. Nos estudos de Souza (1983), baseados nas histórias de vida de pessoas negras em processo de ascensão social¹⁹, salienta-se a importância da necessidade de termos um movimento de resgate dessas memórias, elaboradas pela população negra acerca de si mesma. Sendo assim, dialogar com as mulheres negras camponesas é uma forma de acessarmos suas relações e histórias com o território, suas práticas, saberes e a mistura dos povos que ali habitam.

¹⁹ Segundo Souza (1983, p. 48), “a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico”.

Para Caliandra, o processo de luta pela terra permitiu que se aproximasse das histórias e sabedorias de sua mãe, com os plantios e cuidados com a terra:

Apesar de ter uma família de origem camponesa por parte da minha mãe. Não tivemos a vivência, né? Ficou com essa origem. Eu não tive contato com a terra só depois que eu ingressei no processo da Luta Pela Terra, em 2005 [...] (CALIANDRA, 2022).

O relato de Caliandra demonstra as especificidades e a diversidade dos povos do campo. Ela apresenta que a terra e o território, além de serem espaços e recursos de criação e recriação do campesinato, é também uma maneira de ativar a memória, inspirada pelos saberes e fazeres de sua mãe, que se baseiam na ancestralidade e identidade de uma população negra camponesa.

As formas de ocupação e uso do solo, os conhecimentos e práticas ecológicas que tornam possíveis as técnicas de produção, a memória coletiva e a identidade cultural, tudo isso mostra a complementaridade entre a base material e sociocultural, que define os territórios camponeses (SÁ, 2010). A partir das narrativas das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian, podemos visualizar um território permeado de ancestralidade através das transmissões orais feitas por mulheres que seguem construindo um território negro camponês com seus saberes ancestrais vinculados à terra.

Trata-se de uma sabedoria transatlântica²⁰, como anuncia Beatriz Nascimento. Esse território negro camponês é um local de encontro dessas mulheres, desses saberes, desse modo de vida, que vem visibilizar a existência negra nos territórios da reforma agrária. Em suas resistências, as mulheres negras afirmam uma memória ancestral que permite revisitar suas ancestralidades, representadas pelas suas relações com suas avós e mãe, acesso à terra, nas medicinas do mato e nas técnicas de construção com a terra.

²⁰ Beatriz Nascimento, define como transatlântica as trajetórias negras no Brasil, através das conexões África-Brasil que demarca essa condição de movente da população negra. De acordo com Menezes e Veiga (2022, site) “a pensadora estabeleceu vínculos com a memória e delineou uma identidade coletiva que tem nos corpos sua maior evidência.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS – OU PARA NÃO CONCLUIR

Chegar às considerações finais desta pesquisa me traz o sentimento que ainda há muito por ser escrito e falado sobre as mulheres negras camponesas do Assentamento Pequeno Willian. No entanto, pondero que esta pesquisa tem potencial de fornecer vários elementos de reflexão para pensar a presença e existência das mulheres negras camponesas que não precisam ser esgotados aqui.

Instigante observar que a pesquisa foi indicando caminhos tão desafiadores, como a construção metodológica da pesquisa e a análise das narrativas das mulheres, que demandaram uma análise cuidadosa e, muitas vezes, uma atenção redobrada para perceber as sutilezas que atravessam as trajetórias e experiências das mulheres negras camponesas.

Ao longo desta dissertação, o estudo foi se desenhando a partir do seguinte objetivo geral: identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com suas ancestralidades. Contudo, superar esses desafios e alcançar o objetivo central da pesquisa só foi possível na construção coletiva com as mulheres negras do território Pequeno Willian, narrando suas próprias histórias, nas quais construímos uma relação dialógica durante esses dois anos do mestrado. A pesquisa foi baseada na escrevivência colaborativa, com a contribuição de três mulheres negras assentadas do Pequeno Willian: Flor de Pequi, Lobeira e Caliandra. Os nomes das flores do Cerrado, adotados carinhosamente para se referir às mulheres, demonstram que, assim como o Cerrado, as mulheres negras são resistências e portadoras de saberes ancestrais.

Dentro do primeiro objetivo específico: 1) Refletir, com as mulheres negras camponesas, as narrativas sobre suas histórias de vida, reconhecendo suas experiências, constatou-se que através das escrevivências das mulheres as suas histórias, experiências e relações com a agrobiodiversidade estão intrinsecamente ligadas às suas práticas transmitidas pelas suas famílias e comunidades campesinas de origem até a chegada aos seus territórios rurais atuais no DF. As suas histórias de vida apresentam atravessamentos pela luta pela reforma agrária, produção de alimentos saudáveis, educação, moradia, trabalho, entre outros fatores. Ademais, suas histórias de lutas são atravessadas pelas intersecções de gênero, raça e classe contra discriminações racistas, sexistas, fundadas na classe social, o que dificulta a realidade das mulheres e seus manejos em seus territórios.

Esses aspectos de lutas e resistências das mulheres, atravessados pela intersecção da estrutura, evidenciam narrativas de mulheres negras assentadas da reforma agrária, pouco faladas no contexto do campo brasileiro. Suas narrativas rompem com a lógica da invisibilidade e do anonimato a partir das resistências tecidas por elas. Suas narrativas neste estudo evidenciaram que trabalhar com metodologias, como a escrevivência para narrar suas histórias, possibilita a construção de um diálogo coletivo e subverte a ordem, como Evaristo (2006) nos apresenta em seus escritos de tornar protagonistas as mulheres negras camponesas que, por vezes, são invisibilizadas, apresentando um rural a partir do olhar das mulheres negras.

O segundo objetivo específico: 2) Mapear as práticas relacionadas à agrobiodiversidade desenvolvidas pelas mulheres negras camponesas em seus territórios, observando as relações entre tais práticas, saberes e suas memórias, foi alcançado por meio das narrativas das mulheres, obtidas através de entrevistas semiestruturadas, anotações em diário de campo, visitas individuais a elas, participação de atividades coletivas com as mulheres do território e registros fotográficos de suas práticas agrobiodiversas. Essas práticas estão presentes em seus territórios desde a criação do assentamento, onde as famílias passaram por uma transição agroecológica, como relatado pelas mulheres, impulsionada pelas ações formativas do MST/DF. A presença feminina negra contribui para as práticas sustentáveis do território. Tais práticas agroecológicas desenvolvidas por elas se destacaram a partir de diferentes estratégias de manejo para garantir a produção em seus sistemas. Essas estratégias incluem o uso de sistemas agroflorestais integrados com frutíferas, hortaliças e árvores nativas, roças compreendidas como pequenas hortas em consórcios e policultivos, presença de plantas da ancestralidade ou hortaliças tradicionais, plantas medicinais e ornamentais, criação de pequenos animais, autonomia e preservação das sementes crioulas, bem como o beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, como os artesanatos desenvolvidos por elas.

Destaca-se a manutenção dos quintais, que são majoritariamente cuidados pelas mulheres negras. Esses quintais são adotados para consumo próprio, visando evitar a dependência do mercado e garantir alimentos saudáveis para suas famílias. Ao mapear os sistemas agroecológicos praticados pelas mulheres negras camponesas, percebe-se que tais sistemas estão intimamente vinculados à conservação e à manutenção da agrobiodiversidade, o que favorece as relações entre suas práticas, saberes e memórias em seus territórios negros camponeses.

O que foi possível responder nas perguntas da pesquisa: 1) Como as relações interseccionais entre gênero, raça e classe interferem na manutenção da agrobiodiversidade pelas mulheres negras neste território? 2) Como as mulheres negras do assentamento Pequeno Willian percebem suas identidades étnico-raciais?

Antes de entrar nos resultados das questões, resalto que considero nas discussões das análises dos dados para uma pesquisa em profundidade e com temas tão caros para nós que precisaríamos de mais tempo para as análises. Pretendo, em outro momento, desenvolver discussões que não puderam ser desenvolvidas neste texto, mas que no futuro, penso em melhor desenvolver. No entanto, mesmo com o limite de tempo disponível, procurei ao máximo adentrar as possibilidades construídas com as mulheres para evidenciar suas atuações manejo da agrobiodiversidade e suas ancestralidades vinculadas às suas identidades étnico-raciais.

Na primeira pergunta, foi possível observar, que as relações interseccionais geram desafios para as mulheres na manutenção da agrobiodiversidade dos seus territórios. Conforme mencionado ao longo desta dissertação, esses desafios estão relacionados, por exemplo, à falta de transporte público frequente no e para o Assentamento, dificultando o escoamento dos artesanatos produzidos pelas mulheres e o acesso a estudos, como é o caso de Lobeira. Além disso, a ausência de acesso às políticas públicas e assistência técnica que auxilie na produção de seus artesanatos e insumos para a produção de seus alimentos em suas terras. A limitações também para o manejo produtivo das áreas, destaca-se: falta de água da parcela, como de Lobeira que enfrenta esse desafio desde a constituição do assentamento. Além disso, questões relacionadas à saúde e à idade podem ser desafiadoras, como relatado por Flor de Pequi, que enfrenta dificuldades em manejar sua parcela sozinha. Esses elementos demonstram que apenas o acesso à terra não é suficiente para garantir a permanência as mulheres negras camponesas em seus territórios. Para além do acesso à terra é necessário, que as mulheres negras tenham suporte e assistência para se manterem em seus territórios.

Embora saiba que a presença dos eixos de discriminação nas experiências das mulheres, muitas vezes, em suas narrativas, não estavam evidentes a compreensão do seu caráter interseccional. Para tanto, as mulheres acabam atribuindo suas dificuldades e desafios de manejo muitas vezes apenas às suas realidades financeiras. Percebe-se o pouco debate dos eixos interseccionais e suas discriminações dentro do assentamento e nos movimentos sociais, como o MST. É fundamental destacar a importância de reconhecer e abordar os eixos interseccionais para que se possa promover uma

compreensão mais abrangente das especificidades e desafios enfrentados pelas mulheres negras camponesas em seus territórios. Isso permitiria uma atuação mais efetiva na promoção de políticas públicas e ações que levem em consideração as múltiplas dimensões de suas realidades, contribuindo para a construção de um território mais inclusivo e equitativo.

Na segunda pergunta, foi possível apresentar as mulheres partindo da forma como se veem e se percebem em relação às suas identidades étnico-raciais. Para isso, narrei a história do assentamento pelas vozes e olhares das mulheres negras, o coletivo Mulheres de Fibra e espaços construídos por elas, como a Comuna Panteras Negras, que são formas de mostrar suas identidades, pertencas e maneiras de enfrentamento às opressões interseccionais vivenciadas por elas. A oficina de turbante também foi fundamental para compreender as percepções das mulheres na construção de suas identidades étnico-raciais, onde o cabelo ocupa um importante espaço nessa construção da autoimagem das mulheres negras camponesas. Através dessas atividades e espaços, as mulheres encontram formas de resgatar, valorizar e reafirmar suas identidades, suas ancestralidades e suas lutas, fortalecendo assim a construção de uma identidade como mulheres negras camponesas. Essas reflexões possibilitam uma compreensão mais profunda sobre a importância da valorização da identidade étnico-racial das mulheres negras no contexto de um assentamento da reforma agrária e do movimento social em que estão inseridas. Além disso, evidenciam a relevância de criar espaços de diálogo e empoderamento que permitam às mulheres negras reconhecerem-se como sujeitas políticas e agentes de transformação em seus territórios.

Caliandra e Lobeira relataram que se autoidentificam como negras, enquanto Flor de Pequi, por vezes, se referiu à sua autoidentificação como “negra” e “morena”. Suas percepções étnico-raciais são influenciadas por suas experiências com a educação e suas famílias. Diante da abordagem interseccional entre raça, gênero e classe, cada uma delas apresenta especificidades e pluralidades na construção de suas identidades. As mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno Willian demonstram suas existências como uma forma de problematizar seus apagamentos e oferecer caminhos para entendermos seus protagonismos em seus territórios.

Para tanto, destaco que pensar essa perspectiva interseccional na realidade das mulheres negras camponesas, só foi possível quando deixei me percorrer pelas reflexões de intelectuais negros/as e destaco as mulheres negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre tantas outras, que foram a

base e o sustento deste estudo. A contribuição dessas intelectuais negras enriqueceu a compreensão das experiências das mulheres negras camponesas, permitindo enxergar suas histórias sob uma perspectiva mais ampla e conectada às lutas e vivências da diáspora negra. A perspectiva interseccional enriquece a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeiam a vida das mulheres negras camponesas e suas atuações na manutenção da agrobiodiversidade e na construção de seus territórios como espaços de resistência e ancestralidade.

Nas seguintes perguntas da pesquisa: 3) Como memórias das mulheres negras do assentamento Pequeno Willian contribuem na manutenção da agrobiodiversidade? 4) Como a agrobiodiversidade propicia espaços aos conhecimentos das mulheres negras deste território? Foi possível demonstrar nas seguintes perguntas as mulheres negras e seus sistemas produtivos, associados aos saberes ancestrais que se manifestam nas espécies de plantas. Suas memórias desempenham um papel fundamental no processo de manutenção da agrobiodiversidade em seus territórios, pois estão profundamente conectadas às suas ancestralidades, provenientes das relações com suas mães, avós, tias, filhas e suas origens rurais. Vale ressaltar que a maioria delas viveu ou teve contato com o trabalho na roça antes de entrar para o MST.

As relações entre a oralidade e a troca entre mulheres negras e suas memórias influenciam em manter viva suas raízes ancestrais através do manejo dos sistemas agrobiodiversos feitos por elas. Esses manejos contribuem para novos olhares para relação com a agrobiodiversidade que podemos chamar seus territórios de uma terra ancestral como define Gusmão (1994). Por meio de suas práticas desenvolvidas, elas plantam, colhem e cuidam com base em seus saberes com as plantas medicinais, tecem relações de cuidado e preservação com o Cerrado. Elas mantêm vivo e circular seus modos de vida ancorados na agrobiodiversidade e em suas identidades de mulher negra camponesa ao longo de suas tradições ancestrais.

Neste percurso, ao longo do mestrado escutei em alguns momentos que já havia sido feitas muitas pesquisas com as mulheres do assentamento Pequeno Willian. No entanto, esta pesquisa demonstra que dialogar especialmente com as mulheres negras desse território é inviável esgotar suas temáticas. Ao contrário, temos muito o que escrever, na perspectiva de tornamos visíveis e que seguimos produzindo conhecimentos, tanto dentro como fora da academia. Desejo que esta pesquisa contribua para estimular diálogos, debates, resistência, a luta e futuros estudos abordando os eixos de gênero, raça e classe com mulheres negras camponesas.

REFERÊNCIAS

- ABRAS, M. F. **PANC's**: a cultura alimentar de hortaliças tradicionais na modernidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fumec.br/xmlui/handle/123456789/185>. Acesso em: 20 set. 2022.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. (org.). **Quintais**: memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. 2009.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- BÂ, A. H. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO/SECAD/MEC/UFSCar, 2010. cap. 8.
- BALDINI, K. B. L.; QUINTEIRO, M. M. C. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. *In*: SANTOS, M. G.; QUINTERO, M. (comp.). **Saberes tradicionais e locais**: reflexões etnobiológicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 28-49.
- BAMBIRRA, N. V. **Tecendo resistências**: uma análise interseccional com mulheres negras em um assentamento de reforma agrária coordenado pelo MST. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230930>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018.
- BORGES, B. L. **Reforma agrária e abastecimento alimentar**: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35419>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA, MMA, MDS, jul. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CALIMAN, J. F. **Caracterização do potencial agrícola da região rural de Planaltina-DF**: explorando o SISATER. 2013. Monografia (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/6701>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARVALHO, I. S. H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3442>. Acesso em: 17 nov. 2022.

CATARINAS, M. G. Conceição Evaristo: a escrivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledes**, 9 jul. 2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/?amp=1&gclid=CjwKCAiAqt-dBhBcEiwATw-ggALw-1Hkxep7dTsw2817fj32xCsZo5jc4dDZeJCDpFHEhnLh2Uz61BoCK4wQAvD_BwE. Acesso em: 20 jan. 2023.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Planaltina tem o dobro de habitantes que as outras regiões da UPT Norte**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/planaltina-tem-o-dobro-de-habitantes-que-as-outras-regioes-da-upt-norte/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano10, p.171-189, 1. sem. 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CRENSHAW, K. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 2017. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em: 11 out. 2022.

DE BOEF, W. S.; THIJSEN, M. H.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. R. (org.). **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, [S. l.], v. 6, 2009. DOI: 10.51880/ho.v6i0.62. Disponível em:
<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 5 mar. 2022.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

EMPERAIRE, L. Quais inovações para os sistemas agrícolas tradicionais? **ARU**: Revista de Pesquisa Intercultural da Bacia do Rio Negro, 2, p. 21-27, 2018.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L. Amerindian Agriculture in an Urbanising Amazonia (Rio Negro, Brazil). **Bulletin of Latin American Research**: Journal of the Society for Latin American Studies, 2014. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/blar.12176>. Acesso em: 15 abr. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Informações agropecuárias do Distrito Federal**. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA**. Brasília, 2013.

EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo - Depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras. **Literafro**, Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2010. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 mar. 2023.

EVARISTO, C. **Conceição Evaristo**: literatura e consciência negra. Entrevistadora: Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 30 set. 2010. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/11/22/conceicao-evaristo/#more-6028>. Acesso em: 2 maio 2023.

EVARISTO, C. **Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

EVARISTO, C. **Entrevista com Conceição Evaristo**. Biblioteca nacional. 26 nov. 2015. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/11/entrevista-com-conceicao-evaristo>. Acesso em: 2 abr. 2023.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, N. M. B.; SCHNEIDER, L. (org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade, diáspora. João Pessoa: Ideia, 2005.

EVARISTO, C. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 746-749.

FERREIRA, F. I. S. A questão racial no Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, 5., 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_fred_GI.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

FERREIRA, J. F. A. **As assentadas na agricultura familiar de base agroecológica do pequeno Willian – Planaltina – DF**: condições de vida, trabalho e meio ambiente. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente de Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22219>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. A organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 6, n. 11, p. 280-311, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12041>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS.

Building on gender, agrobiodiversity and local knowledge: a training manual. FAO, 2004. Disponível em: <https://www.fao.org/3/y5956e/y5956e.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS.

Women – users, preservers and managers of agrobiodiversity. Roma: FAO, 1999.

GAVIOLI, F. R. Agrobiodiversidade e manejo de recursos locais no assentamento rural Monte Alegre, SP, Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/4767/4484>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GAZEL FILHO, A. B.; YARED, J. A. G. **Estrutura e função de um quintal agroflorestal no município de Mazagão, AP.** 2006. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-depublicacoes/-/publicacao/904463/estrutura-e-funcao-de-um-quintal-agroflorestal-nomunicipio-de-magazao-ap>. Acesso em: 23 abr. 2023.

GOMES, Â. M. S. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica**

negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da Grande BH. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-8DVGBM>. Acesso em: 5 nov. 2021.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** São Paulo: Ação Educativa, 2002.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. *In:* LUZ, M. T. (org.). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.

GONZALEZ, L. E a trabalhadora negra, cumé que fica? *In:* RIOS, F.; LIMA, M. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

GUIMARÃES, C. S. F. **Memória biocultural e agroecologia: cultivo e a conservação das sementes crioulas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/29951>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GUSMÃO, N. M. M. Terra de mulheres: identidade e gênero em um bairro rural negro. **Revista de História**, [S. l.], p. 81-100, 1994.

GUSMÃO, N. M. M. Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto. **Afro-Asia (UFBA)**, Salvador, v. 16, nov. 1995b.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5. p. 7-41, 1995.

HENSCHEL, A. **Mulher de turbante**. 1869. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/6847>. Acesso em: 8 abr. 2023.

HENSCHEL, A. **Mulheres negras na Bahia**. 1869. Disponível em: <http://blogdoramonpaixao18.blogspot.com/2014/01/exposicao-de-fotos-de-alberto-henschel.html>. Acesso em: 8 abr. 2023.

HERSZENHUT, D. F.; WIEDEMANN, M. **Ervas do quintal: mapeamento das práticas de cura realizadas na bacia do Rio Bonito e Rio Macaé**. Rio de Janeiro, 2021.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos IBGE, 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. **Mulheres e conflitos ambientais - nem nossos corpos, nem nossos territórios - da invisibilidade à resistência**. Rio de Janeiro, 2017.

JALIL, L.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J. Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE**, Pernambuco, v. 2, n. 15, p. 98-125, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/2858>. Acesso em: 14 jun. 2023.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

KEMPF, R. B.; WEDIG, J. C. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo agrário**, v. 20, n. 43, 2019. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe111>. Acesso em: 18 jan. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

LEMOS, G. O. **No dilacerar do concreto**: as histórias dos apartheids entre as Satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955-1971). 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44716>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, D. A. **Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2021.

LIMA, D. C. Tá na cabeça, tá na web! Significados simbólicos e historicidade do uso do turbante no Brasil. **dObra [s]**: revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, v. 10, n. 22, p. 21-41, 2017. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/633>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, E. D. Filosofia africano-brasileira: ancestralidade, encantamento e educação afroreferenciada. **Cuadernos de Filosofía Latinoamericana**, v. 43, n. 126, p. 2, 2022. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FREFAA-4>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília: Embrapa, 2008. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/123784>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MADEIRA, R. N. **Manual de produção de hortaliças tradicionais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

MAIA, C. G. A. **A revolução vem do pastinho**: escritórias antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis-SC. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198942>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MARONHAS, M. E. S.; LIMA, A. C.; GÖRGEN, S. F. S. Sementes. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de**

Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural.** Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MELO, P. B.; TAVARES, P. D. **Na encruzilhada:** relações entre biodiversidade, cultura e alimentação em territórios da reforma agrária no Cerrado do Distrito Federal. 2020. (Apresentação de Trabalho).

MENEZES, T.; VEIGA, P. Maria Beatriz Nascimento: mulher negra e transatlântica. **Conexão UFRJ**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2022/03/maria-beatriz-nascimento-mulher-negra-e-transatlantica/>. Acesso em: 22 out. 2022.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 67-73.

MOREIRA, S. L. S. **A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37630>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MOTTA, V. Agroecologia antirracista: uma insistência. **Cadernos de Agroecologia: Diálogos, Convergências e Divergências**, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6610>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MOTTA, V. Por uma agroecologia antirracista. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA: TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS, 3., 2020, Recife. **Anais [...]**. Recife: CIFA, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6396/2435>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OAKLEY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, nov. 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2014/10/Artigo-12-Quintais-dom%C3%A9sticos-uma-responsabilidade-cultural.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. **Baianas de acarajé:** a arte e a energia da Bahia - uma homenagem a um dos símbolos da nossa cultura. Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.salvordabahia.com/baianas-de-acaraje-a-arte-e-a-energia-da-bahia/>. Acesso em 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, J. A.; CARDOSO, I. M.; ELTETO, Y. M.; ELTETO, S. M.; GUIMARÃES, C. S. F. O resgate das plantas da ancestralidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5517>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ÔRÍ. Documentário. Raquel Gerber. São Paulo: Canal Curta. 1989. (93 min).

PACHECO, M. E. L. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. *In*: PERSPECTIVAS DE GÊNERO: DEBATES E QUESTÕES PARA AS ONGS. Recife: GTGênero. **Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania**, p. 138-161, 2002.

PAIXÃO, R.; CRUZ, C. R. F.; ZAQUINI, P.; CERR, D. Educação em agroecologia. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

PAULILO, M. I. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade” de gênero. *In*: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 179-201.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2022.

PEREIRA, J. R. **Saberes associados à agrobiodiversidade no assentamento Pequeno Willian Planaltina - DF**. 2018. Monografia (Tecnologia em Agroecologia) – Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2018.

PEREIRA, J. R.; DIAS, M. A. M. Agroecologia, memórias e saber popular: plantas medicinais das mulheres do cerrado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 16., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xviencontronacionaldehistoriaoral/493696-agroecologia-memorias-e-saber-popular--plantas-medicinais-das-mulheres-do-cerrado/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Planaltina**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Planaltina.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PULGA, V. L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I. G. CIMA, J. I. (org.). **Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Precisamos romper com os silêncios**. 2017. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc&t=69s>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ROCHA, E. S. **O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43010>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ROCHA, R. M.; AZEVEDO, P. B. O narrar sobre si e a escrevivência: o lugar da escrita autobiográfica em pesquisa sobre formação de professoras negras. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1345-1359, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68429>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SÁ, L. M. **Terra, território, territorialidade no modo de vida e na identidade cultural camponesa**. Texto mimeo. UnB, 2011.

SANFILIPPO, A. O. “**Êsses Gerais são sem tamanho**”: práticas e saberes agrícolas das mulheres da comunidade geraizeira do Pau D’arco, Montezuma e Santo Antônio do Retiro, MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39371>. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTANA, L. S. **Resistências no campo agrário: mulheres do Assentamento Pequeno Willian e mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22954>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, G.; SANTOS, D. S. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e quilombagem crítica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 27, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yJFXMzsFvWtG7rqWvtZRrWF/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SARAIVA, R. C. F. **História, memória e identidade**. Brasília: UnB/FUP, 2010.

SARAIVA, R. C. F. História, memória e identidade. *In*: OLIVEIRA FILHO, J. B.; OLIVEIRA, R. A.; SARAIVA, R. C. F.; GOMES, L. M.; OLIVEIRA, L. P. A. **Memórias de gerações**. Brasília: Fundo Nacional de Cultura/MinC, 2013.

SANTANA, T.; ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. **Itaú Social**, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SANTOS, D. L.; SANTANA, R. B. J.; SILVA, R. L. O Turbante como representatividade da identificação negra. **RELAcult** - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 3, p. 121-128, 2017. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/420>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 203-221.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full>. Acesso em: 15 out. 2021.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, B. G. S. Feministas negras brasileiras e a interseccionalidade. *In*: COSTA, J. F. A.; MORTADA, S. P.; LIBARDI, S. S.; NETTO, T. L. B. **Psicologia social & luta antirracista: estratégias ético-políticas a partir da interseccionalidade**. São Paulo: Gradus Editora, 2022.

SILVA, B. G. S. **Mulheres negras e feminismo negro**. 27 out. 2021. *Instagram*: @leituraspretas. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CV7i7_kgPf1H/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, C. B.; PAULILO, M. I. História Oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. **História Oral**, [S. l.], v. 11, n. 1-2, 2021. DOI:

10.51880/ho.v11i1-2.150. Disponível em:
<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/150>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, G. M. **O quilombo de conceição das crioulas**: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46178>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, M. M.; NUNES, C.; CUNHA JUNIOR, H.; FLORENCIO, T. A. L. O ensino de geografia e a apreensão do patrimônio afroarquitetônico no Cariri cearense. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação, v. 39, n. 4, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/71960>. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, N. C. A.; COSTAS, F. M. Agrobiodiversidade. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 668p.

SILVA, R. M. **Iqhiya**: turbantes e tecidos conectando mulheres negras: Brasil, África do Sul e Moçambique. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23230>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, A. F.; SILVA, M. A. B. R. **Mulheres da reforma agrária do Assentamento Pequeno Willian**: utilizando práticas agroecológicas. Universidade de Brasília, DF, 2015.

SOUZA, A. F.; PEREIRA, J. R.; TAVARES, P. D.; ARAÚJO, E. R.; SOUZA, A. F. Uso de plantas do Cerrado em territórios da reforma agrária: biodiversidade herdada de povos originários e afrodiáspóricos. *In*: SOUSA, C. S.; LIMA, F. S.; SABIONI, S. C. **Agroecologia**: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável. Guarujá: Científica Digital, 2021. V. 3.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983.

SOUZA, S. M. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9236?locale=es>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SOUZA, V. M.; SANTOS JÚNIOR, A. F.; JESUS, B. C. M. Agrobiodiversidade e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS): inter-relações com povos

tradicionais e comunidades locais. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 163-178, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/5852>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SPECHT, A. A. **Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37003>. Acesso em: 19 nov. 2021.

TAQUEDA, C. S. **A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-02032010-100910/pt-br.php>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TEDESCHI, L. A. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, jan. 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/169>. Acesso em: 10 jun. 2023.

THOMAZ, F. **Como a história de africanas instiga a repensar o papel da mulher na sociedade**. UFJF, MG. 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/03/04/como-a-historia-de-africanas-instiga-a-repensar-o-papel-da-mulher-na-sociedade/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VIEIRA, K. **Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino**. **Portal Géledes**, 22 mar. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

VILLAS BÔAS, R. L. Questão agrária e questão racial no Brasil. **Passapalavra.info**. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/03/36825/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

XIMENES, J. D. **A participação da mulher no MST no DF e Entorno: estudo de caso**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8536>. Acesso em: 19 nov. 2021.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF**, sob a responsabilidade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FuP), com telefone (61) 99626-7452, sob orientação da Professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva e do professor co-orientador Dr. Joaquim Antonildo P. Pinheiro. Ambos podem ser encontrados na Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina (FuP).

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivo:

Você é convidada a participar desta pesquisa com intuito de buscar identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William (DF) no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com a ancestralidade.

Procedimentos:

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória, não havendo compensação financeira relacionada a sua participação. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua identidade não será revelada, se assim concordar. Além disso, qualquer material que indique a sua participação não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados, sem suas autorizações prévias, bem como nenhuma publicação que possibilite e revele a sua identidade. A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturado à pesquisadora do projeto e será gravado, se você permitir. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores.

A pesquisadora e a Universidade também serão beneficiados(as) com o estudo, pois ocorrerá a produção e discussão atualizadas sobre o tema da pesquisa “Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento

Pequeno William – DF”, podendo utilizá-las como referência nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se contribuir cientificamente, junto com as participantes do assentamento, pois o presente trabalho realizado analisará a importância das mulheres para o reconhecimento do pertencimento, valorização da memória e dos saberes sobre a agrobiodiversidade que perpassam pelas vivências das mulheres negras do assentamento Pequeno William.

Será garantida aos participantes a liberdade de interromper a participar no estudo, sem qualquer prejuízo, e o direito de manter-se informadas a respeito dos resultados parciais da pesquisa. A identificação dos sujeitos, seja por nome, foto ou qualquer material que indique a participação, não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados(as), sem sua autorização prévia, além de que, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo será revelado sua identidade sem autorização. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público acadêmico, congressos, simpósios, artigos científicos e na dissertação do mestrado da pesquisadora. Ao final da pesquisa será proposto uma devolutiva do estudo para as participantes. A devolutiva ainda se encontra em elaboração.

Consentimento livre e esclarecido:

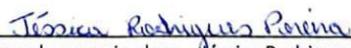
Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seu objetivo, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:


Assinatura da participante

Data: 26/01/2023

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.


Assinatura da pesquisadora – Jéssica Rodrigues Pereira

Data: 26/01/2023



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade UnB Planaltina – FUP
 Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF**, sob a responsabilidade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FuP), com telefone (61) 99626-7452, sob orientação da Professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva e do professor co-orientador Dr. Joaquim Antonildo P. Pinheiro. Ambos podem ser encontrados na Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina (FuP).

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivo:

Você é convidada a participar desta pesquisa com intuito de buscar identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William (DF) no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com a ancestralidade.

Procedimentos:

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória, não havendo compensação financeira relacionada a sua participação. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua identidade não será revelada, se assim concordar. Além disso, qualquer material que indique a sua participação não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados, sem suas autorizações prévias, bem como nenhuma publicação que possibilite e revele a sua identidade. A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturado à pesquisadora do projeto e será gravado, se você permitir. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores.

A pesquisadora e a Universidade também serão beneficiados(as) com o estudo, pois ocorrerá a produção e discussão atualizadas sobre o tema da pesquisa "Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento

Pequeno William – DF”, podendo utilizá-las como referência nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se contribuir cientificamente, junto com as participantes do assentamento, pois o presente trabalho realizado analisará a importância das mulheres para o reconhecimento do pertencimento, valorização da memória e dos saberes sobre a agrobiodiversidade que perpassam pelas vivências das mulheres negras do assentamento Pequeno William.

Será garantida aos participantes a liberdade de interromper a participar no estudo, sem qualquer prejuízo, e o direito de manter-se informadas a respeito dos resultados parciais da pesquisa. A identificação dos sujeitos, seja por nome, foto ou qualquer material que indique a participação, não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados(as), sem sua autorização prévia, além de que, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo será revelado sua identidade sem autorização. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público acadêmico, congressos, simpósios, artigos científicos e na dissertação do mestrado da pesquisadora. Ao final da pesquisa será proposto uma devolutiva do estudo para as participantes. A devolutiva ainda se encontra em elaboração.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seu objetivo, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Edite Ribeira Sousa

Assinatura da participante

Data: 14/11/2022

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Jéssica Rodrigues Pereira

Assinatura da pesquisadora - Jéssica Rodrigues Pereira

Data: 14/11/2022



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade UnB Planaltina – FUP
 Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF**, sob a responsabilidade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FuP), com telefone (61) 99626-7452, sob orientação da Professora Dr^a Regina Coelly F. Saraiva e do professor co-orientador Dr. Joaquim Antonildo P. Pinheiro. Ambos podem ser encontrados na Universidade de Brasília (UnB), Campus Planaltina (FuP).

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivo:

Você é convidada a participar desta pesquisa com intuito de buscar identificar e analisar a atuação das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William (DF) no manejo da agrobiodiversidade em seus territórios na relação com a ancestralidade.

Procedimentos:

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória, não havendo compensação financeira relacionada a sua participação. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua identidade não será revelada, se assim concordar. Além disso, qualquer material que indique a sua participação não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados, sem suas autorizações prévias, bem como nenhuma publicação que possibilite e revele a sua identidade. A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturado à pesquisadora do projeto e será gravado, se você permitir. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seus orientadores.

A pesquisadora e a Universidade também serão beneficiados(as) com o estudo, pois ocorrerá a produção e discussão atualizadas sobre o tema da pesquisa "Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento

Pequeno William – DF”, podendo utilizá-las como referência nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se contribuir cientificamente, junto com as participantes do assentamento, pois o presente trabalho realizado analisará a importância das mulheres para o reconhecimento do pertencimento, valorização da memória e dos saberes sobre a agrobiodiversidade que perpassam pelas vivências das mulheres negras do assentamento Pequeno William.

Será garantida aos participantes a liberdade de interromper a participar no estudo, sem qualquer prejuízo, e o direito de manter-se informadas a respeito dos resultados parciais da pesquisa. A identificação dos sujeitos, seja por nome, foto ou qualquer material que indique a participação, não será fornecido a outro(a) pesquisador(a) ou demais interessados(as), sem sua autorização prévia, além de que, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo será revelado sua identidade sem autorização. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público acadêmico, congressos, simpósios, artigos científicos e na dissertação do mestrado da pesquisadora. Ao final da pesquisa será proposto uma devolutiva do estudo para as participantes. A devolutiva ainda se encontra em elaboração.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seu objetivo, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Guatiana Alves da Silva

Assinatura da participante

Data: 11/11/2022

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Jéssica Rodrigues Pereira

Assinatura da pesquisadora – Jéssica Rodrigues Pereira

Data: 11/11/2022

APÊNDICE B - TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO ORAL PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO ORAL PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS

Eu ADRIANA FERNANDES SOUZA, portador(a) do RG nº 1433510, CPF nº 519.341.405-20, participante do estudo “Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF”, desenvolvida pela mestranda pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FuP), permito que obtenha fotografia e depoimento oral prestados da minha pessoa para fins de pesquisa, educação e cultura. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Essa autorização inclui () não inclui () a revelação da identidade do/a cedente ou de dados que possam vir a identifica-lo/a.

As fotografias e depoimentos orais ficarão sob a propriedade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Planaltina de 26 de jan de 2023.

Adriana Fernandes Souza
Assinatura da participante

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Jéssica Rodrigues Pereira
Assinatura da pesquisadora
Jéssica Rodrigues Pereira



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade UnB Planaltina – FUP
 Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO ORAL PARA FINS CIENTÍFICOS E
 ACADÊMICOS

Eu Jéssica Ribeiro Sousa, portador(a) do RG nº 1430468, CPF nº 475220577-74, participante do estudo “Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF”, desenvolvida pela mestranda pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FuP), permito que obtenha fotografia e depoimento oral prestados da minha pessoa para fins de pesquisa, educação e cultura. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Essa autorização inclui () não inclui () a revelação da identidade do/a cedente ou de dados que possam vir a identifica-lo/a.

As fotografias e depoimentos orais ficarão sob a propriedade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Planaltina, 14 de novembro de 2022.

Jéssica Ribeiro Sousa

Assinatura da participante

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Jéssica Rodrigues Pereira

Assinatura da pesquisadora

Jéssica Rodrigues Pereira



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade UnB Planaltina – FUP
 Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO ORAL PARA FINS CIENTÍFICOS E
 ACADÊMICOS

Eu Guastavino Alas da Silva, portador(a) do RG nº 740-027, CPF nº _____, participante do estudo "Memórias e preservação da agrobiodiversidade: trajetórias e desafios das mulheres negras camponesas do assentamento Pequeno William – DF", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB de Planaltina (FUP), permito que obtenha fotografia e depoimento oral prestados da minha pessoa para fins de pesquisa, educação e cultura. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Essa autorização inclui () não inclui () a revelação da identidade do/a cedente ou de dados que possam vir a identifica-lo/a.

As fotografias e depoimentos orais ficarão sob a propriedade da pesquisadora Jéssica Rodrigues Pereira e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Planaltina, 11 de novembro de 2022.

Assinatura da participante

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Assinatura da pesquisadora

Jéssica Rodrigues Pereira

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

IDENTIFICAÇÃO

- 1 Nome:
- 2 Idade:
- 3 Local de nascimento:
- 4 Tempo de escola (escolaridade):

ANCESTRALIDADE / MEMÓRIAS

1. Qual a origem familiar das agricultoras?
2. Comente sobre sua história familiar/ascendência/infância.
3. Como é a relação das mulheres com a história do assentamento?
4. Antes da chegada ao assentamento, você já plantava? Se sim, onde plantavam e o que plantavam? Como eram adquiridas as sementes?
5. Você reconhece algum saber ou tradição como heranças? Se sim, quais?
6. Quais histórias e tradições foram repassadas sobre os plantios?
7. O que mais gosta e a leva a continuidade do cuidado com as plantas?

GÊNERO

8. Como é a participação das mulheres na organização interna do assentamento?
9. Quem toma as decisões a respeito dos recursos das unidades de produção na parcela?
10. Como você vê o papel das mulheres no Movimento?
11. As famílias possuem matriarcas?
12. Como e as divisões de tarefas na parcela? (cuidados com a casa, filhos/as, netos/as, plantação, tempo livre, etc).
13. Como é a relação entre homens e mulheres no assentamento?

RAÇA

14. Qual raça/etnia/cor você se identifica?
15. Você tem acompanhado os debates sobre negritude? Sobre os empoderamentos das mulheres negras? Se sim, por quais mecanismo você tem acompanhado?
16. Se identifica como mulher negra?
17. Se sim, em que momento você se viu como uma mulher negra?
18. O que é se reconhecer como mulher negra?

19. Já vivenciou situação de discriminação por ser mulher negra?
20. O que te chama atenção na negritude?
21. Havia muitas mulheres negras na época do acampamento?
22. Como é ser uma mulher negra e Sem-Terra?

CLASSE E TRABALHO

23. Quais são as formas de trabalhos realizadas pelas mulheres?
24. O trabalho das mulheres é valorizado na família e na comunidade?
25. O trabalho é remunerado ou não?
26. Qual a importância do trabalho das mulheres na renda familiar?
27. Desenvolve algum outro trabalho fora do assentamento?
28. Possuem acesso específico de políticas públicas para mulheres? Se sim, quais?
29. Você é a titular da terra?

AGROBIODIVERSIDADE

30. Como as mulheres participam da agricultura na comunidade?
31. Você considera seu sistema agrobiodiverso? Se sim, porquê?
32. Qual a diversidade dos sistemas produtivos?
33. Dá para viver com o que você ou sua família planta?
34. Desenvolvem produtos oriundos da sociobiodiversidade?
35. Tem alguma/s planta/s específica que te traz alguma lembrança? Se sim, como você utiliza e coloca essa planta no seu sistema?
36. Como uma mulher negra assentada se organiza para viver da terra?

APÊNDICE D – ROTEIRO OFICINA DE TURBANTE

Oficina aberta, temas para direcionar (pensadas a partir das observações nas oficinas): transição capilar; uso de turbantes; transmissão do conhecimento das técnicas de turbantes; turbante como resistência.

Sugestões de perguntas durante oficina:

- 1) Qual é sua experiência com o lidar com seu cabelo?
- 2) Seu cabelo já foi/é uma questão que lhe incomodou/incomoda? Por quê?
- 3) Já passou por alguma situação de constrangimento por conta do cabelo? Como essa situação se deu?
- 4) Você já havia tentando fazer alguma amarração de turbante antes?
- 5) Para você quais os significados e simbologias do uso de turbantes para as mulheres negras brasileiras e africanas?
- 6) Quais histórias sobre a origem do turbante as mulheres conhecem?
- 7) O turbante tem algum valor sentimental para você?
- 8) Na sua família as mulheres já chegaram a utilizar turbante?
- 9) Dentro do assentamento você vê muitas mulheres utilizando o turbante?
- 10) Dentro do movimento há muitas atividades voltadas para o cuidado da autoestima da mulher negra?
- 11) Já participou de alguma atividade sobre o turbante dentro ou fora do movimento?
- 12) Pretende reproduzir as técnicas de turbante aprendidas durante a oficina?

APÊNDICE E - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA DA INTERSECCIONALIDADE

Categoria	Autor(a)/Obra	Conceito(s)
Interseccionalidade	AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais).	A interseccionalidade como instrumento teórico-metodológico nos possibilita a trazer as experiências de opressões não evidenciadas pelo feminismo desde seu princípio. Possibilitando analisar as múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres, capturando as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação. Como o sexismo, racismo e patriarcalismo. Sendo as mulheres negras, marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, atravessando séculos articulando gênero, raça e classe (AKOTIRENE, 2019)
	CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados , v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.	As mulheres negras, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste caso. De acordo com a autora essa perspectiva em particular exige, cada vez mais olhares diversos sobre a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, garantindo as especificidades das mulheres negras (CARNEIRO, 2003).
	CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.	“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2022, p. 177).
	GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje , v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.	Em suas análises da marginalidade sofrido pelas mulheres negras Gonzalez (1984) enfatiza que a construção da mulher negra brasileira perpassa sobre uma triplice discriminação enquanto raça, classe e gênero, que as coloca no mais baixo nível de opressão. Essas mulheres passam por processos históricos de negação e invisibilidade de suas lutas e identidade.

	<p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. – (Consciência em debate).</p>	<p>A identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído. No Brasil, com a escravidão negra, produziu-se a manipulação da identidade negra, onde fomos ensinados a não saber quem somos e, sobretudo, o que devemos querer ser (CARNEIRO, 2011).</p>
	<p>SANTOS, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições GRAAL. 1983.</p>	<p>“A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.)” (SANTOS, 1983, p.13).</p>
	<p>SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. e270028, 2022.</p>	<p>A questão da interseccionalidade tem a ver com essa postura ao ser um exemplo de construto teórico advindo de uma característica que remete à ancestralidade preta. As origens da interseccionalidade estão voltadas ao coletivo e a uma percepção conjunta das coisas, acessada de maneira exclusiva por quem pertence ou entende-se como parte na comunidade diaspórica. A perspectiva interseccional está pautada na compreensão das múltiplas identidades vividas com base na experiência de mulheres negras e da experiência como modo de compreender a nós mesmos/as e ao mundo a nossa volta, o que inclui a formulação de novas teorias (SANTOS; SANTOS, 2022, p.8).</p>

APÊNDICE F - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA MEMÓRIAS E ANCESTRALIDADE

Categoria	Autor(a)/Obra	Conceito(s)
Memórias / Ancestralidade	<p align="center">EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R (Org.). <i>Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo</i>. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.</p>	<p align="center">A escrivência como ponto de partida ancestral de manter a memória viva, representa vozes do cotidiano da população negra tantas vezes invisibilizadas, em especial vozes femininas negras que ecoam através da rica herança de seus ancestrais (EVARISTO, 2020).</p>
	<p align="center">GUSMÃO, N. M. M. de. <i>Terra de mulheres: identidade e Gênero em um bairro rural negro</i>. Revista de História, [S. l.], n. 129-131, p. 81-100, 1994.</p>	<p align="center">“A terra ancestral envolve uma história que por sua vez, ao imantá-la, configura uma territorialidade não apenas física, mas que redefine o cosmo numa relação de tempo/espço diversa da do sistema dominante. Neste caso a terra não é apenas território comum, é sinônimo do conjunto de relações vividas; é trabalho concreto e é trabalho de uma memória que se fabrica conjuntamente. É ainda, experiência pessoal e coletiva, relação cotidiana, resistência e organização. É antes de tudo, confronto fundante da lógica de reprodução social como grupo particular e de identidade própria” (GUSMÃO, p. 88, 1994).</p>
	<p align="center">KILOMBA, Grada. <i>Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano</i>. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.</p>	<p align="center">As narrativas das mulheres negras através de suas memórias nos trazem uma profunda compreensão das relações raciais. Nos permite revisitar pensamentos sobre nós, encarando as diversas formas que o racismo nos atravessa em nosso cotidiano. Compreendendo as mulheres negras como sujeitas em uma sociedade, considerando imprescindível ouvir o que essas mulheres têm a dizer sobre sua vida cotidiana (KILOMBA, 2019).</p>

	<p>SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. <i>Revista Brasileira de Educação</i>, v. 27, p. e270028, 2022.</p>	<p>A ancestralidade pautada nos saberes ancestrais traz no cuidado coletivo a resistência como ponto de encontro para outras difusões de conhecimentos a partir do que as tradições ancestrais pretas expressam em seus modos de vida (SANTOS & SANTOS, 2020).</p>
	<p>SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. História, memória e identidade. In: OLIVEIRA FILHO, João Batista et al. (org.). <i>Memórias de gerações</i>. Brasília: Fundo Nacional de Cultura/MinC, 2013. p. 61-75.</p>	<p>A história oral é uma ciência que nos faz resgatar o passado para compreender o presente futuro. Auxiliando os sujeitos/as a refletirem sobre suas vivências como sujeitos/as coletivos. A perspectiva das histórias de vida nos traz que as questões sociais, culturais e ambientais são fundamentais para formação social e para pensarmos que futuro queremos (SARAIVA, 2013).</p>
	<p>SILVA, C.B.; PAULILO, M.I. História oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. <i>História Oral</i>, v. 11, n. 1-2, p. 43-60, jan.-dez. 2008.</p>	<p>A reconstrução das trajetórias das mulheres rurais através da história oral e memórias, traz os tempos, identidades e pertencimentos em seus movimentos múltiplos em frequências diferenciadas (SILVA; PAULILO, 2008).</p>

APÊNDICE G - PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS RELACIONADOS AO TEMA AGROBIODIVERSIDADE

Categoria	Autor(a)/Obra	Conceito(s)
Agrobiodiversidade	<p align="center">ALMADA, E.D; SOUZA. M.O e. (organizadores). Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. 191p. : il. tab. gráf.</p>	<p align="center">“Tanto espécies nativas, como espécies cultivadas que compõem a agrobiodiversidade manejada pelas diferentes populações humanas encontram, nos quintais, um espaço que favorece a manutenção de sua viabilidade ecológica e conservação de sua variedade genética. Destaca-se o papel das mulheres no manejo da agrobiodiversidade, fator também pertinente para a manutenção dos quintais” (ALMADA; SOUZA, p. 21-32, 2017).</p>
	<p align="center">FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Women – users, preservers and managers of agrobiodiversity. Roma:, 1999. 4p. Disponível em: https://www.fao.org/3/x0171e/x0171e03.htm#P181_22270 Acesso em: 25 out de 2022.</p>	<p align="center">As mulheres camponesas são fundamentais nos processos de manejo dos agroecossistemas a partir da reprodução dos modos de vida e na produção de alimentos. Em muitas vezes, são responsáveis pelos plantios, armazenamento de sementes, usos sustentáveis das espécies vegetais e criações de animais nos agroecossistemas (FAO, 1999).</p>
	<p align="center">JALIL, L., SILVA, L. C., & OLIVEIRA, J. (2020). Caderneta agroecológica: A contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. <i>Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE</i>, 2(15), 98–125.</p>	<p align="center">“É nos quintais também que se encontra uma biodiversidade enorme, resultante das variações ambientais e socioculturais dos ecossistemas onde estes estão inseridos, tanto de espécies nativas, como de espécies cultivadas que compõem a agrobiodiversidade manejada em muitas vezes pelas mulheres e assim mantendo sua viabilidade ecológica e conservação de sua variedade genética” (JALIL, p. 100, 2020).</p>

	<p>MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. A Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Secretaria de Gestão e Estratégia/Embrapa, 2008. 98 p. (Texto para Discussão, v. 34).</p>	<p>A agrobiodiversidade consiste na diversidade dentro e entre espécies de um agroecossistema, abrangendo os saberes de agricultores/as, povos originários e as comunidades tradicionais sobre as práticas de cultivos, logo, a diversidade sociocultural. Portanto, a agrobiodiversidade é um recorte e componente da biodiversidade (MACHADO et al, 2008).</p>
	<p>SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. Editora Peirópolis LTDA, 2009.</p>	<p>“A agrobiodiversidade é essencialmente um produto da intervenção humana sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural. Os processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores, são um componente-chave da agrobiodiversidade (SANTILLI, p. 94, 2009).”</p>